Candomblé e as raízes libertárias págs. 30 a 32 · **A nostalgia contra o multiculturalismo** págs. 35 e 36 · **Clastres, Black, Cleyre** págs. 42 a 44

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
assinaturas.jornalmapa.pt

NÚMERO 23
ABRIL-JUNHO 2019
TRIMESTRAL / ANO VII
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT
DIRECTOR: GUILHERME LUZ

Na justiça ou na normalidade do quotidiano, o feminismo não é apenas uma luta contra a violência de género

A greve feminista em Portugal. Tarefas para um feminismo que vem págs. 21 a 23

Uma justiça que não está para as campas nem para os bares págs. 24 a 26

Feminismo anticarcerário. Entrevista a Rita Segato págs. 27 a 29

ESTE PAÍS NÃO É PARA MULHERES

Os olhares de Catarina

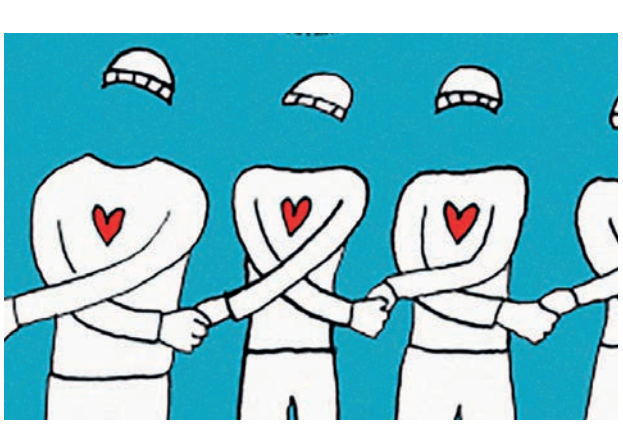
págs. 13 a 15

Os novos trabalhadores rurais do Alentejo: entre a esperança e a discriminação. Será possível a integração dos migrantes sem questionar o atual modelo depredatório do território e das suas comunidades?

A Febre da mineração

págs. 5 a 8

Chegou em força ao nordeste peninsular e não poupa populações nem natureza. Da Galiza a Covas do Barroso há um combate popular em marcha contra a mineração.



Ser solidário assim

págs. 19 a 20

Uma rede de alojamento e apoio a migrantes sem abrigo toma forma na Bélgica apesar do aumento da repressão sobre este tipo de solidariedade.

By 2020 we rise up
A revolta pelo clima que aí vem

Em 2020, a Europa assistirá a uma onda de protestos massivos coordenados: pessoas a bloquear oleodutos, portos, aeroportos, minas de carvão, a indústria agro-alimentar, bancos, fábricas de armas e fronteiras, erguendo-se pela justiça climática e pela mudança de sistema. Culminará num levantamento massivo e não-violento.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

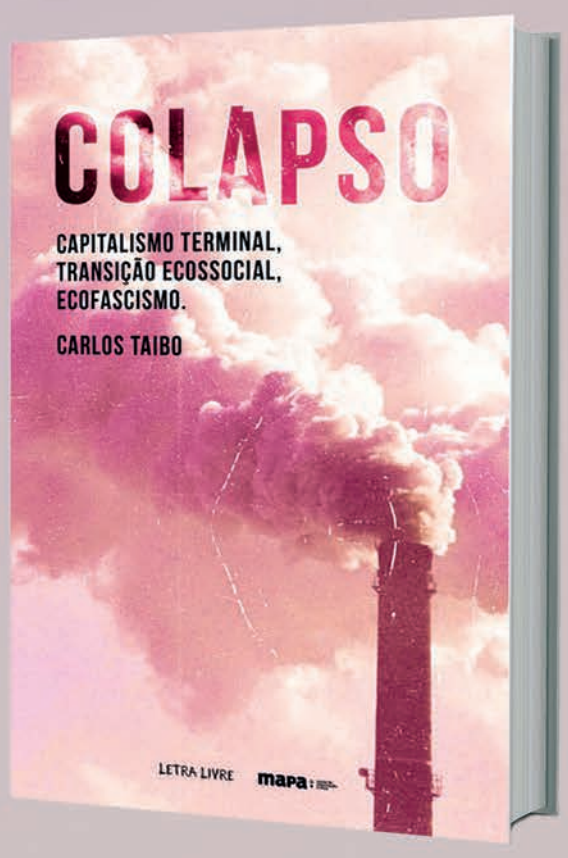
Não é o regresso do saudoso Horóscopo às páginas do Mapa. É um excerto da visão da campanha *By 2020 we rise up* - que mobiliza até à data 20 grupos por toda a Europa. Estão determinados a aumentar as suas ações, numa luta comum para «acabar com a era da energia fóssil, vencer as injustiças sistémicas e construir sociedades baseadas em cuidado mútuo e solidariedade.» Entre esses grupos está o Ende Gelände, coligação que tem organizado bloqueios com vários milhares de pessoas a minas e centrais de energia a carvão na Alemanha. Também a Entrepueblos, criada em 1988 no estado espanhol pelos comités de solidariedade com a América Latina. Ou a Stay Grounded, rede global pela redução da aviação e por um sistema de transporte justo e ecológico.

Em Portugal, participam as tenazes ativistas do Climáximo e também se espera uma escalada de conflito. Após a greve estudantil de 15 de março, há um apelo para ações de rebelião pelo clima a partir do dia 15 de abril (rebellion.earth). No verão, o Camp in Gás (ver pág. 3). E, em 2020, prevê-se uma ação de desobediência civil ibérica em massa. «Queremos fazer um acampamento e uma grande ação com *nuestros hermanos* em Espanha», avança João Costa, do Climáximo.

«Não temos um plano-mestre. A inteligência de enxame permite-nos avançar passo a passo. Queremos que se revoltem connosco. Precisamos que todos arregacem as mangas», apela a campanha. «Não estamos a lutar contra problemas isolados – juntos, lutamos contra as inúmeras destruições, discriminações e desigualdades produzidas pelo sistema capitalista. Ao mesmo tempo, estamos a construir as bases de novas sociedades, baseadas no cuidado uns com os outros e com o planeta, reconhecendo-se a si próprias como parte da natureza».

DESCOBRE MAIS EM:
BY2020WERISEUP.NET

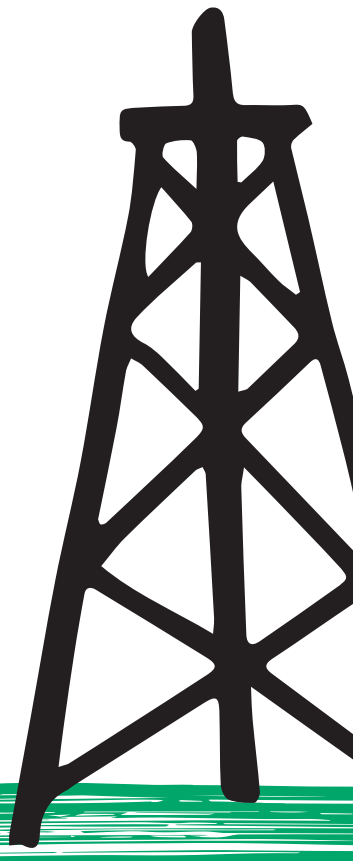
Uma edição do Jornal Mapa e da Letra Livre »



Ainda que o discurso político e mediático atual vire as costas a qualquer debate relativo a um eventual colapso do sistema em que vivemos, essa possibilidade existe.

JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS!

DESCONTO PARA ASSINANTES • PEDIDOS PARA GERAL@JORNALMAPA.PT



Não é porque o furo é na Bajouca. É porque o futuro é outro

Chama-se Camp in Gás. Vai acontecer de 17 a 21 de Julho, na Bajouca, Leiria, e promete ser o maior acampamento de ação pelo clima em Portugal

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

Este ano, o Carnaval da Bajouca até era de tema livre. Mas, naquele sábado, 2 de março, quase todas as figurantes e os carros alegóricos desfilaram com um mesmo mote: não ao furo de prospeção de gás. À noite, depois do Porto--Benfica, o ecrã gigante exibiu uma apresentação sobre a exploração de gás.

Esta terra de oleiras e oleiros, na zona de Leiria, arregaça as mangas para receber no verão aquele que poderá ser o maior acampamento de ativismo ambiental feito em Portugal. O Camp in Gás - Acampamento de Acção contra Gás Fóssil e pela Justiça Climática tem já o apoio de uma dezena de coletivos e associações e vai erguer-se de 17 a 21 julho. Do exuberante parque natural do Pisão, que receberá as ativistas, ao terreno comprado pela Australis Oil & Gas, vão 3,3 km. E maior do que essa distância é mesmo a profundidade do furo que a petrolífera quer fazer: 4,35 km, para sondar a existência de gás natural que permita a sua exploração comercial.

«Ficámos incrédulos. Já passou a altura de estarmos a explorar hidrocarbonetos. Não queremos o furo aqui, nem em lado nenhum», afirma Fátima Fernandes, da ABAD - Associação Bajouquense para o Desenvolvimento.

Os últimos anos viram, uma a uma, as concessões a cair e as empresas a abandonar os projetos de pesquisa de hidrocarbonetos em Portugal - culminando com a vitória sobre o furo de Aljezur, da GALP e ENI, em 2018. Hoje sobra só a Australis, e com ela as duas concessões para furos em Aljubarrota e na Bajouca. A licença obteve-a discretamente em setembro de 2015, quatro dias antes das eleições legislativas.

A vida até parecia bela para a petrolífera: custos baixos, regime fiscal benevolente, lucros no horizonte. Já terá investido, segundo a própria, perto de meio milhão de euros. Uma porção foi para a gigante consultora de comunicação Cunha Vaz & Associados a ajudar nas operações de charme. A Australis admite «partilhar parte dos resultados» com as autarquias e populações. Garante repetidamente que não vai usar a fratura hidráulica (ou *fracking*). E o seu CEO disse ao Diário Económico que esta é «a solução mais limpa, mais barata e menos impactante na mudança climática global».

Mas nem tudo foram rosas. «Apesar de estarmos numa pequena aldeia, não somos incultos. Vivemos num mundo em que os interesses económicos se sobrepõem a tudo», afirma Fátima. «Não é porque o furo é na Bajouca. É porque o futuro é outro: não é o gás nem o petróleo. Acreditamos que todos juntos podemos tornar o mundo num local melhor.» Na sessão de esclarecimento feita pela Australis no final de janeiro na Bajouca, foi o discurso da presidente da ABAD que as 300 pessoas ovacionaram. E quando os responsáveis da petrolífera arrancavam após a longa sessão, pelas 2h40, não puderam ir longe com os pneus dos carros furados.

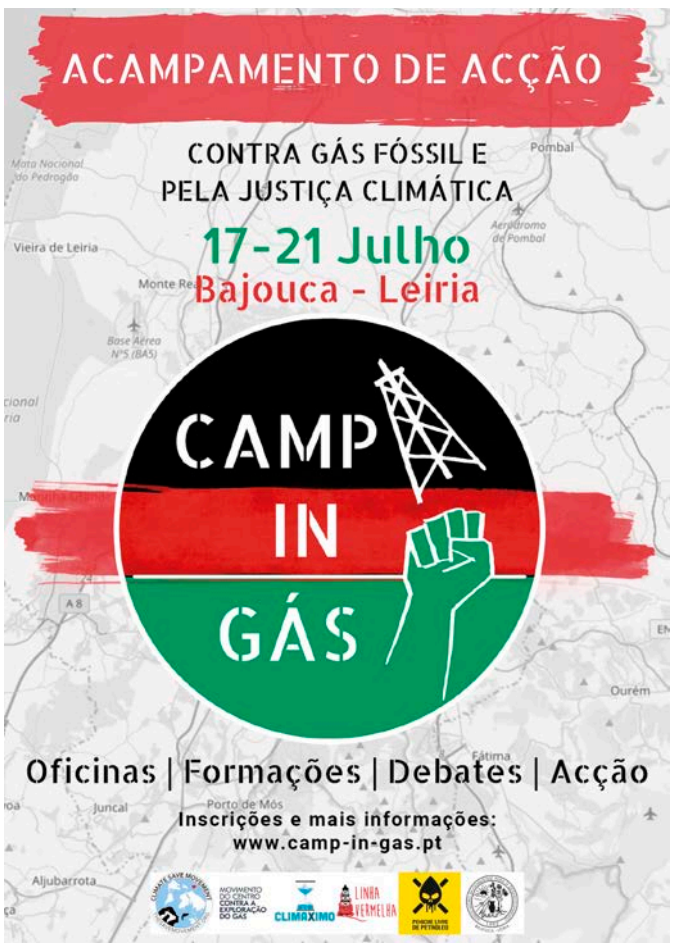
Também a Assembleia Municipal de Pombal, as câmaras de Leiria e de Porto de Mós, as freguesias da Bajouca, Leiria, Pousos, Barreira e Cortes já se opuseram a concessões de petróleo e gás na região centro.

O Camp in Gás pretende agora desmontar os argumentos da empresa e, pela ação direta, travar de vez o furo. «A ciência diz-nos que o clima não pode suportar mais nenhuma nova infraestrutura de combustíveis fósseis. As já existentes são mais que suficientes para ultrapassar o ponto sem retorno da crise climática. Para manter o aumento de temperatura no planeta abaixo dos 1.5ºC, temos de cortar as emissões de gases com efeito de estufa em mais de 40% até daqui a menos de 12 anos!», lê-se em www.camp-in-gas.pt.

«O acampamento é motivado pela inação dos governos e todo o compadrio que demonstram para com as empresas petrolíferas», explica João Costa, do Climáximo, um dos dinamizadores. «As minhas expectativas são enormes! Queremos juntar umas 150 pessoas. Mais do que um acampamento ativista, queremos sinergia com a população, aproveitar a sua energia. E dar a entender que temos o poder de influenciar as decisões políticas, de parar este projeto e quaisquer outros.»

Tanto o acampamento como a sua preparação são experiências de auto-organização horizontal. «Fazemos uma reunião aberta por mês. Estamos totalmente abertos a cooperação. Qualquer pessoa é bem-vinda! Precisamos de muitas cabeças e muitas mãos para podermos mudar a maré!»

«São coisas tão básicas! Somos as gerações que mais destruíram o planeta, e continuamos a destruir. Nós não somos o futuro, mas alguém tem de ficar cá», atira Fátima. Esta mãe e avó bajouquense planeia também ela sair de casa e juntar a sua tenda ao acampamento. «Somos uma terra com hábitos rurais, todos nós temos o nosso canteirinho, temos uma variedade de espécies vegetais e animais que ainda hoje conseguimos preservar. O furo seria o fim da calma, da paz de espírito, o fim de tudo. Temos de lutar até ao fim. As máquinas não podem sequer chegar lá.»



Casino 1889
Um projeto cultural na mira do capitalismo

OLÍVIA PENA
DPTO. DE COMUNICAÇÃO DO CASINO1889
CASINO1889@GMAIL.COM

[ARTIGO ESCRITO EM GALEGO / NORMATIVA ACORDO]

Carballo (Carvalho) é uma vila no noroeste da Galiza, porta da Costa da Morte. Embora as suas origens datem da época pré-romana, a sua história está vinculada a umas termas romanas, arredor das quais cresceu durante a Idade Media até se converter num referente no âmbito das águas medicinais. A descoberta da antiga "vila termal" no século XVIII significa o começo do seu desenvolvimento urbano, culminando com a fundação do concelho em 1836. Para finais de século, conta com escolas, praças, cafés, igreja, câmara municipal, cárcere e mesmo casino e é berço de um dos principais intelectuais do "Rexurdimento".

O Casino, que segundo a imprensa local, fora fundado em 1889, seria ponto de encontro e de tertúlia, de eventos sociais e partidas de cartas, sem que se conste nenhuma interrupção dessa atividade, nem sequer quando se traslada para um novo prédio, construído e cedido por uma família da vila para albergar a associação. Contudo, nalgum momento –talvez passado o fulgor da época dourada que trouxe a febre do volfrâmio- fica esquecido e convertido num lugar ermo, mas, apesar de tudo, emblemático, sem o que é difícil conceber a vila. Em 2005, em plena bolha imobiliária, a família proprietária vende o edifício, localizado na melhor zona do centro, a uma entidade, sem que o Casino seja notificado da operação e impedindo-o, dessa forma, de exercer o direito legítimo do arrendatário a comprar o local. Após anos de silêncio, os novos proprietários exigem em 2016, mediante requerimento notarial, a resolução do contrato, ainda que isso nunca chegará a acontecer, talvez para evitarem a polémica que surge entre o povo e na imprensa por esse motivo, e o Casino continua mais uns tempos na sua sede e a pagar a renda. Porém, surgem problemas, com o fim de que a associação se dissolva, que a levam a Diretiva à demissão. Uma junta gestora assume a direção em 2017, na última tentativa de salvar o Casino, mas, em Fevereiro de 2018, o final é iminente e o seguimento mediático da notícia faz com que um grupo de jovens da vila, sem vínculos prévios com o Casino, irrompa na cena, dispostos a assumirem a direção. Para eles, o objetivo prioritário é salvar o edifício e, dalguma forma, a memória da vila, da ameaça especulativa.

Desde esse momento, o Casino duplica o número de sócios e vai resolvendo diversos problemas, tanto legais como de manutenção do prédio. Cria-se um projeto vivo –Casino1889– e abre-se à vila, alentando à participação de todas as pessoas e afastando para sempre o fantasma do elitismo. Enchem o local de ideias e de ilusão. Querem ouvir as propostas das pessoas, que sejam elas a organizar atividades, converter-se em centro gerador e acolhedor de cultura: cinema clássico, certames poéticos, concertos, apresentações de livros, palestras sobre temas variados (ecologia, feminismo, história), workshops e espectáculos; celebram-se festas populares e recuperam-se outras; colabora-se com ONGs.

Em Agosto, antes do meio ano, recebe-se a notícia: afinal, poderão exercer o direito de preferência. Mas não é só isso: descobre-se que a venda foi escriturada por 70.000 €; um valor muito por debaixo do preço de mercado de 2005. Seguem-se dias frenéticos de consultas jurídicas, reuniões com advogados e assembleias de sócios. A imprensa completamente implicada no assunto e o povo mobilizado. O mais importante, e mais difícil, –reunir esse montante– supera-se só numa semana, com doações e micro-empréstimos de pessoas sócias e não sócias que não querem que o Casino desapareça. O lema que repetem desde o início "O Casino somos todas" é mais verdade do que nunca antes. Não se lembra na vila um movimento social como este e a palavra "povo" adquire uma dimensão nova para estes jovens que, à espera de que comece o processo judicial, sentem a vertigem e a emoção da responsabilidade de estarem a escrever a história da sua vila.

Aprendamos a nadar, companheiras

BOLOTA CARVALHO
SUBCARVALHO@RISEUP.NET

Em novembro de 2016 era okupado um antigo quartel militar na Corunha, propriedade do ministério da defesa do estado espanhol mas sob gestão do *Ayuntamiento* da Corunha. Nasce o CSO A Insumisa, um espaço aberto e plural, assembleário, autogerido, antiautoritário e antipatriarcal. Nos quase 18 meses de okupação, foram muitas as actividades dinamizadas, como conversas, concertos, oficinas, festivais, acompanhadas do restauro de dois dos pavilhões existentes.

A 23 de maio de 2018, a Marea Atlantica[1], coligação que preside ao *Ayuntamiento* da Corunha, recorrendo ao seu braço armado, a polícia local, despejou violentamente o CSO A Insumisa. Dessa intervenção musculada e ilegal resultaram diversas feridas e cinco detidas. Os processos judiciais de duas das detidas ainda se encontram a decorrer sob o auspício da *Ley Mordaza*.

Tudo foi razão para justificar o despejo. Ainda assim, sobressaem duas que estão intimamente ligadas à lógica do Poder: a usurpação ilegal de um espaço e a segurança das ocupantes. Traduzindo, a propriedade e o paternalismo de estado.

Quase um ano depois do despejo eis que a Marea Atlantica apresenta um projecto à cidade, no espaço outrora okupado, chamado Naves del Metrosidero e decalcado a papel químico do CSO A Insumisa[2]. Chega-se ao cúmulo de se propor, para alguns espaços do novo projecto, a possibilidade de existência de colectivos informais que possam dinamizar o espaço num modelo de autogestão.

Desenganem-se aquelas que consideram isto uma mera provocação. O Poder, mesmo aquele que, eventualmente, tenha resultado da coligação de diversos movimentos de esquerda e assembleários, como é o caso da Marea Atlantica, só sobrevive na directa proporção em que controla tudo e todas, todo o espaço, toda a gente. O Poder não pode permitir a existência de espaços «fora-da-lei», onde a sua legitimidade e autoridade são colocadas em causa.

Pelas suas características, muita gente num espaço delimitado, as cidades são a forma de organização humana mais difícil de gerir do ponto de vista de quem governa. Não por acaso, em finais do século XIX, numa altura em que as grandes cidades europeias conhecem um aumento demográfico exponencial, surge o urbanismo como disciplina e técnica de estudo, gestão e controlo da cidade. E assim, na legitimidade que a ciência e a técnica lhe conferem, o Poder gere tudo, controla tudo, vigia tudo, para o «bem de todas».

O problema do CSO A Insumisa não eram, portanto, as actividades que por lá se concretizavam. Daí o projecto da Marea pretender ser igual. Era a forma e conteúdo de como se organizavam, mais do que longe do Poder, afirmativamente contra o Poder.

Há uns anos, aquando de uns passeios de estudo organizados por um professor de arquitectura, numa zona ainda rural da cidade do Porto e onde começavam a surgir os primeiros empreendimentos de apartamentos, explicava ele: «Vêem este terreno aqui? Pá, terraplanamos isto tudo, fazemos logo os arruamentos e não podemos esquecer alguns espaços para hortas urbanas que estão agora na moda.» Logo alguém retorquiu: «Mas o que não falta aqui são hortas!». Resposta imediata do professor: «Pá, isto não está arrumadinho. São hortas caóticas.» E, acresento agora eu, caóticas como a própria natureza.

Este relato poderia ser caricato se não fosse quase trágico. Porque é também nesta tragédia, onde um professor de arquitectura considera a necessidade de refazer as hortas já existentes com base nos cânones do Urbanismo, que o Poder se fortalece e legitima. O Poder, nas sociedades capitalistas actuais, conseguiu transferir as suas próprias lógicas para uma imensa minoria que, supondo-se dona da verdade e da sabedoria, os chamados técnicos do saber, mais não faz do que o trabalho de controlo do estado, em roupagens de paternalismo tecnocrático. O recurso à violência repressiva já só é usado em casos flagrantes de insubmissão, como o são todos os movimentos de okupação.

A Marea Atlantica voltou a galgar os paredões da coexistência pacífica com a apresentação do projecto Naves del Metrosidero. Para as incrédulas, tudo poderia ser explicado como resultado de um fenómeno casual, acidental. Mas essa análise contém em si dois erros grosseiros. Nunca a Marea deixou de inundar os paredões, nem a coexistência poderá algum dia ser pacífica. Porque não há qualquer hipótese de uma coexistência pacífica com o Poder. Todos eles, mascarados, ou não, são, por natureza, repressivos. Aquelas que acreditam num mundo onde o caos é sinónimo de Liberdade terão de ser radicalmente ingovernáveis, radicalmente insubmissas.

O problema do CSO A Insumisa não eram, portanto, as actividades que por lá se concretizavam. Daí o projecto da Marea pretender ser igual. Era a forma e conteúdo de como se organizavam, mais do que longe do Poder, afirmativamente contra o Poder.

1 https://mareatlantica.org/

2 http://www.coruna.gal/participacion/es/procesos-participativos/naves-del-metrosidero

3 http://airmandadedacosta.info/index.php/2019/02/10/malleira-atlantica-presenta-o-cadaver-do-cso-a-insumisa

Plataformas veciñais contra o retorno da minaría a Galiza

Dous municipios do país levan case dous anos loitando contra o proxecto de reapertura dunha antiga explotación de cobre.

RAQUEL CECILIA PÉREZ
[ARTIGO ESCRITO EM GALEGO / NORMATIVA RAG]

Na Galiza hai unha vila atravesada por un rego de cor laranxa. O seu nome nos mapas e sinais de estrada é Fonte Díaz, pero os seus habitantes refírense a ela como Touro, homónimo do municipio do que é capital administrativa. Touro foi, nos anos 90, un dos epicentros da festa nocturna galega. No 92 acolleu as gravacións do programa de variedades con maior índices de audiencia da televisión pública galega. Agricultura e gandería, máis o ocio nocturno, foron naquela década focos de emprego para o municipio. Nos anos 70 e 80 existiu un terceiro: a minaría de cobre. Unha minaría que deixou como consecuencia a contaminación da terra e da auga. Na actualidade a veciñanza de Touro e da contorna, organizada na Plataforma Mina Touro-O Pino Non, trata de paralizar o proxecto de reapertura da antiga explotación.

As pegadas de Río Tinto en Touro

José Manuel Rilo Munín ten 69 anos. A súa familia, como moitas, procedía do campo. «Touro non era nada, catro casiñas!», lembra. Cando contaba 23 anos entrou a traballar como peón na mina de cobre, xestionada pola empresa Peñarroya RioTinto Mineira dende 1973. Rilo foi ascendendo até chegar ao posto de capataz de voaduras. Nos 70 Touro contaba cunha poboación de 6.420 habitantes, 1.354 menos que na década anterior. Dende os 60 o número de habitantes de Touro non deixou de descender, mais co cobre chegaron os edificios de varios pisos e a vila medrou.

A extracción na mina levábase a cabo case as 24 horas do día e de luns a sábado. No 1986, debido ao baixo prezo do cobre no mercado, a rendabilidade da explotación mineira reduciuse e dous anos despois pechou definitivamente. Foi entón cando os terreos, xunto cos dereitos de explotación, pasaron a mans do empresario Francisco Gómez, que se comprometía a reverter o impacto da minaría. Hoxe a súa compañía, Francisco Gómez and Cía S.L., xestiona 2.744 hectáreas de terreo a través dunha filial, Explotaciones Gallegas S.L..

No 1986, debido ao baixo prezo do cobre no mercado, a rendabilidade da explotación mineira reduciuse e dous anos despois pechou definitivamente.

No lugar da mina opera no presente o Centro de Valorización Ambiental de Touro e O Pino, un conglomerado de empresas composto pola propia Explotaciones Gallegas S.L., que extrae áridos dos terreos, a empresa Tratamientos Ecológicos del Noroeste S.L., unha empresa xestora de residuos, e TYRMA, dedicada á reciclaxe de plásticos de uso agrario. Nos anos 2006 e 2007 Explotaciones Gallegas S.L. foi expedientada pola Consellería de Medio Ambiente de Galicia polo vertido de residuos non autorizados. Máis recentemente, en setembro do 2018, a empresa foi multada en dúas ocasións, con 30.000 e 20.000 euros respectivamente, de novo polo vertido de augas residuais e polo desbordamento dunha balsa.

A minaría na Galiza

No territorio galego, ao longo da historia, practicáronse os catro tipos principais de minaría. Até os 80, a minaría enerxética extraeu carbón do solo galego, para empregalo en centrais térmicas. A minaría metálica, de cobre ou wolframio, que tamén tivo importancia no século XX, é hoxe residual, aínda que existen proxectos para reactivar o sector: a mina de cobre de Touro é un exemplo. Os dous tipos de minaría que non deixaron de practicarse no país son a de minerais non metálicos (cuarzo, caolín) ou de canteira dedicados á construción (granito, lousa).

Xosé Ramón Doldán é profesor de Economía Aplicada na Universidade de Santiago de Compostela, membro da rede ContraminAcción e de Véspera de Nada. «Dende hai décadas a minaría foi perdendo peso en termo de ingresos e de emprego no país», explica. Non obstante, a minaría metálica «está vivindo un renacer». Na Galiza a empresa Mineira de Corcoesto S.L., filial da multinacional canadense Edgewater LTD., puxo sobre a mesa un proxecto de extracción de ouro na Costa da Morte, paralizado polo goberno autonómico a raíz das protestas e mobilizacións sociais. En Lousame, no sudoeste da Coruña, a compañía Sacyr tratou de reactivar as minas de volframio de San Finx. O proxecto foi levado aos xulgados debido a irregularidades no proceso e ao perigo ambiental que supoñía a súa posta en marcha.

«Para aumentar a rendabilidade das explotacións levan a cabo unha minaría moi agresiva, con menos persoal e moi especializado e acurtando a vida útil dos recursos minerais.»

Explica o profesor que os proxectos mencionados, así como outros en torno a minaría metálica, seguen un patrón similar: «Para aumentar a rendabilidade das explotacións levan a cabo unha minaría moi agresiva, con menos persoal e moi especializado e acurtando a vida útil dos recursos minerais. Empregan pequenas empresas pantalla, con sede en Galiza, detrás das cales operan empresas de maior envergadura ou grandes multinacionais».

Veciñanza contra as minas

O 17 de agosto de 2017 a Xunta de Galicia anunciou, a través do Diario Oficial de Galicia (DOG), o proxecto de reactivación da mina de cobre de Touro. O DOG sinalaba a Cobres de San Rafael S.L., filial de Explotaciones Gallegas S.L., como a adxudicataria dos dereitos mineiros até o ano 2068. Cobres de San Rafael S.L. naceu co apoio de Atalaya Mining Plc, unha multinacional mineira con

sede en Chipre cuxo conselleiro delegado en España, Alberto Lavandeira, é hoxe socio solidario da propia Cobres de San Rafael S.L. O proxecto entregado á Xunta de Galicia describía unha mina de cobre de 689 hectáreas de afectación directa e con 14 anos de vida útil. «Unha explotación a ceo aberto por medio de explotación e voadura», segundo o DOG.

Jesús Castro ten 42 anos e naceu e vive en Bama, no concello de Touro. Lembra ben as voaduras da antiga mina. «Sonaba sirena cando ían dinamitar ao medio día. A casa de meus pais era vella, tiña as típicas ventás de madeira verde e a da cociña, do solta que estaba, abríase cada vez que barrenaban», conta. «Antes da mina xa había gandería e cando pechou a xente aferrouse aínda máis a ela», explica Castro. «Co progreso da agricultura creáronse explotacións modernas, máis grandes», continúa. Ao carón do municipio de Touro atópase o de O Pino. Polo seu núcleo, Arca, transcorre o camiño francés, a poucos quilómetros da antiga explotación de cobre. «Arca cambiou moito nos últimos anos, o camiño trouxo peregrinos, albergues, bares». O propio Touro recibe parte desa afluencia. Con todo, a poboación do concello continuou descendendo.

TOURO
FONTE DIAZ
RIO ULLA
REGATO PISTA DE ANGUMIL
LATITUD 42º 52' 34.12"N
LONGITUD 8º 18' 12.18"O
RIO LAMAS allado de la entrada al nuevo polígono
LATITUD 42º 52' 26.25"N
LONGITUD 8º 18' 13.90"O
RIO PORTAPEGO en la entrada de Touro
LATITUD 42º 52' 13.39"N
LONGITUD 8º 18' 29.38"O
RIO PUCHEIRAS
NOVO POLÍGONO INDUSTRIAL DE TOURO
BOMBAS DE FELISA a 280 metros de la guarderia municipal de Touro
LATITUD 42º 52' 17.98"N
LONGITUD 8º 18' 59.45"O
ANTIGUA BALSA MINEIRA DE TOURO
LOXO
ARINTEIRO

> O 17 de agosto de 2017 a Xunta de Galicia anunciou, a través do Diario Oficial de Galicia, o proxecto de reactivación da mina de cobre de Touro.

Tanto Jesús como a súa filla María forman parte da plataforma Mina Touro-O Pino non. Ela é, con doce anos, a integrante máis nova. «Sempre houbo algún rumor de que ían reabrir a mina, a través dunha charla do Sindicato Labrego Galego enterámonos de que esta vez ía en serio», lembra Castro. En agosto do 2017, durante o prazo de exposición pública do proxecto, unha incipiente plataforma conseguiu presentar até 1.500 alegacións xunto a outros colectivos. Sinalaron o posible impacto da mina no medio, a súa proximidade a núcleos de poboación e granxas, a construción de dúas xigantescas balsas de lodos moi preto de casas, a instalación dunha liña de alta tensión de 14 quilómetros que uniría a mina cun encoro próximo ou movemento de grandes masas de terra (267 millóns de toneladas segundo a propia promotora).

Unha rede para defender o medio

Trala súa constitución, os primeiros pasos da plataforma Mina Touro-O Pino Non foron encaminados á informar a veciñanza das implicacións do proxecto. Os seus integrantes alertaron da opacidade dos gobernos municipais de Touro e de O Pino e da compañía promotora. «A empresa comezou a dar charlas cando percibiu oposición, pero unicamente explicaba que crearían emprego, que todo sería marabilloso, sen contestar ás nosas preguntas», ironiza Jesús Castro. «Non queremos traballo a costa do medio, a costa dos ríos».

Dende a presentación do proxecto de reapertura iniciáronse dous camiños paralelos, que se atopan constantemente nas administracións galegas. Por unha banda o da veciñanza e diversas asociacións que tratan de paralizalo, presentando alegacións e mesmo denunciando a contaminación e o deterioro dos terreos da antiga explotación; pola outra a da empresa, que dende o 2017 trata de recibir o aprobado de distintos departamentos, entre eles o de Medio Ambiente.

Sen unha avaliación positiva en todos o informes sectoriais emitidos polas administracións autonómicas, Cobres de San Rafael S.L. non pode iniciar a súa actividade. No 2018 varios destes informes, entre eles o da Dirección Xeral de Saúde, o da Dirección Xeral de Gandaría, Agricultura e Industrias Alimentarias, o de Augas de Galiza, o da Dirección de Patrimonio Natural ou o emitido polo Servizo de Montes de Medio Rural reflectiron deficiencias de fondo e forma, irregularidades ou incongruencias nos documentos da empresa.

Ao camiño iniciado pola plataforma Mina Touro-O Pino Non sumáronse plataformas cidadás de toda Galiza, como a Plataforma pola Defensa da Ría de Arousa. Hoxe forma parte da Rede ContraminAcción ou da rede Compostela-Ulla-Tambre, que reúne a asociacións próximas a Santiago de Compostela. En febreiro de 2018 comezaron as mobilizacións a pé de rúa cunha tratorada que percorreu o núcleo de Touro. O 10 de xuño unha manifestación masiva, convocada por un total de 134 colectivos, congregou en Santiago de Compostela a miles de galegos e galegas ao berro de «Mina non». Neste tempo máis de 20 administracións municipais amosaron o rexeitamento ao proxecto declarándose oficialmente contrarias á explotación. As protestas da veciñanza tiveron eco nas mesmas administracións europeas de Bruxelas, que recibiron en marzo do 2019 a unha delegación de plataformas galegas e do ámbito estatal.

> Pola súa parte, o sector mineiro galego pechou filas para defender a viabilidade e sostibilidade do proxecto mineiro de Touro.

A minaría sostible na educación

Pola súa parte, o sector mineiro galego pechou filas para defender a viabilidade e sostibilidade do proxecto mineiro de Touro. O concepto de minaría sostible non é novo, explica o profesor Xoán Doldán: «O sector introdúceo nos anos 90 para dar resposta aos conflitos sociais que xorden en torno a proxectos extractivos». En febreiro de 2019 presentouse na Galiza a marca «Minería Sostible de Galicia», como contestación «a unha campaña de desinformación en contra do sector». No acto estiveron presentes o conselleiro de Economía, Emprego e Industria, Francisco Conde, e o presidente da Cámara Oficial Mineira, Diego López. As Cámaras Oficiais Mineiras representan no estado ás voces do sector, á vez que exercen funcións propias das administracións, como a xestión do Rexistro Mineiro de Galicia.

En febreiro de 2019 a Cámara Oficial Mineira recibiu unha subvención da Xunta de Galicia de 43.761,12 € para a elaboración de «unidades didácticas sobre minaría para nenos». Como resultado a marca Minaría Sostible presentou unidades didácticas dedicadas á Educación Infantil (3-6 anos), Educación Primaria (6-12 anos) e Educación Secundaria (12-16 anos). A campaña, que defende unha minaría moderna e pouco prexudicial para o medio ambiente, recibiu duras críticas por parte de asociacións medioambientais, pero tamén de sindicatos como a CIG-Ensino ou da Confederación de Asociacións de Nais e Pais Galegas.

Apertura da vía xudicial

Ao tempoque Cobres de San Rafael S.L. trata de defender o seu proxecto, a empresa promotora continúa a acumular sancións. En marzo do 2019 a Plataforma pola Defensa da Ría de Arousa (PDRA) e a asociación ecoloxista Adega denunciaron ante a Fiscalía de Medio Ambiente dos regos e ríos da contorna da antiga explotación. Fins Eireixas é secretario xeral de Adega: «O núcleo desta denuncia son unha serie de probas analíticas que nos entregou Augas de Galicia en maio do 2018 e que contrastamos coas normativas de calidade ambiental para as augas dos ríos, ademais de cos parámetros e valores de referencia de contaminantes en augas de consumo humano».

Tanto a PDRA como Adega sinalan á empresa xestora da antiga mina como responsable da contaminación, á vez que denuncian a inacción dunha administración que manexaba os datos que presuntamente e demostran. Queda que a fiscalía decida actuar e abrir unha investigación, ante o que Eirexas se amosa optimista. Os datos abranguen un período de 10 anos, no que Adega detectou «niveis por enriba dos límites legais de contaminantes, algúns deles perigosos, nunha bacía fluvial de arredor de 65 quilómetros cadrados». «Durante todos estes anos», denuncia Eirexas, «a veciñanza estaba a captar augas que non estaban en condicións, os ríos baixaban contaminados. O Ulla asumiu parte desta contaminación, e iso transcende a irregularidade administrativa, estamos falando dun presunto delito contra o medio ambiente». «Xa está aberta a fronte social e a administrativa, abrir a xudicial pode resultar no abandono definitivo do proxecto», conclúe Eirexas.

O lítio ou a vida

A Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (AUDCB) participou no IV encontro da ContraMINAcción, congregando esta associação residentes e emigrantes de Covas do Barroso com o intuito de travar o projecto de uma mina de lítio a céu aberto que está prevista para esta freguesia do concelho de Boticas, distrito de Vila Real.

JOSÉ DE CARVALHO

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Em Maio de 2018, a empresa Savannah Resources (sediada no Reino Unido) comprou os direitos de concessão da Mina do Barroso, uma licença para exploração de feldspato e quartzo, a uma outra empresa que os detinha até 2036, num contrato extensível por mais 20 anos. A empresa tenciona agora emendar a licença para poder explorar lítio e pretende ocupar uma área superior a 542 hectares para escavar a maior mina de lítio a céu aberto da Europa e também construir uma fábrica para processar os seus compostos.

Aproveitando o desconhecimento dos residentes, os trabalhos de prospecção já começaram por parte da Slipstream Resources (sediada em Braga e subsidiária da Savannah). Foram feitas 307 perfurações na área de prospecção e prevêem-se ainda mais. Em declarações aos jornalistas, Nélson Gomes, presidente da AUDCB, afirma que «pediam para fazer pequenos buracos, coisas simples, diziam eles, mas, quando as pessoas se aperceberam, já estava tudo destruído e as pessoas temeram que, se os mandassem parar, fossem levadas a tribunal».

A galinha dos ovos de lítio

A Savannah Resources tentou, vários meses depois, regularizar as sondagens feitas nos terrenos particulares, com uma autorização escrita que continha uma cláusula abusiva, que obrigava os proprietários a autorizar o acesso aos seus terrenos durante mais 12 meses para receber a indemnização a que tinham direito. «Hoje, os representantes da Savannah Resources ainda andam pelas portas a perguntar se alguém quer vender os terrenos, sem terem sequer licença para a exploração de lítio ou Estudo de Impacte Ambiental», contou-nos Jessica da Cruz, da AUDCB.

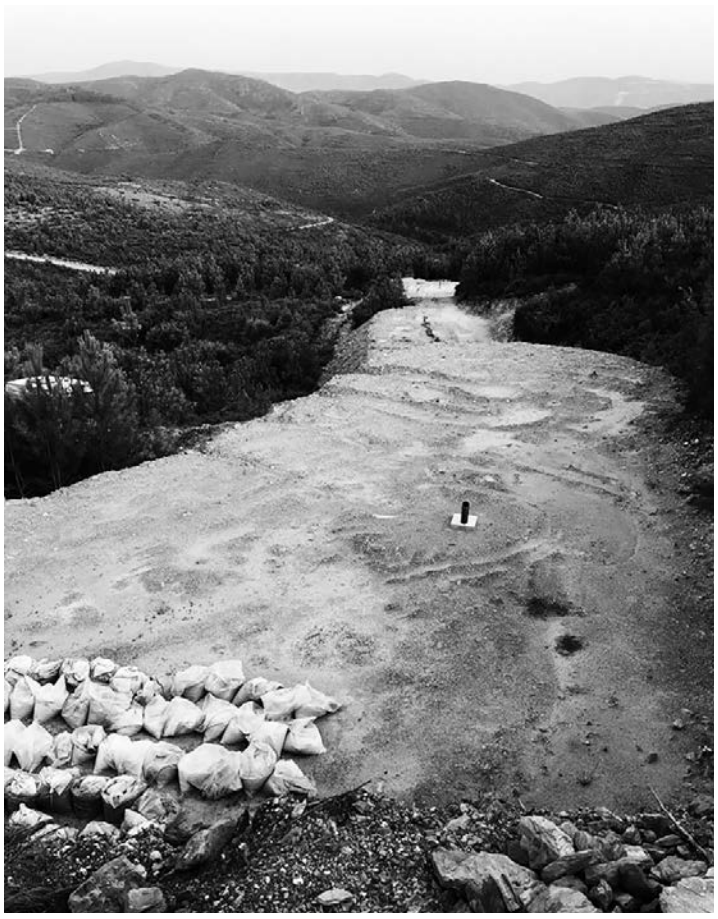
O frenesim da prospecção parece ter que ver com o facto de a Mina do Barroso se assumir como uma grande descoberta europeia de minério: «uma peça-chave na cadeia de valor emergente do lítio na Europa», no vocabulário empresarial da Savannah Resources. Perante as fortes perspectivas de crescimento da procura de baterias de iões de lítio para veículos eléctricos e perante a subida do preço dos compostos de lítio nos últimos anos, recria-se a altura habitual em que os interesses e os discursos das multinacionais e dos Estados se unem para um negócio de prazo limitado, independentemente da gravidade e da duração das suas consequências. E tudo o resto pouco importa.

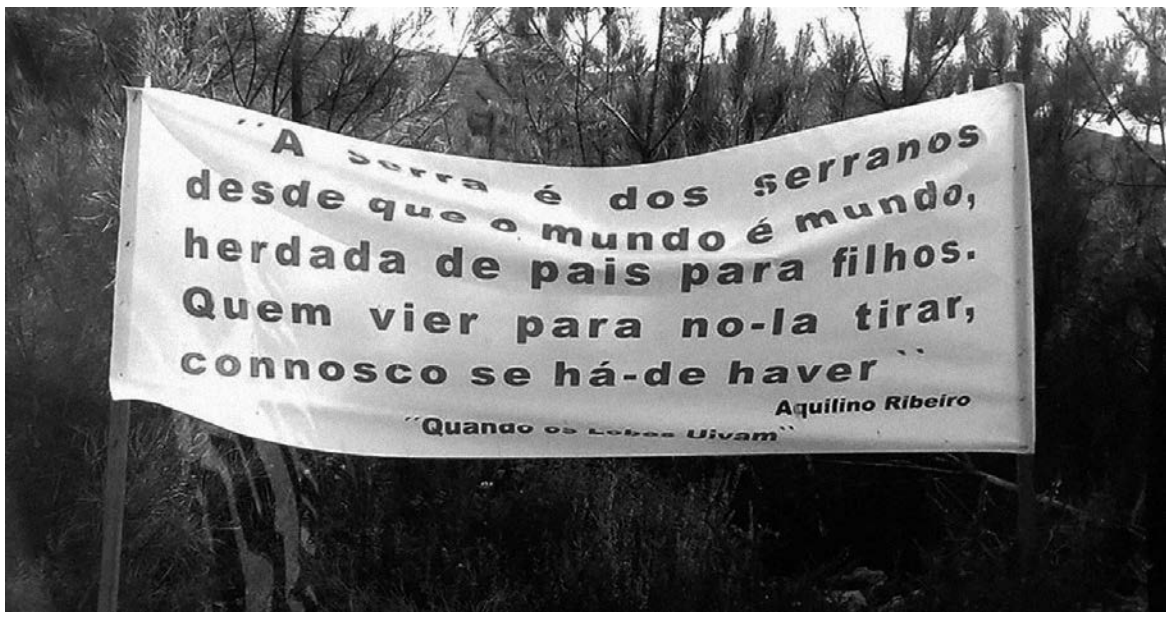
> Recria-se a altura habitual em que os interesses e os discursos das multinacionais e dos Estados se unem para um negócio.

Pouco importa se o barulho das explosões e a inevitável poluição do ar, da água, dos solos, das hortas e lameiros, com emissões de partículas finas, vão tornar a vida insuportável, ou até impossível, às cerca de 150 pessoas que vivem em Romainho, Muro e Covas, as três aldeias que formam a freguesia de Covas do Barroso e cujas casas ficam a menos de 500 metros do local onde a mina vai nascer. Pouco importa se a contaminação do solo e das águas (sabe-se que a «área de rejeitados» fica muito perto do rio e da aldeia) acabar por «dizimar», nas palavras de Fernando Queiroga, presidente da Câmara de Boticas, o mexilhão-de-rio, cuja protecção inviabilizou recentemente a construção da barragem de Padroselos, «porque é no rio Covas precisamente onde há grande parte desta espécie». Pouco importa a destruição do mosaico agro-silvo-pastoril presente no território, recentemente reconhecido pela FAO como relevante para o Património Agrícola Mundial, da paisagem e do património arquitectónico, do *habitat* de outras espécies ameaçadas, como o lobo ibérico, ou a criação de várias crateras profundas na rocha, que nunca poderão ser recuperadas. E pouco importa a monopolização dos recursos de água e a alteração da sua qualidade, principalmente a sul da mina, dado o consumo de mais de 390 mil metros cúbicos de água por ano para «lavar» o minério extraído): a empresa já fala em desviar o curso do rio Covas para alimentar a mina, mas diz que pode não ser suficiente.

Pouco importa, de facto.

A FEBRE DA MINERAÇÃO




"A Serra é dos serranos
desde que o mundo é mundo,
herdada de pais para filhos.
Quem vier para no-la tirar,
connosco se há-de haver"
Aquilino Ribeiro
"Quando os Lobos Uivam"

AUDCB

Nas regiões do país que concentram o minério, existem pelo menos 60 mil toneladas métricas, número que faz com que Portugal tenha uma das dez principais reservas de lítio do globo. «Acreditamos que a Mina do Barroso tem a maior reserva de espodumena da Europa Ocidental», lê-se num comunicado da Savannah de Maio de 2018. Os 14 milhões de toneladas de minério com 1,1 % de óxido de lítio representam mais do dobro da quantidade estimada inicialmente pela multinacional. Nas suas contas, a mina, que querem que entre em produção em 2020, deverá produzir entre 1 e 1,5 milhões de toneladas de espodumena de lítio (num período de 13 a 23 anos), um mineral que serve para produzir sais de lítio, usados nas baterias de automóveis. Pouco importa à empresa e pouco importa ao Estado, que, sedento de investimento, tem feito de tudo para atrair capital para o já chamado «petróleo branco». Ainda há pouco, o secretário de Estado da Energia, João Galamba, afirmava querer entregar a prospecção, a pesquisa e a exploração de lítio em Portugal a «um grande *player* internacional no sector», num regime de aparente monopólio que, segundo parece, é melhor para «garantir que conseguimos fazer isso com escala, de modo a justificar a construção de uma unidade fabril em Portugal».

De acordo com a Savannah Resources, o projecto tem um investimento previsto de 500 milhões de euros. As empresas olham para o lucro imediato, o Estado lembra-se do crescimento, dos impostos e do PIB de curto prazo, e a química acontece. Faz-se um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e, se alguém reparar que é de 2006 e diz respeito a uma área de exploração bastante mais pequena, propõe-se, enquanto se prepara um novo EIA, que a extracção seja considerada Projecto de Interesse Nacional (PIN) para descomplicar os processos que visam proteger o ambiente e as populações.

«As empresas olham para o lucro imediato, o Estado lembra-se do crescimento, dos impostos e do PIB de curto prazo, e a química acontece

Unidos e atentos

A empresa propôs realmente a classificação da Mina do Barroso como PIN, mas acabou por pedir um adiamento por nove meses da reunião prevista para 21 de Janeiro deste ano na Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), justificando esse pedido como «o período considerado necessário para o amadurecimento do projecto», revelou fonte da Câmara Municipal de Boticas, o que poderá significar o período para a ampliação e/ou para deixar passar a época eleitoral. De qualquer forma, a notícia fez respirar de alívio a AUDCB e toda a população de Covas do Barroso, que , no entanto, compreende o carácter potencialmente efémero desta «vitória» e promete não esmorecer nos protestos contra a exploração da mina de lítio, mesmo depois de o ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, ter garantido que não haverá exploração de lítio em Boticas sem avaliação do impacte ambiental. «Todos estamos unidos em defesa da nossa terra e da nossa gente e esperamos que os interesses económicos especulativos não se venham impor à nossa vontade e à sustentabilidade a longo prazo dos nosso recursos. […] Afinal de contas, no que diz respeito a explorar recursos naturais são sempre mais as perdas do que os lucros.» Assim se pode ler na petição pública (ainda disponível *online* para subscrição) com que a AUDCB pretende levar a Mina do Barroso a discussão na Assembleia da República.

«Não temos nenhuma garantia de que as medidas de descontaminação e recuperação vão ser respeitadas pela empresa»

Se os trabalhos de prospecção agressiva trouxeram, com a decapagem e desmontagem da vegetação para a realização de perfurações e a criação de plataformas, uma pequena imagem do que se se seguirá quantos aos danos e à alteração da paisagem, a opacidade do processo e as formas «criativas» de convencer a população não trouxeram mais do que desconfiança e oposição. Uma oposição que se explica com uma vontade real de defender o presente e, acima de tudo, o futuro: «Não temos nenhuma garantia de que as medidas de descontaminação e recuperação vão ser respeitadas pela empresa. Existe uma absoluta impunidade das empresas de mineração a nível mundial mas também em Portugal (veja-se o exemplo das minas da Panasqueira). A Savannah Resources nunca falou desta parte da recuperação», disse-nos Jessica da Cruz.

A retórica da Savannah Resources e do governo sobre a importância do lítio para a mitigação das alterações climáticas, enquanto substituto potencial dos motores de combustão, esbarra nos impactos que a mineração deste material traz sempre consigo. E sobretudo no carácter efémero do empreendimento que, no seu final, deixará para trás pouco mais do que destruição ambiental e alteração forçada do tecido social. Num país em que o secretário de Estado da *Energia* afirma que é preciso «consumir mais energia», um discurso em contraciclo, que proponha uma redução drástica dos padrões de consumo energético, que promova uma utilização mais comunitária da terra, que apele à progressiva diminuição da necessidade permanente de transporte individual e que informe sobre as reais consequências de alternativas como o lítio, é cada vez mais urgente.

A ganhar se perde e a perder se ganha

As questões tabu sobre o aumento da capacidade aeroportuária em Portugal

Em 2004, passaram pelo aeroporto de Lisboa 10 milhões de passageiros. Hoje, quer-se aumentar a Portela e abrir outro aeroporto em pleno estuário do Tejo, para se poder quintuplicar esse número: 50 milhões de passageiros por ano. A que custo?

HANS EICKHOFF
INÊS COSME
REDE PARA O DECRESCIMENTO
ENCONTRODECRESCIMENTO@GMAIL.COM

No dia 8 de janeiro de 2019, foi assinado um acordo sobre os princípios financeiros e económicos para a extensão da capacidade aeroportuária na região de Lisboa entre o Estado Português e a VINCI Airports, concessionária da ANA – Aeroportos de Portugal, que explora todos os aeroportos nacionais. De acordo com o documento disponível no site da ANA / VINCI Airports, o acordo visa a expansão da capacidade do Aeroporto Humberto Delgado em Lisboa e conversão da Base Aérea nº 6 (BA6) no Montijo num aeroporto civil para atingir o objetivo de 72 movimentos por hora no "sistema aeroportuário de Lisboa" (48 movimentos por hora em Lisboa e 24 movimentos por hora no Montijo), quase duplicando a capacidade atual de 38/40 movimentos por hora, atingindo um volume de passageiros de 50 milhões por ano. O acordo financeiro inclui um investimento de 650 milhões de euros no Aeroporto Humberto Delgado e 500 milhões no futuro aeroporto civil no Montijo, bem como 156 milhões de euros como compensação à Força Aérea e na construção de novos acessos entre o futuro aeroporto e a Ponte Vasco da Gama, num horizonte temporal que se estende até 2028. Nada se sabe sobre o valor do património do Estado Português (terreno, instalações e pistas existentes na BA6) que são cedidas à ANA / VINCI até 2062.

O foco operacional do Aeroporto Humberto Delgado centrar-se-ia nas operações Hub, portanto viagens de longo curso e os respectivos voos de ligação, enquanto o futuro aeroporto civil no Montijo estaria focado nas operações ponto-a-ponto de médio curso, geralmente promovidas pelas chamas companhias "low cost". No Montijo seria necessário proceder ao reforço e aumento da pista até aos 2400 metros e criar espaços de estacionamento de aeronaves, para além da construção do Terminal e novos acessos rodoviários à Ponte Vasco da Gama que tem como um dos acionistas principais a própria VINCI. Em Lisboa, os investimentos previstos incluem a construção de novos acessos independentes da 2ª circular para Norte e Poente (não se sabe em que terrenos), o aumento de lugares de estacionamento de aeronaves, bem como o aumento do Terminal 1 com mais posições de contacto e redução da necessidade de deslocação em autocarro. Existem dois pontos-chave neste cenário: Será necessário obter a autorização por parte da ANAC para o encerramento da pista secundária 17/35 que é apenas utilizada como recurso em condições meteorológicas desfavoráveis. Aparentemente, isso será dependente de uma alternativa no futuro aeroporto do Montijo. Por outro lado, o aumento do número de movimentos aéreos por hora em 25%, de 38/40 para 48, como previsto no acordo citado acima, requer uma reorganização do espaço aéreo no sentido de reduzir o espaço reservado para operações militares a partir das bases de Sintra e Monte Real. Nada se sabe sobre eventuais acordos e contrapartidas que a esta questão dizem respeito.

Embora o Primeiro-Ministro António Costa, na abertura da IV Cimeira do Turismo Português em Setembro de 2018, tenha afirmado que existe um largo consenso na população portuguesa relativamente à necessidade do aumento da capacidade aeroportuária em território nacional e nomeadamente na região de Lisboa, nos últimos anos o assunto não tem sido publicamente discutido com a profundidade necessária. Durante a cerimónia de assinatura do acordo no dia 8 de Janeiro de 2019, 60 pessoas protestaram numa curta marcha que teve início na Junta de Freguesia do Samouco e terminou na rotunda de acesso à base aérea, na sua maioria membros da Plataforma Cívica Aeroporto BA6-Montijo Não, uma associação local ativa desde junho de 2018. A plataforma reúne motivações díspares em relação à sua oposição a um aeroporto civil no Montijo, desde preocupações ambientais e sanitárias até à segurança aeronáutica e ao desejo de ver construído um aeroporto ainda muito maior noutro local como por exemplo no Campo de Tiro de Alcochete, a pouco mais de uma dezena de quilómetros de distância. Poucos foram os manifestantes que se opunham a qualquer aumento da capacidade aeroportuária em qualquer local, exigindo antes a revisão de um modelo de desenvolvimento baseado na queima de combustíveis fósseis numa desesperada tentativa de manter a ideologia do crescimento económico desenfreado, mesma perante a catástrofe climática iminente.

> (...) as críticas em relação ao aumento da capacidade aeroportuária são muito mais abrangentes, tendo em conta a catástrofe climática iminente e o papel da aviação como grande emissor de gases com efeito de estufa

Os motivos da assinatura do contrato numa altura em que ainda se aguarda pela avaliação ambiental do projeto são nebulosos. A associação ambiental ZERO já reclamou a necessidade de uma avaliação ambiental estratégica para o conjunto dos dois empreendimentos em Lisboa e no Montijo tendo já apresentado queixa junto da Comissão Europeia. Considera ainda que o Governo está a tentar implementar uma política do "facto consumado" exercendo uma pressão inadmissível sobre a Administração a elaborar o estudo de impacto ambiental referente a uma zona de avifauna sensível como é o estuário do Tejo. No dia 7 de Março de 2019, a ZERO acabou por interpor uma ação judicial com carácter de urgência no Tribunal Administrativo de Lisboa contra a APA – Agência Portuguesa de Ambiente, na sua qualidade de Autoridade Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), no sentido de obrigar à realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica relativa à decisão de instalar um aeroporto complementar no Montijo.

No entanto, as críticas em relação ao aumento da capacidade aeroportuária são muito mais abrangentes tendo em conta a catástrofe climática iminente e o papel da aviação como grande emissor de gases com efeito de estufa. De acordo com a organização não-governamental "Stay Grounded", existem em todo o mundo mais de 1200 projetos

Ação em defesa do estuário do Tejo e contra o novo aeroporto no Montijo, 9 de dezembro de 2018

Protesto da rede Stay Grounded no aeroporto londrino de Heathrow

Quando nos querem de cabeça nas nuvens: *Stay Grounded!*

«Uma massiva onda de expansão aeroviária está a acontecer a nível mundial: cerca de 1200 projetos de ampliação ou construção de aeroportos, muitos deles impostos por governos a serviço dos interesse corporativos.»
A rede *Stay Grounded*, em português ATERRA, surgiu há dois anos e não para também ela de crescer. O seu manifesto, assinado até ao momento por 110 grupos de todo o mundo, lembra que «a aviação é o meio de transporte mais danoso para o clima» e propõe 13 passos para transformar o transporte, a sociedade e a economia.
Um dos grupos é o *Grow Heathrow*, que ocupa há dez anos um terreno na zona prevista para a construção da terceira pista do maior aeroporto de Londres, que se transformou num projeto de Transição, repleto de hortas comunitárias. Outro, a coligação *Back on Track*, em defesa dos comboios noturnos na Europa. Em Portugal, juntaram-se para já Climáximo, GAIA e Rede para o Decrescimento, que se opõem ao crescimento aeroportuário previsto em Lisboa.
Este verão, de 12 a 14 de julho, a *Stay Grounded* organiza o primeiro encontro internacional Decrescimento da Aviação. Acontecerá em Barcelona, uma das cidades que se debate com a aterragem do turismo de massa, e será «livre de voos».

mais info em **stay-grounded.org**

de ampliação ou construção de aeroportos que servem sobretudo os interesses corporativos de grandes empresas. Está por explicar como o Governo Português quer justificar a flagrante contradição entre o Roteiro para a Neutralidade Carbónica em 2050 cuja versão preliminar acabou de publicar e o investimento no aumento da capacidade aeroportuária. Mesmo que os transportes aéreos e marítimos tenham ficado fora dos acordos de Paris, torna-se gritante a incoerência neste tipo de decisões políticas.

Não nos podemos ainda esquecer que com obras de menor dimensão o número de passageiros no Aeroporto de Lisboa quase triplicou nos últimos 15 anos tendo sido quebrado a barreira dos 10 milhões de passageiros anuais pela primeira vez em 2004 e a barreira dos 20 milhões em 2015 atingindo um máximo em 2018 com 29 milhões de passageiros. Os efeitos nefastos desta explosão do tráfego aéreo são sentidos a todos os níveis. A "turistificação" do centro de Lisboa com a construção de hotéis e transformação de núcleos habitacionais em "alojamento local" provocou a expulsão de muitos lisboetas das suas casas, por um lado devido a despejos devido à alteração do regime de arrendamento urbano ("Lei Cristas") e por outro lado devido ao aumento incomportável das rendas ou do preço de aquisição de habitação. A quota de alojamento local chegou a atingir mais de 40% das camas existentes em algumas zonas históricas da cidade tendo sido suspensa a autorização de novas unidades nas zonas mais afetadas.

As consequências perniciosas do tráfego aéreo em relação à saúde da população residente na proximidade de aeroportos têm sido negligenciadas. No entanto, estudos científicos demonstraram maior morbilidade e mortalidade do foro cardiovascular em pessoas expostas regularmente a níveis de ruídos elevados provenientes de aviões a aterrar ou, sobretudo, a levantar voo. O ruído provoca ainda alterações de aprendizagem na população estudante, muito exposta em Lisboa pela localização de escolas e universidades no corredor predominante de aproximação dos aviões. Outro efeito prejudicial da aviação sobre a saúde prende-se com a poluição atmosférica provocando um aumento das doenças respiratórias. Possivelmente, em Lisboa os protestos contra o aumento exponencial do tráfego aéreo nos últimos anos não têm sido mais visíveis porque o corredor de levantamento de voos com os ventos predominantes do quadrante norte, com níveis de ruídos mais elevados, se situa fora da cidade de Lisboa, no concelho de Loures, nomeadamente na zona de Camarate, habitada predominantemente por uma população migrante, pobre e socialmente desfavorecida. Com os dados disponíveis até ao momento, não parece haver dúvida que se trata de um projeto megalómano e insano que coloca os interesses económicos de grandes empresas acima da saúde e do bem-estar da população afetada.

A Rede para o Decrescimento é um movimento que questiona de forma mais radical um modo de vida ecologicamente insustentável e socialmente destrutivo baseada na filosofia do crescimento económico desenfreada e a sua vertente mais destacada, o capitalismo neoliberal. Já hoje a pegada ecológica das sociedades industrializadas excede em muito os recursos não-renováveis da Terra e a sua capacidade de suporte para os resíduos e a poluição resultantes de elevados níveis de consumo de bens e serviços que, sem satisfazer as necessidades materiais básicas de uma grande parte da população mundial, sujeitam a maioria à servidão de empregos alienados, num ritmo alucinante de deslocações e em disponibilidade permanente para o empregador, para sustentar a volúpia devoradora de um monstro chamado "crescimento económico", dos seus acólitos, e dos beneficiários que se deslocam preferencialmente em aviões privados para fugir para os seus refúgios idílicos e (ainda) não afetados pela catástrofe climática iminente que se abate em primeiro lugar sobre os mais pobres e desfavorecidos.

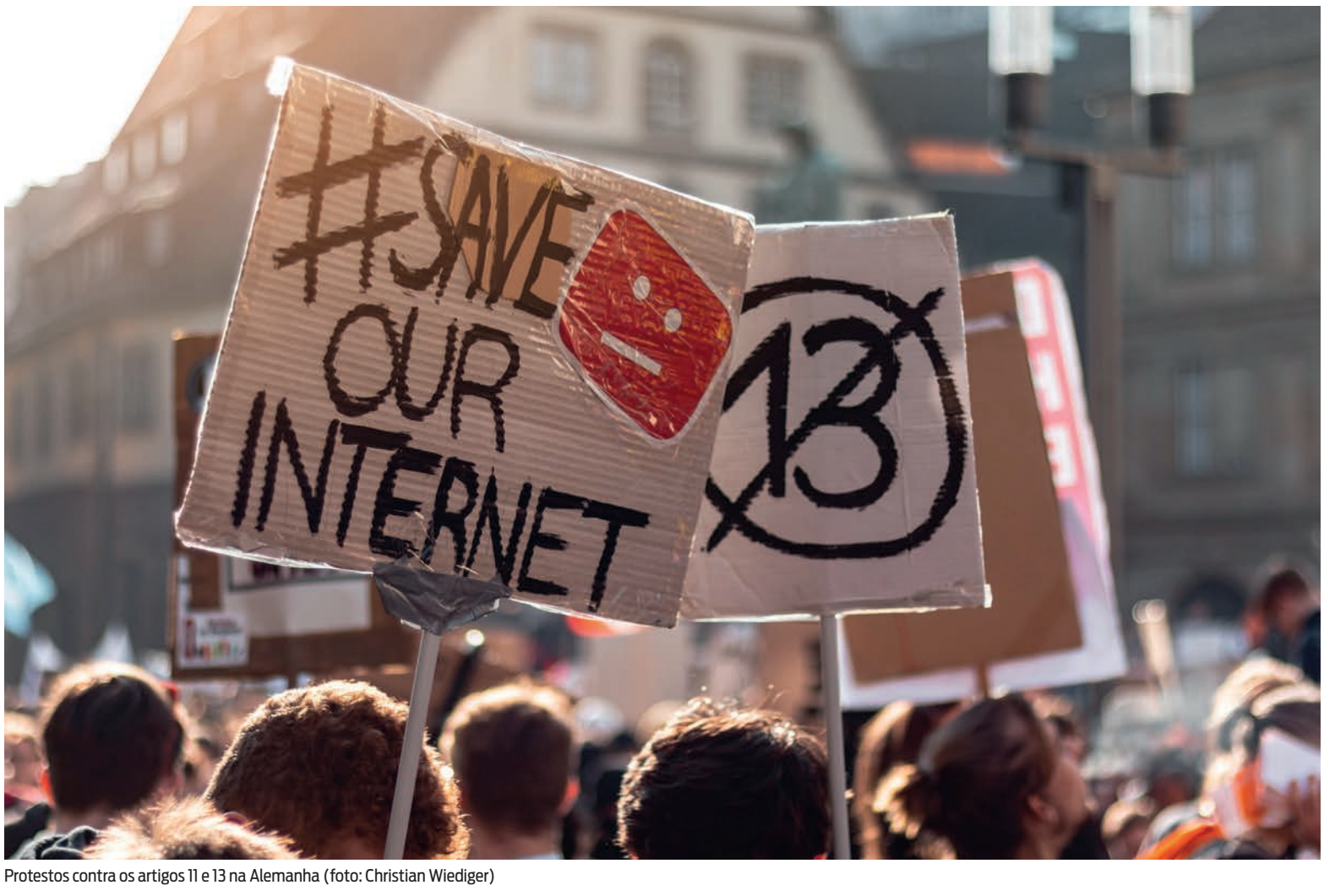
Perante a leviandade do acordo assinado pelo Governo Português e a VINCI Airports a Rede para o Decrescimento exige desde já a revogação do acordo financeiro assinado com a VINCI Airports. Exige ainda a realização de um estudo científico sobre os efeitos na saúde e bem-estar da população de Lisboa e do Concelho de Loures, mais afetada pela operação do Aeroporto Humberto Delgado, nomeadamente no que diz respeito à prevalência e incidência de doenças cardiovasculares e respiratórias, em comparação com a restante população para aferir a inocuidade sanitária da operação existente e a realização de um estudo semelhante sobre os efeitos esperados na população da Margem Sul do Tejo, nomeadamente a população residente nos concelhos de Montijo, Alcochete e Moita, em consequência da conversão da BA nº 6 num aeroporto comercial. Será imprescindível insistir no escrupuloso cumprimento dos regulamentos nacionais e europeus no que diz respeito ao impacto ambiental de qualquer expansão da capacidade aeroportuária, tanto em Lisboa ou no Montijo, e a realização de uma avaliação ambiental estratégica, em concordância com as ações já desenvolvidas pela associação ambiental ZERO. E não deixa de ser crucial avaliar a "capacidade de carga turística" em Lisboa e outras cidades portuguesas para saber qual o número máximo de pessoas que pode visitar os locais turísticos ao mesmo tempo sem causar danos do ambiente físico, económico e sociocultural, e sem diminuir de forma significativa a qualidade da satisfação do próprio visitante. Por fim, não se pode compactuar com a exclusão do transporte marítimo e aéreo no Roteiro para a Neutralidade Carbónica em 2050, exclusão esta que representa uma absoluto contra-senso em relação ao espírito do documento. Será necessário desenvolver alternativas estratégicas e ambientalmente mais favoráveis em comparação ao tráfego aéreo, incluindo nomeadamente o transporte ferroviário.

Não parece haver dúvida de que se trata de um projeto megalómano e insano, que coloca os interesses económicos de grandes empresas acima da saúde e do bem-estar da população.

Artigos 13 e 11
Com que diretivas se escreve o futuro da internet?

A atualização da diretiva dos direitos de autor prevê a implementação de taxas de *link* e filtros de *upload* através dos famosos artigos 11 e 13, agora renumerados como 15 e 17. Debaixo de uma forte contestação, das ruas às instâncias europeias, a nova diretiva foi aprovada em março passado no Parlamento Europeu, mas a saga promete continuar.

MÁRIO RUI ANDRÉ
@MRUIANDRE
JOÃO RIBEIRO
@JOAOGSR
MEMBROS DA DIREÇÃO
DA REVISTA SHIFTER
SHIFTER.PT | @SHIFTERP



Protestos contra os artigos 11 e 13 na Alemanha (foto: Christian Wiediger)

Mudam-se os tempos, mudam-se os hábitos, mas há coisas que nunca mudam: como o tema onde se cruza política, empresas e produtores de conteúdo no geral, oriundos de diferentes segmentos da sociedade civil.

Os *copyrights* ou, em português, direitos de autor, têm sido motivo de incerteza e discórdia permanente entre os vários elos da cadeia criativa. Com a proliferação das redes sociais, que simultaneamente se foram transformando em grandes multinacionais especializadas em extrair valor económico da comunicação entre utilizadores online, o tópico ganhou toda uma nova dimensão o que, por sua vez, se transformou em pressão para que, a nível europeu, se tomassem medidas. Neste contexto, artistas reivindicam esquemas de remuneração mais justos e editoras culpam os *piratas* e as multinacionais por se apropriarem do valor criativo. Perante a pressão, políticos respondem com uma proposta legislativa e, perante esta, internautas reagem com medo das mudanças que a internet pode sofrer.

Em cima da mesa está uma atualização da atual diretiva de direitos de autor, em vigor desde 2001, e que procurou, sobretudo, responder ao tratado internacional estabelecido em 1996 – o Acordo de Direitos Autorais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Se esta, em alguns aspetos, foi bem sucedida, noutros nem tanto. A verdade é que velocidade da revolução digital alterou comportamentos e diluiu fronteiras, levando a Comissão Europeia, uma década depois, a pensar na revisão da reforma.

Um processo longo e demorado

Em 2014, altura em que Jean-Claude Juncker assumiu a presidência da Comissão, começaram a ser tomadas as primeiras medidas no sentido de criar políticas comuns para aquilo que viria mais tarde a ser chamado Mercado Único Digital. À data, começava a fazer-se sentir a predominância dos *media* sociais, como o Facebook ou o YouTube, e iam despertando as primeiras vozes críticas do seu modelo de negócio, baseado na monetização do conteúdo carregado pelos utilizadores através de receitas publicitárias. Assim, a iniciativa para a atualização da diretiva de 2001 surgiu, nesse ano, como uma continuação natural da estratégia encetada.

Já no documento que ratificou o Mercado Único Digital, aprovado em Maio de 2015, se salientava a necessidade de criar políticas de direitos de autor comuns a toda a zona euro que fossem operacionalizáveis online. Na mesma altura, a eurodeputada pelo Partido Pirata alemão Julia Reda, redigiu um relatório no qual identificou falhas nas regras relacionadas com direitos de autor em vigor. Já anteriormente tinham existido conversas políticas com *stakeholders* e uma consulta pública.

> Perante a pressão, políticos respondem com uma proposta legislativa e, perante esta, internautas reagem com medo das mudanças que a internet pode sofrer.

Em 2016, nos seus últimos momentos enquanto comissário para os assuntos digitais da Comissão Europeia, Günther Oettinger, eurodeputado alemão dos Democratas Cristãos Alemães (CDU), materializou a proposta, assinando o primeiro rascunho da nova diretiva de direitos de autor e, desde então, que este processo especialmente mediatizado se arrasta pelos meandros da burocracia da política europeia. Oettinger foi um dos protagonistas na defesa da reforma até ao fim do seu mandato quando foi substituído, em meados de 2017, por Axel Voss, do mesmo partido e também ele uma voz a favor da diretiva. Por sua vez, Julia Reda, foi uma das primeiras figuras a sugerir mudanças e tornou-se o rosto mais visível da oposição às várias versões e propostas de revisão da diretiva.

Contudo, só em 2018 o assunto ganhou dimensão social e a discussão se alargou para fora do círculo político a que estava confinada. Do lado da sociedade civil, foi em março que se deram as primeiras iniciativas de debate e contestação, como o Create Refresh, um movimento de criadores artísticos com vontade de desenvolver material de divulgação em oposição ao Artigo 13.

No dia 25 de Maio desse ano, o Conselho da União Europeia, órgão no qual estão representados os 28 Estados-Membros, deu o seu aval e a proposta, sem grandes alterações, seguiu para o Parlamento Europeu. Nessa instituição, passou pelas mãos dos eurodeputados do Comité Parlamentar para os Assuntos Legais, entre os quais se encontrava o português Marinho e Pinto. Dada luz verde, seguiu para plenário, onde foi votada e rejeitada em Julho. Voltou a ser votada em Setembro, sendo aprovada juntamente com um pacote de cerca de 200 emendas preparado pelos eurodeputados nos dois meses

entre as votações.

No entanto, entre as duas grandes votações parlamentares de setembro e março, muita tinta correu. Depois da aprovação de setembro, o processo voltou ao circuito fechado, passando para a chamada fase do trílogo em que Comissão, Parlamento e Conselho procuraram chegar a um texto final que considerasse, de forma equitativa, a opinião expressa por todas as partes ao longo do processo. Durante esta fase do processo, que se prolongou até fevereiro, a contestação voltou a fazer-se ouvir em alto e bom som. Na base deste novo momento de reivindicação popular estava a esperança de que os relatores da proposta no trílogo considerassem as opiniões que vinham surgindo dos vários quadrantes da sociedade civil, incluindo de grupos de académicos, que alertavam sobretudo para a potenciais consequências do Artigo 13.

O texto foi finalizado a 28 de fevereiro, depois de um trílogo mais demorado que o previsto e contemplou 24 artigos, entre os quais se mantinham os motivos que estiveram na base da oposição. Na versão final, permaneceram os Artigos 11 e 13 e as suas revisões foram pouco significativas, com destaque para a mudança da numeração dos polémicos artigos, agora artigos 15 e 17. O dossier voltou recentemente ao Parlamento para a votação da proposta já com emendas, dando lugar a mais um momento de forte contestação. David Kaye, relator das Nações Unidas para a Liberdade de Expressão, emitiu um comunicado antes do dia da votação considerando desnecessária e desproporcional a fórmula do Artigo 13. Por sua vez, dezenas de investigadores da área dos direitos de autor escreveram uma carta aberta endereçada à Comissão reforçando a posição que vinham isoladamente exprimindo ao longo de todo o processo. A nova diretiva europeia de direitos de autor passou com 348 votos a favor, 274 votos contra e 36 abstenções. Entre os eurodeputados portugueses, votaram a favor os representantes do MPT, PDR, PSD, CDS e PS, à exceção da eurodeputada socialista Ana Gomes que, à semelhança do BE e da CDU, votou contra.

POR FAVOR NÃO MATEM OS MEMES
I'm sorry Dave,
I'm afraid I can't post that.
NET PURA SEM CENSURA
A INTERNET É UM BEM COMUM
NÃO À CENSURA NA INTERNET
SAVE #YOUR INTERNET

Protestos contra os artigos 11 e 13 em Lisboa em Julho passado. Foto: Eduardo Santos

Aprovação das medidas no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, a 26 de Março de 2019

O que dizem os Artigos?

Na versão final, o Artigo 15 (antigo 11) obriga motores de busca e agregadores de conteúdos, como o Google News, a procurar uma licença junto dos órgãos de comunicação social para reproduzir o seu conteúdo, a não ser que apenas reproduzam hiperligações dos artigos ou «palavras isoladas ou de excertos muito curtos» dos mesmos. Artigos de imprensa publicados antes da entrada em vigor da diretiva não são abrangidos pelas novas regras, nem tão pouco a «utilização privada e não comercial de publicações de imprensa por utilizadores individuais». O Artigo 15 estabelece também que «os Estados-Membros devem prever que os autores de obras que sejam integradas numa publicação de imprensa recebam uma parte adequada das receitas que os editores de imprensa recebem pela utilização das suas publicações de imprensa por prestadores de serviços da sociedade da informação».

Já o Artigo 17 (antigo 13), que tem sido o principal motivo de discórdia, refere que as plataformas digitais, como o Facebook ou YouTube, devem obter «uma autorização dos titulares de direitos [de autor], por exemplo, através da celebração de um acordo de concessão de licenças». Licenças essas que terão de abranger os conteúdos protegidos por direitos de autor que as plataformas disponibilizem, bem como aqueles que os seus utilizadores possam carregar. O Artigo 17 responsabiliza as plataformas, e não os utilizadores, pelos atos destes na partilha de «obras protegidas por direitos de autor e de outro material protegido». No caso de ser encontrada uma violação, serviços como o Facebook ou YouTube terão de mostrar que «envidaram todos os esforços» para obter uma licença, impedir a partilha de materiais protegidos *a priori*, bloquear o acesso a esses conteúdos no caso de terem sido partilhados, e/ou impedir o futuro carregamento dos mesmos.

> Do lado de quem contesta, fala-se também do fim da Internet, deixando-se alertas para a forma como a pouca objetividade da lei vai prejudicar os utilizadores e levar as plataformas a tomar medidas que se podem classificar como censura.

Relativamente ao primeiro, artigo 15 (antigo 11), um dos principais argumentos da contestação vem do exemplo dos países que já testaram uma medida semelhante. Alemanha e Espanha tentaram, em momentos anteriores, obrigar agregadores de notícias a pagar por licenças de publicação em tentativas frustradas que, tanto num caso como noutro, resultaram numa quebra de visitas dos sítios noticiosos. No caso alemão, os jornais acabaram mesmo por oferecer a licença à Google que se recusou a pagar. Críticos argumentam ainda que poderá comprometer a pluralidade do setor dos *media*, uma vez que as plataformas podem aceder pagar licenças apenas às publicações com mais notoriedade e/ou integradas em entidades de gestão de direitos de autor, excluindo publicações com menos procura. Podem ainda escolher não pagar de todo o que, por extrapolação, pode resultar num aumento de circulação de notícias falsas alheias a qualquer tipo de licenciamento.

Relativamente ao segundo, artigo 17 (antigo 13), a discórdia é maior e os argumentos mais variados. Neste caso, cruzam-se opiniões de multinacionais de gestão de direitos de autor, artistas, internautas, ativistas e muito mais. Como motivação para a criação legislativa está sobretudo o *value gap* – a diferença entre o que ganham os intervenientes na cadeia de distribuição criativa, do artista até ao YouTube –, algo que os contestatários garantem que não será colmatado simplesmente pela força da lei. Além disso, na base da contestação a este artigo está a determinação de que as plataformas devem tentar, por todos os meios, impedir o carregamento de conteúdo protegido o que as poderá levar a implementar filtros automáticos, os conhecidos "Filtro de Upload". À semelhança do que acontece, por exemplo, na aplicação chinesa *WeChat*, que censura mensagens politicamente sensíveis, ou no *Tumblr*, onde filtros do género já revelaram as suas falências, identificando indevidamente conteúdo como impróprio.

A polémica em torno da diretiva é singular e as suas demonstrações têm sido notáveis. Através de uma petição online, foram recolhidas mais de 5 milhões de assinaturas contra o Artigo 13. Do lado de quem contesta, fala-se também do fim da Internet, deixando-se alertas para a forma como a pouca objetividade da lei vai prejudicar os utilizadores e levar as plataformas a tomar medidas que se podem classificar como censura. Teme-se que, ao colocar a responsabilidade no lado das plataformas, estas possam criar políticas excessivamente restritivas.

Do lado de quem defende a proposta legislativa, sublinham-se as exceções que devem ser contempladas na transposição para a lei de cada país que visam evitar esse ambiente. Facto é que esta é uma das mudanças legais mais conturbadas dos últimos anos e onde as vozes críticas parecem ter uma postura sobretudo de alerta. Aquando das negociações políticas, Holanda, Luxemburgo, Polónia, Itália e Finlândia emitiram uma declaração conjunta onde criticaram a falta de clareza da proposta considerando mesmo que a diretiva, tal como está, não cumpre os seus objetivos e será um passo atrás na regulação do Mercado Único Digital.

Em caso de aprovação, os Estados-Membro terão dois anos para transpor e adaptar a diretiva à sua legislação. Paula Simões, investigadora, tem sido uma das vozes que mais tem contribuído para o debate sobre a diretiva em Portugal. Numa breve declaração deixou o aviso de que o maior risco nesta fase é a possibilidade de «os países não aproveitarem a margem que a diretiva dá em alguns dos pontos, por um lado, e por outro, que a transposição seja realizada muito rapidamente, e que não seja objeto de discussão e consulta pública».

Os próximos tempos serão determinantes na definição do futuro da Internet e a discussão destes artigos não será a única a marcar a agenda no domínio da sua regulação. No horizonte surge a lei de prevenção contra a propaganda terrorista, que obriga as plataformas digitais a apagar qualquer conteúdo que seja sinalizado como terrorista no espaço de uma hora.

Os olhares de Catarina

Os novos trabalhadores rurais do Alentejo: entre a esperança e a discriminação

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FOTOGRAFIA **ANDRÉ PAXIUTA**

O olhar de Catarina Eufémia, gravado no mural que celebra a sua mitologia em Baleizão, parece cruzar-se com o olhar da mulher de nome desconhecido do Hindustão que por ali passa. Talvez o olhar fugaz que a trabalhadora rural dos olivais e amendoais intensivos dos campos de Beja dirige ao rosto de Catarina questione que mulher e de que emancipação fala o mural. Nesse instante fotográfico, o olhar já não se cruza com o cravo imprescindível à memorabilia comunista. Provavelmente, nem tamanhos questionamentos e simbologias assolam a trabalhadora migrante. O seu mundo está antes ligado por um fio a um *smartphone*. Do outro lado, a milhares de quilómetros, estará uma voz familiar e uma condição de miséria que a levou a atravessar meio mundo em busca das migalhas da fatia do bolo que ditou que as muitas Catarinas Eufémias do hemisfério sul não tenham direito a uma vida digna. Muito menos que os seus nomes sejam recordados pelas múltiplas lutas que povoam a sua mera sobrevivência quotidiana.

A fotografia de André Paxiuta sugere o ponto de partida desta crónica. Em primeiro lugar, uma inquietação: o desencontro entre a migrante explorada nos grandes olivais de Beja e um mural que se revela afinal um muro de indiferença que percorre as vilas e campos do Alentejo para com aqueles que de fora aqui vêm trabalhar à jorna. Depois, uma pergunta que cedo se revela um equívoco e uma ilusão: como lidam os trabalhadores rurais alentejanos com a vaga dos trabalhadores rurais migrantes?

Inquietação

Se em números anteriores do Jornal MAPA abordámos a situação laboral de escravatura e as lutas específicas dos migrantes nos campos do Sul, regressamos para retratar um território que vive silenciosamente numa tensão social fracturante. A pergunta atrás formulada é equivocada porque a condição de trabalhador rural alentejano há muito que desapareceu, e ilusória porque a questão não se coloca verdadeiramente como prioridade a quem habita o território. E, quando é posto em praça pública, o problema corre o risco de afundar-se no preconceito racista. A inquietação persiste ao não nos deparamos com uma resposta positiva, possível e desejável. Uma resposta de solidariedade expressa entre os olhares cruzados dos filhos e netos, nascidos da geração de Catarina Eufémia, e os migrantes sem nome do Hindustão, do Leste europeu ou da África subsariana.

Situemo-nos antes de mais nesta paisagem forjada pelo homem e pelo trabalho rural. Afinal de contas, a presente e brutal transformação dos campos alentejanos apenas pode ser comparada com a conquista humana das charnecas, matos e florestas que moldou há cem anos atrás o Sul de Portugal nas planuras do celeiro da nação. Paisagem que hoje desaparece, repetida a avidez das grandes extensões de terra, numa transformação programada e apoiada com dinheiros públicos, em nome do lucro circunscrito proporcionado pelas culturas permanentes do olival e amendoal. O que acontece a uma velocidade estonteante. Num fechar de olhos, perdemos os sentidos e acordamos emergidos numa outra terra qualquer. O olhar ferido pelo sol não vislumbra mais a planura e os montados que a salpicavam. A promessa foi cumprida. O Alqueva abriu as veias da sua água ao regadio da agroindústria de Évora a Beja. E onde o sol se põe, na aragem da costa alentejana, é o reflexo plastificado das estufas que fere a vista a caminho das falésias que se esboroam. É esse o novo Alentejo e todos sabíamos que aí vinha. Décadas de promessas, progresso e betão concretizadas. Surpresa mesmo, somente o assomo da vertigem com que de um dia para o outro o mar é em terra extensões de plástico e as encostas dos barrancos se vêm esquadrinhados em ruas de olival e amendoal,

enevoados pela química, e as margens das ribeiras cortadas a perfil recto convidam o solo a conhecer definitivamente a sua aridez.

Maravilhoso mundo novo…

A Maravilha Farms é uma das multinacionais norte-americanas de frutos vermelhos, junto com a Driscool's instalada em Odemira. Há 10 anos em Portugal, representa cerca de 2% do universo da californiana *Reiter Affiliated Companies* (RAC). Actualmente, os lucros destas multinacionais ascendem a perto de 150 milhões de euros por ano. Com cerca de 150 hectares de produção, a Maravilha Farms prevê duplicar as estufas de framboesas, amoras e mirtilos, para 300 ha, anunciando um aumento de mão-de-obra de 60 a 70% dos 700 trabalhadores contabilizados (15% deles portugueses). Números à parte da mão-de-obra sazonal, que representam no fim de contas a espinha dorsal desta indústria. O plano de investimento da Maravilha Farms («Ambição 2021») fora apresentado em maio de 2017 nas instalações da empresa em São Teotónio, numa cerimónia presidida pelo primeiro-ministro António Costa.

Contrariando a ambição desse mar de estufas, o processo de avaliação ambiental, em fase final à data em que escrevemos, aponta um conjunto de indicações desfavoráveis ao Projeto Agrícola da Maravilha Farms a desenvolver em 84 ha de Alcaria Nova (São Teotónio), incluindo a base logística e administrativa da multinacional, centralizando as outras unidades produtivas já existentes na envolvente. Em causa está a violação dos princípios de conservação do Sítio de Importância Comunitária Costa Sudoeste e do próprio Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, espelhando uma preocupação crescente com esta ocupação excessiva no Perímetro de Rega do Mira.

Mas, para lá da evidência de crime ambiental, a expansão das estufas trouxe inevitavelmente ao de cima a questão social. Questão centrada sobretudo na habitação e na interacção social de diferentes comunidades, desde que há mais de uma década atrás chegaram a São Teotónio levas de búlgaros, hoje ofuscados pelos milhares de tailandeses, nepaleses, indianos e bengalis que ocupam toda e qualquer casa e casebre. O novo projeto agrícola previa inicialmente a construção de 19 edifícios para alojamento de 16 trabalhadores cada um, um refeitório, uma lavandaria e um posto de saúde. Contudo, em janeiro passado, a Maravilha Farms dá o dito por não dito e excluiu simplesmente a criação de espaços e equipamentos destinados aos trabalhadores temporários, quando questionada pela CCDR Alentejo relativamente ao escasso número previsto e ao compromisso social da empresa.

Quando só este projeto significará cerca de 1050 novos trabalhadores em época de colheitas, foi recebida com evidente incompreensão a conclusão do estudo de impacte ambiental de que não haveria impactes com significado sobre os fatores socioculturais locais. Em sentido contrário, a freguesia local tem vindo a apontar uma série de dificuldades inerentes ao aumento de pressão sobre os serviços públicos, desde a recolha de resíduos, saneamento básico, água, luz e comunicações. E neste cenário há quem acentue ainda que a corrida ao alojamento colide com o alojamento temporário do turismo da costa alentejana. Em ambos os casos, o ganho dos proprietários locais, à custa com os migrantes de casas sem condições, veio criar uma crise para a restante população incapacitada em suportar os custos de alojamento.

Numa freguesia que registava 6439 residentes nos censos de 2011, só o número de atestados de residência entre 2016, 2017 e 2018 evoluiu de 1758, 2788 a 3767 pedidos. Números que não reflectem fixação de população, mas sim a rotatividade dos migrantes, ditada por verdadeiros cartéis de trabalho precário, que operam legalmente em empresas de trabalho

Idosos alentejanos perfilam-se nos bancos à esquina a ver o que se passa, mas ao largo e na rua são muitos os grupos de jovens asiáticos de cócoras. O espaço doméstico das casas passou com os novos habitantes para a soleira das portas e na rua, até porque a privacidade deixou de ser um garante no interior dos alojamentos sobrelotados.

temporário. Essa demanda de centenas de trabalhadores para as estufas de frutos vermelhos espelha a constante da alma capitalista: lucros astronómicos garantidos por mão-de-obra barata e explorada. Uma condição inquestionada enquanto funciona como chantagem a uma possibilidade migratória que é mais favorável em Portugal para garantir uma passagem legal ao sonho europeu.

O certo é que esta miragem encarniçada do plástico não atraiu apenas multinacionais, mas envolve igualmente os pequenos proprietários de terras no sudoeste alentejano que instalam estufas com o retorno garantido pela Driscool's e congéneres, recorrendo em igual medida ao anónimo recrutamento dos migrantes. Numa terra que acompanhou a tendência regional da rejeição da terra, enquanto actividade económica, pela terciarização da população local nos serviços públicos ou no sector turístico, há um regresso à terra: plastificada,

O Fio Da Memória

A chegada de trabalhadores de fora e as suas miseráveis condições de trabalho estão inscritas nos campos alentejanos. Na primeira metade do século passado – quando a campanha do trigo moldou a paisagem hoje dita tradicional – o trabalho à jorna fazia uso da miséria dos trabalhadores locais, os ganhões, mas não podia dispensar os ratinhos que chegavam das serranias das beiras ou os algarvios da serra. Na ceifa das planícies, já então a relação entre os locais e os de fora colhia preconceitos para com os que chegavam. Mesmo que partilhando necessidades e pobreza.

Hoje a pobreza não é partilhada em igual medida e esse fio da memória desapareceu. Porém, o fio acaba por enlear-se de novo no juízo imediato e racista para com o outro estrangeiro. Ou nesse linguajar desumano que muito ecoa a sul, denegrindo-os à laia de ciganos. Esquecidos que ainda ontem assim eram tratados os outros, esses portugueses, das beiras ou do algarve.

José Alves Capela e Silva (1884 -1972), em *Ganharias* (1939), dava conta como «rato ou ratinho significa para a ganharia, uma coisa inferior, quási desprezível (…) E os ratos são esses sêres inferiores, que vivem do que podem apanhar, ou d'aquilo que lhe deixam». «População aventureira e miserável, que invade a planície — em contraste com os seus naturais em geral de temperamento sedentário, — à mingua de recursos nas suas terras, e que se sujeitam às mais baixas missões nas lavouras». «Desde que chegam até ao dia da abalada, sentem cair sobre eles o peso despótico do mundo que os rodeia», vaticinava Capela e Silva.

Manuel Ribeiro (1878-1941), em *Planície Heróica* (1927), obra que é por muitos considerado o momento alto do escritor mais lido nos anos vinte – anarco-sindicalista, fundador do Partido Comunista Português e místico espiritual por fim – legou-nos estes retratos do trabalho rural:

«Desconheciam-se pedintes, porque ninguém vivia ocioso. Poucos se assoldadavam. Ser jornaleiro, às sopas de outro, implicava uma degradação». E quando «pouco jornaleiro havendo, quem alombava com as grandes ceifas eram as récuas de algarvios da serra, rabosanos sediços, gente miúda, de citiliqué, que eles desdenhavam pelo seu feitio nómada e despegado, como os ratinhos, os pelotiqueiros e os ciganos, e sobretudo por não lavrarem terra nem semearem pão». Os «algarvios da serra», referidos no enleio do romance: «ia dizendo ao senhor compadre prior o Sr. José Mingorra – saíam das suas tocas serrenhas ao rebentar das ceifas e passavam toda esta quadra longe das suas serras e das suas mulheres, acoitando nos campos que ceifavam, não se chegando a monte nem a povoado, senão no cabo da empreitada, para fazerem contas e desencardir a morraça dos corpos nos pegos das ribeiras. A sua lida durava todo o tempo da aceifa, ele domingos e dias santos, desde o romper da manhã até ao pôr do ar do dia, quando não metiam pela noite adiante em havendo lua que se enxergasse. Sob o mando dum manageiro-capataz que não só dirigia a manobra, mas arneirava, emolhava e jogava a foice também, os corpos de aço, farruscos e encardidos, banhados de suor e ardidos das soalheiras, giravam numa dobadoira, buliam como endemoninhados, abatendo searas enormes com um vigor de atletas.

Não se ouvia uma fala, que o esforço do arranco e o frenesi da tarefa não davam margem a paleios, e com os dentes cerrados, ágeis e desengonçados, arrepanhavam às braçadas os feixes de trigo, degolando-os e atirando-os para trás.

– Raça danada estes algarvios da serra! – arremetia o Sr. José Mingorra. – Eu não sei como os diabalmas aguentam um trabalho destes, semanas e semanas. Amalham nos restolhos, quando Deus quer sem mantas, e enganam a fome com vinagradas e algum prato de grão e cheiro de toucinho, sem mais alimento nenhum».

A desejada fixação de novos povoadores permanece uma miragem na região e uma impossibilidade. Responsável: a falácia do próprio crescimento económico que atrai os imigrantes baseada na precariedade, salários baixos e trabalho agrícola sem escrúpulos

na serventia e dependência da monocultura e pactuando com a desgraça dos outros.

Estufas e Festivais

Lado a lado, distintas comunidades vivem entrincheiradas. Com os búlgaros e as populações de leste, que em boa parte acabaram por se fixar, os lugares comuns da criminalidade são mais acentuados, ainda que hoje mais esbatidos, do que os juízos populares para com as populações tailandesas e do Hindustão. Impronunciado existe um racismo encapotado ou latente na separação dos «locais» com as muitas populações estrangeiras de Odemira, o mais extenso município da europa. Numa população de 26104 habitantes (Censos de 2011), conforme dados da autarquia em 2017, 18,8% da população residente era migrante legalizada (4.912, na maioria asiáticos), constituindo 57,8% dos migrantes registados no Distrito de Beja. Já nesse ano a revista Visão apontava números não-oficiais de perto de 40 mil imigrantes.

O facto é que na escola de São Teotónio – onde decorre um sistema de ensino próprio, para integrar 22 nacionalidades – há pais portugueses que optam por deslocar os seus filhos para a vila de Odemira. O processo de integração atrasa o passo, enquanto o espaço público rejuvenesce num mosaico de diversidade. Idosos alentejanos perfilam-se nos bancos à esquina a ver o que se passa, mas ao largo e na rua são muitos os grupos de jovens asiáticos de cócoras. O espaço doméstico das casas passou com os novos habitantes para a soleira das portas e na rua, até porque a privacidade deixou de ser um garante no interior dos alojamentos sobrelotados.

Já no tortuoso mundo de gabinetes, alicerçados em fundos nacionais e comunitários para um conjunto instituído de associações e ONG, a integração dos imigrantes deu corpo a iniciativas e planos estratégicos, como o 2º Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2018/2020, que garantiu a continuidade do Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAIM). Promovido pela TAIPA, funciona desde 2014 em São Teotónio e responde à procura da aprendizagem da língua portuguesa e como antecâmara do SEF no tratamento dos papéis. É financiado metade pelo município, via fundos europeus, a outra parte pela Associação de Produtores Agrícolas Lusomorango, empresas agrícolas (Sudoberry, Vitacress, Haygrove, Hall Hunter) e a empresa de trabalho temporário Multitempo.

Longe estão ainda os objectivos anunciados em planos e estratégias de «assegurar das condições de acolhimento e integração aos imigrantes residentes»; na «promoção das suas competências» (da língua portuguesa à participação) e na promoção «do conhecimento e a aceitação da multiculturalidade». O que se observa reduz-se a eventos e festividades «para português ver». No passado dia 16 de março, a celebração primaveril do Festival Holi, da Índia ao Nepal, chegou à festivaleira Zambujeira do Mar, onde à exuberância anunciada das cores hindus não faltaram bandeiras e hinos nacionais, colando à multiculturalidade o cunho da celebração nacionalista ou reduzindo a integração ao verniz do folclore pitoresco. Ilusoriamente poder-se-ia esperar que a partilha das expressões artísticas, por detrás do projecto Gira Mundo, que decorre do CLAIM e que promoveu o Festival Holi, para lá das partilhas nas redes sociais, possa quebrar o verniz deste projecto financiado pela Maravilha Farms e outras empresas agrícolas.

O largo de Catarina

Regressamos a Baleizão. Ao nascer do dia no Largo Catarina Eufémia a multidão de migrantes a aguardar as carrinhas para os olivais e amendoais de Beja é imensa. Aqui é o busto de Catarina no centro do largo que se vê rodeado de tamanho movimento de trabalhadores rurais. Nem nos melhores tempos da Reforma Agrária, dizem-nos. Nesta freguesia alentejana, que nos censos de 2011 registava somente 902 habitantes, assistiu-se a um virar de página já depois da mais recente crise financeira ter de novo batido às portas da aldeia. Concluídos os blocos de rega do Alqueva, deixou de haver, com o incremento da agroindústria, motivo para a até aqui usual emigração para a Suíça dos jovens locais.

Tal como em São Teotónio há emprego e este é assumidamente diferenciado. O alentejano partilha com os espanhóis, chegados ao distrito de Beja, os cargos de gestores agrícolas, de supervisores das equipes, ou de tractoristas e afins. Depois, essa multidão dos novos trabalhadores rurais migrantes arregimentados nas voláteis empresas de trabalho temporário. E estes povoam agora Baleizão dando vida às ruas até há pouco desertas. No reverso da moeda, não valerá a pena repetir também aqui as condições de habitabilidade que envergonham este novo povoamento rural.

Os que chegaram primeiro vindos do Leste, romenos e moldavos sobretudo, permanecem reféns ou na sombra de esquemas mafiosos de tráfico humano, ainda que haja, tal como no litoral alentejano, quem se tenha instalado de modo permanente. Depois em trânsito pelos campos de Beja estão as diversas populações asiáticas, assim como aqui também os migrantes chegados da áfrica subsariana, do Senegal às diferentes Guinés. A presença desta imigração na região é em tudo contrária a qualquer ideia de «ameaça económica», antes pelo contrário, preenchem o trabalho duro e mal pago que os portugueses recusam, ao mesmo tempo que as suas prestações sociais ajudam a sustentar a segurança social nacional (em 2017 contribuíram com 603,9 milhões, dos quais beneficiaram apenas de 89,6 milhões). E mais descabida é a ideia de uma «ameaça demográfica». Num país envelhecido, conforme estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (2017), se não contarmos com os migrantes, os actuais 10,4 milhões de habitantes cairão para 7,8 milhões até 2060.

No entanto, a desejada fixação de novos povoadores permanece uma miragem na região e uma impossibilidade. Responsável: a falácia do próprio crescimento económico que atrai os imigrantes baseada na precariedade, salários baixos e trabalho agrícola sem escrúpulos. O que não significa que essa alma capitalista, a que já atrás aludíramos, não tenha laivos de beneficência no apelo à fixação de novas famílias. É o caso de António Ferreira, que tomou em mãos a herdade da família do Vale da Rosa, em Ferreira do Alentejo, vindo do Brasil depois de indemnizado em mais de um milhão de euros pela ocupação da terra, em 1975, por trabalhadores agrícolas no âmbito da Reforma Agrária. Na herdade trabalham mais de 500 funcionários, outros 500 na colheita das uvas de mesa. A maioria é desde há vários anos asiática. Agora há o projeto de duplicar a vinha e empregar 400 trabalhadores, uma centena integrada no quadro, os demais com contratos de seis meses para a apanha de uva. A oferta dos 400 não é dirigida aos migrantes asiáticos, mas aos luso-descendentes da Venezuela que se acantonam na ilha da Madeira. «O meu coração sofre com eles», desabafava ao Diário do Alentejo António Ferreira. O sentimento compatriota faz também aqui a diferença com o «outro» asiático, que permanece com uma indiferença pactuada à sorte na engrenagem do trabalho precário. Tamanha distinção compatriota valeu igualmente o empenho autárquico local em procurar formas de financiar a recuperação de casas devolutas para alojar os imigrantes… luso-venezuelanos.

Lá na terra deles era pior

Ao colocarmos nesta crónica um ênfase inicial no paralelo entre o imaginário camponês das lutas rurais simbolizadas em Catarina Eufémia e a realidade destes novos trabalhadores rurais, corremos o risco de reduzir o nosso discurso a uma fórmula ideológica. Mas a validade desse paralelo não coloca em causa a chamada de atenção e o retrato de uma situação de fratura social. E não pretende esconder que a realidade em Baleizão e no restante Alentejo está hoje claramente afastada do imaginário ideológico. Não nos iludimos quanto a isso. O certo é que a indiferença social vai alargando dia para dia a distância entre os dois pólos desse paralelo que nos propusemos interrogar. Perante as vagas anónimas e temporárias de novas gentes, a diferença gera localmente medos e preconceitos, tal qual acontecia há um século atrás nos campos do Alentejo (ver caixa o Fio da Memória).

Resta inquirir porque não se gera a solidariedade. Porque não se cruzam os olhares entre as Catarinas de variadas latitudes nos campos alentejanos. Quando no largo central da vila alentejana, de Baleizão a São Teotónio, ouvimos o lavar das consciências lavrando a sentença «lá na terra deles era pior», isso não significa que não haja a noção de que os migrantes passam mal. Mas a distância entre as comunidades dá espaço à indiferença que se instala por diferentes ordens de razão.

Poder-se-ia começar por explicar essa indiferença por não existir efectivamente qualquer «consciência de classe». Na relação das pessoas, no trabalho, menos ainda para com quem surge do outro lado do mundo. Uma ausência de referentes sociais que espelha o consenso dominante, que recusa em colocar à actualidade uma visão crítica e de resistência ao modelo capitalista depredatório dos territórios. Territórios que são inevitavelmente lugares humanos delapidados.

É possível equacionar a integração dos migrantes e a revitalização do interior rural, permanecendo sem questionar o modelo económico depredatório dos recursos e do território que representa a industrialização sem limites do mundo rural? Um processo liderado já não pelas grandes famílias latifundiárias, que com maior ou menor dose de absentismo estavam ligados à terra, mas por sociedade de fundos de investimento e pela financeirização da agricultura apostada em monoculturas de rápida execução de lucros.

Mas a derradeira questão de fundo à distância e indiferença para com os novos trabalhadores rurais migrantes é que este é um problema que não se coloca naturalmente para quem nasceu no Alentejo sem qualquer relação com a terra. Ou, o mito dos mitos, que perdeu há muito qualquer relação com o trabalho rural. O êxodo migratório dos seus avós nos anos sessenta e as políticas agrícolas comuns desde os anos oitenta aos nossos dias, são dois momentos que testemunharam o afastamento das populações locais para longe da terra e definitivamente arrumaram a figura do «trabalhador rural», já em si mesma, um espectro fantasmagórico quando sucedeu o intervalo histórico do pós-25 de abril e da Reforma Agrária.

Depois do abandono, o regresso à terra e à agricultura, arriscamo-nos a dizer, é todo ele feito, seja por quem for, desprovido dos laços com o território e, como tal, desprovido dos laços de solidariedade e da vida comunitária outrora forjada nos campos. Será possível equacionar a integração dos migrantes e a revitalização do interior rural, permanecendo sem questionar o esvaziar da vida em comunidade?

ANDRÉ PAXIUTA
SOUL FRAMES COLLECTIVE
WWW.SOULFRAMES.ORG
TEXTO **ANDRÉ PAXIUTA**

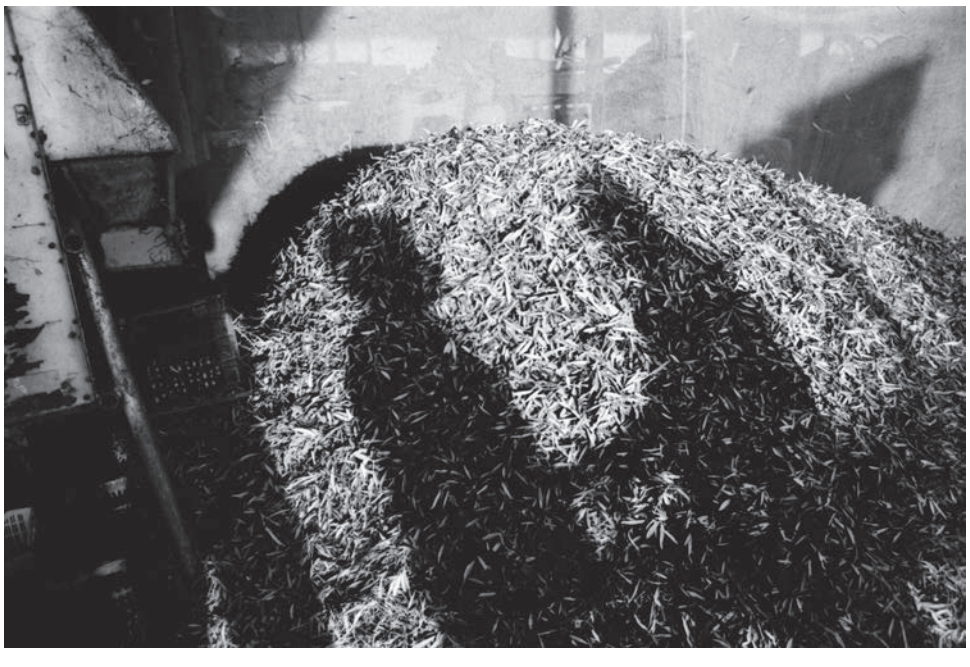
ALÉM, PARA LÁ DO TEJO E DO OLHAR

Além, Para lá do Tejo e do olhar, o mundo rural transforma-se, de forma irreversível, ao sabor da olivicultura intensiva.

Com a implementação do plano de irrigação do Alqueva a região do Alentejo abriu portas a uma nova realidade ambiental resultante da fileira agro-industrial de olival intensivo e superintensivo. Na sequência da sua expansão, diversas ONGs têm reportado alterações ambientais profundas provocadas pela destruição do montado e de habitats ribeirinhos, degradação do solo e contaminação de aquíferos pela dispersão de fito-fármacos para controlo de pragas. A sobrecarga do sistema ambiental estende-se ao sector industrial, onde o volume de bagaço de azeitona produzido nos novos lagares de azeite chega às 600 mil toneladas, obrigando à sua transformação em unidades fabris cujos subprodutos causam a degradação da qualidade do ar e a contaminação de linhas de água.

A falta de mão-de-obra local para as campanhas de apanha de azeitona obrigou à contratação de trabalhadores através de intermediários nacionais e estrangeiros, potenciando a criação de redes de tráfico que alimentam novas formas de escravatura em pleno século XXI. Apesar de remunerado, as condições a que os trabalhadores estão sujeitos são desumanas, descontando dos seus salários o preço da alimentação e do alojamento em contentores e armazéns agrícolas.

A maioria dos trabalhadores vem de países asiáticos (Bangladesh, Índia, Nepal e Paquistão), Europa de leste e África subsariana percorrendo a região à procura de trabalho de acordo com a safra.



Ser solidário assim

Num momento em que a União Europeia pretende fechar todos os caminhos de imigração e criminalizar a solidariedade tanto no mar como em terra, há gente que, apesar duma repressão crescente, se organiza um pouco por toda a Bélgica para alojar migrantes sem abrigo.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES **WWW.BXLREFUGEES.BE**

Da «Selva» ao parque Maximilien

Em 2015 e 2016, cerca de 10 mil pessoas viviam na chamada «Selva», em Calais, no norte de França. Eram migrantes que esperavam conseguir atravessar, a qualquer custo, o Canal da Mancha para chegar a Inglaterra. Em Outubro de 2016, o governo francês decidiu destruir o maior campo de refugiados que existia em território francês. Dois anos e meio depois, muitos dos candidatos ao exílio continuam por perto. Várias centenas de pessoas vagueiam pela área e multiplicam-se os relatos de violência policial contra migrantes. Citado no *site* pt.euronews.com, Loan Torondel, da Associação L'Auberge des Migrants, afirma que «tendemos a pensar que os refugiados são muito menos, que o problema está resolvido. Mas não é o caso». De facto, e de acordo com o mesmo *site*, são os próprios agentes de vigilância a reconhecer que «eles continuam a querer muito chegar a Inglaterra e, portanto, passar pelo porto, mas aquela região já não tem condições para os acolher e está muito vigiada. Temos várias equipas de vigilância no terreno».

> A «Selva» mostrava uma França que existe mas não quer ser vista

O problema que ficou resolvido foi o da imagem. A «Selva» mostrava uma França que existe mas não quer ser vista. Que deixa cerca de uma dezena de milhar de pessoas viverem abaixo de qualquer nível de decência e dignidade para não falar nas questões de mera sobrevivência. Essa França, que se reconstruiu no pós-guerra com mão de obra sobretudo imigrante, prefere agora varrer um problema em vez de o resolver, como quem espalha um monte de pó pela casa na esperança de que as visitas não reparem tanto na sujidade.

Esse monte de pó espalhou-se e não apenas por território francês. Para além das pessoas que expulsou da região, Calais passou a ser visto como um mau destino para quem quer passar para Inglaterra. Quem migra para a Europa com essa intenção, escolhe hoje outros locais. Logo após as expulsões da «Selva», as rotas alteraram-se imediatamente. Bruxelas, por exemplo, passou a ser um local de passagem e paragem. Estrategicamente colocada, seria um local perfeito para apanhar boleia para terras inglesas.

A «Selva» de Calais parecia replicar-se no parque Maximilen, na capital belga, onde os migrantes se juntavam para estar e viver nos intervalos entre tentativas de embarque para o Reino Unido. O parque Maximilien está a dois passsos das gares rodoviárias e ferroviárias do norte de Bruxelas. É rodeado por grandes torres de negócios, sedes de empresas e entidades públicas. Uma delas, que encima o parque, é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras belga (Office des Étrangers), encarregado do registo de pedidos de asilo e das expulsões.

A vida dos refugiados no parque Maximilien foi relativamente curta e raramente agradável. Marcada por rusgas constantes, perseguições, episódios repetidos de violência policial e detenções, apenas foi possível graças a um movimento solidário impressionante que ia mitigando a falta de condições e mantendo a visibilidade da repressão. O Estado belga apostou numa solução semelhante à do francês. E o campo de refugiados do parque Maximilien foi desmantelado.

> Hoje, existem centenas de migrantes com lugar em casas de pessoas e famílias da Bélgica

Do parque Maximilien a uma casa

Tal como em França, isto não fez mais do que espalhar o problema. Felizmente, a mobilização à volta dos direitos destes migrantes tinha ultrapassado as barreiras intelectuais e simbólicas e transformara-se já num movimento concreto de solidariedade em que as pessoas se começaram a organizar localmente, quase bairro a bairro, para prestarem um serviço de alojamento e acompanhamento, de forma a evitar que os migrantes tivessem de dormir e viver na rua, numa cidade onde o Inverno consegue ser bastante duro.

Uma rede foi tomando forma e foi-se alargando, cidade a cidade, para além de Bruxelas. Hoje, existem centenas de migrantes com lugar em casas de pessoas e famílias da Bélgica. Com formas de interacção e vivências diferentes, mas todos a partilharem um momento de solidariedade único e difícil: aquele em que abdicas da tua privacidade, de parte do teu conforto, do teu espaço de refúgio, para dares abrigo a uma pessoa que desconhecias (1, 2, 3 noites, um fim de semana, o tempo que for necessário). Uma solidariedade não pessoalizada em que a amizade não existe e poderá nunca existir. Podes albergar alguém o tempo suficiente para criares laços ou não. E sabes sempre que, no sonho da pessoa que albergas, está a partida para Inglaterra.

Esse patamar desinteressado da solidariedade, em que o bem-estar do «outro» faz parte

LE CŒUR SUR LA MAIN, ET LE POING LEVÉ !

do teu próprio bem estar, é uma ameaça para o poder de Estado. Incompreensível na essência e subversivo no conteúdo. A partilha – porque os refugiados que estão nestas casas não se limitam a «receber ajuda», antes estão em permanente papel de querer «dar em troca» – que não envolve dinheiro nem recompensas aparentes, que não se baseia sequer no sentido tradicional de troca, está para além do entendimento da força bruta dos governos e da sua visão numérica da realidade. A participação numa rede que se organiza e gere um problema de forma totalmente voluntária e gratuita, por ser a oposição à organização estatal de cuidados e controlo, é sentida como uma ameaça.

O alojamento de pessoas em casas não é ilegal. Tecnicamente, qualquer um pode convidar alguém e decidir se quer ou não que outro durma em sua casa. Não tem obrigação sequer de pedir qualquer tipo de documentação que indique quem é a pessoa que alberga. O Estado belga, enquanto não consegue ilegalizar um direito tão básico, pretende acabar com este projecto de apoio mútuo por outros meios. O melhor é, desde há séculos, o medo.

De casa ao tribunal

Em Junho do ano passado, várias casas que albergavam migrantes foram alvo de invasão policial, buscas, revistas e apreensão de material. Doze pessoas foram detidas. Anouk Van Gestel, redactora-chefe da revista *Marie-Claire Belgique*, acabou por se tornar no rosto mais visível deste grupo, que foi acusado de «participação em organização criminosa» e de «tráfico de seres humanos». Sobre essas pessoas pendia uma pena possível de dez anos de prisão. No dia do julgamento, Anouk Van Gestel dizia aos jornalistas: «Acho que é um processo político. Estou *ok* com o facto de me ter transformado, independentemente da minha vontade, na porta-voz da causa dos anfitriões (*hébergeurs*). Isso permite-me denunciar a política migratória na Bélgica e na Europa».

A 12 de Dezembro, o Tribunal correccional de Bruxelas considerou que as duas jornalistas belgas, Myriam Berghe e Anouk Van Gestel, não eram culpadas das acusações, assim como Zakia, uma assistente social que tinha ajudado migrantes, e Walid, um *hébergeur* tunisino que reside em Bruxelas há 17 anos e que esteve oito meses em prisão preventiva. Para além destas absolvições, oito pessoas, de nacionalidade não belga e sem autorização de residência, foram condenadas a penas que vão de 12 a 40 meses de prisão, algumas com pena suspensa. No entanto, o Ministério Púbico de Bruxelas decidiu recorrer desta decisão e o caso continua, como tal, em aberto, sem absolvições.

Entretanto, no dia 7 de Outubro, outras quatro casas foram invadidas pela polícia:

> Por vezes, o medo, ao invés de provocar a imobilidade, é catalizador da acção.

Em Nandrin, na província de Liège, a habitação familiar de F., 51 anos, mãe de duas crianças, foi alvo de busca numa altura em que ela se deslocava para o seu local de trabalho na companhia da sua filha. Chamadas pelo seu convidado – que estava alarmado com as tentativas de intrusão da polícia – acabaram libertadas ao mesmo tempo que o convidado foi detido e enviado para Bruxelas.

Em Saint-Gilles, Bruxelas, M., 46 anos, viu a sua porta partida, foi intimidada e atirada ao chão no decurso das buscas a sua casa. Em choque e com ataques de ansiedade, foi levada para o hospital e intimada a apresentar-se à polícia nos dias seguintes. Os seus três convidados foram privados de liberdade.

Em Watermael-Boitsfort, também em Bruxelas, a rusga, impressionante pela sua violência, de acordo com testemunhos, conduziu à privação de liberdade da dona da casa, D., 54 anos, mãe de duas crianças, e dos seus sete convidados.

D., 45 anos, habitante de Saint-Gilles, Bruxelas, foi levada para as instalações da polícia judiciária, onde foi privada de liberdade. De acordo com as informações da Plataforma Cidadã de Apoio a Refugiados (Plateforme citoyenne de Soutien aux Réfugiés[1]), não albergou ninguém em sua casa na noite anterior à detenção.

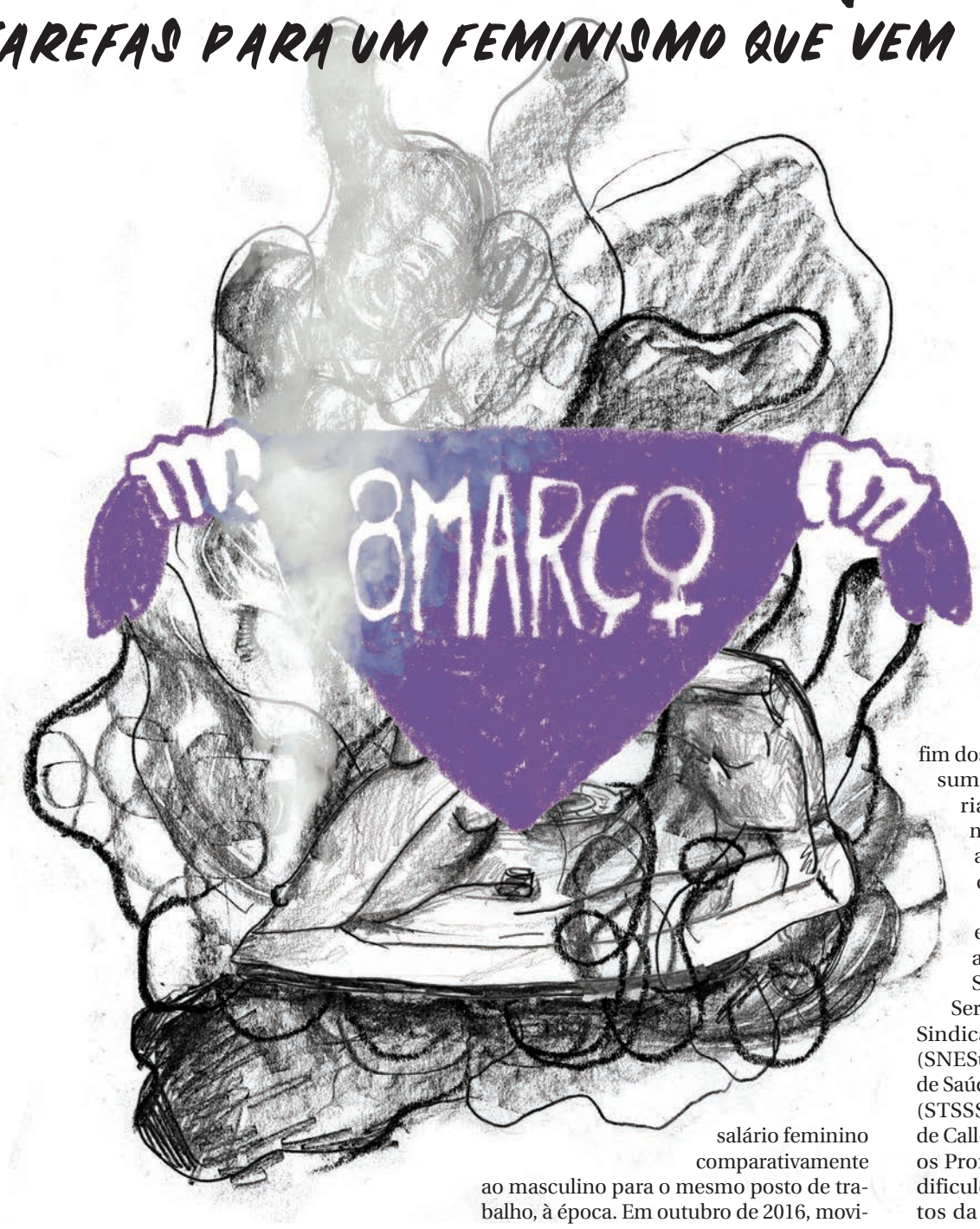
A maioria das pessoas envolvidas – que não todas – acabaram por sair da detenção e F., de Nandrin, e M., de Saint-Gilles, nunca chegaram a ser privadas de liberdade de forma burocrática, apesar do tempo em que ficaram *de facto* privadas dessa liberdade: o tempo que demorou a rusga, as buscas e todos os processos subsequentes que foram necessariamente diferentes para as duas. Mas que, para todas, serviu para entender que podem ser vítimas de vigilância regular, que têm as suas casas e os seus convidados fotografados com frequência.

Esse sentimento de presença permanente de uma sombra repressiva sobre os passos do dia a dia, para além das lembranças da tensão e da violência, da incerteza e da incompreensão e do peso da acusação de tráfico de seres humanos, são marcas psicológicas que custam a passar. O receio de uma repetição ainda mais brutal e com consequências verdadeiramente dramáticas para a liberdade está sempre presente. O poder sabe que são esses os mecanismos do medo. E, enquanto não consegue criminalizar a solidariedade, usa esta arma sem pudor. O que parece não ter aprendido é que, por vezes, o medo, ao invés de provocar a imobilidade, é catalizador da acção. E algumas destas pessoas, senão todas, continuam e continuarão a alojar migrantes, de forma a retirá-los do frio e das mãos arbitrárias da polícia, e sentem-se ainda mais empenhadas, mais solidárias e mais fortes.

1 http://www.bxlrefugees.be/

A GREVE FEMINISTA EM PORTUGAL

TAREFAS PARA UM FEMINISMO QUE VEM



A 8 de março de 2019 teve lugar, pelo terceiro ano consecutivo, uma greve feminista internacional e, ao contrário do ano anterior, Portugal contou-se entre os cerca de 40 países que a ela aderiram. Organizada pela Rede 8 de Março, onde, no núcleo de Lisboa, convergem militantes de partidos como o Bloco de Esquerda e MAS, e mais de 60 associações/coletivos subscritores do manifesto, entre inúmeras participações a título individual, a greve estendeu-se a nível territorial, contando com mobilizações em localidades como Albufeira, Amarante, Aveiro, Braga, Coimbra, Covilhã, Chaves, Évora, Fundão, Ponta Delgada, Porto, São Miguel, Vila Real e Viseu. Em Lisboa, a manifestação que durante 4 horas se deslocou do Terreiro do Paço à Praça do Rossio, passando por uma Praça do Município totalmente preenchida, contou, segundo os números da organização e veiculados pelos media, com cerca de 20.000 pessoas, multiplicando por muitas as 1500 que se concentraram em Lisboa no ano anterior, segundo números da Assembleia Feminista de Lisboa (AFL).

CATARINA RODRIGUES
CATARINA_SRODRIGUES@HOTMAIL.COM
RITA LUÍS
RITALUIS@GMAIL.COM
IMAGENS **CATARINA SANTOS**

As primeiras movimentações que estiveram na origem daquilo que é hoje a greve feminista internacional surgiram em resposta a situações de violência de género estrutural, inspiradas no exemplo histórico da greve de 24 horas realizada pelas mulheres islandesas. A 24 de outubro de 1975, ano declarado pela ONU como internacional da mulher, num protesto contra a desigualdade salarial, 90% das islandesas abandonaram os postos de trabalho às 14h30, a 65% da sua jornada laboral, percentagem correspondente ao salário feminino comparativamente ao masculino para o mesmo posto de trabalho, à época. Em outubro de 2016, movimentações em torno de um projeto de criminalização do aborto – que incluía o espontâneo e o de uma gravidez resultante de violação – espoletaram uma «segunda-feira negra» na Polónia, e na Argentina uma sucessão de feminicídios deu azo a uma hora de greve massiva sob o mote *Ni una menos*.

A greve internacional feminista, convocada pela primeira vez a 8 de março de 2017, recupera a *Global Women's Strike*, convocada desde 2000 pela histórica campanha internacional por um salário para o trabalho doméstico (*International Wages for Housework Campaign*). Extravasando em larga medida o âmbito da violência de género propõe, tal como consta no seu manifesto, uma ação assente em quatros pilares: uma greve estudantil pelo fim da «reprodução das desigualdades e do preconceito nas escolas», uma greve ao consumo pelo fim dos «estereótipos e incentivos ao consumo», uma greve ao trabalho assalariado pelo fim das «desigualdades no trabalho assalariado» e uma greve aos cuidados «pelo fim da desigualdade no trabalho doméstico».

De forma inédita, este ano, em Portugal, cinco sindicatos apresentaram pré-aviso de greve: Sindicato das Indústrias, Energia, Serviços e Águas de Portugal (SIEAP), Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), Sindicato dos Trabalhadores de Saúde, Solidariedade e Segurança Social (STSSS), Sindicato dos Trabalhadores de Call-Center (STCC) e Sindicato de todos os Professores (S.TO.P), havendo muita dificuldade em conseguir números exatos da adesão a esta greve, como reconheceu Gonçalo Leite Velho, do SNESup, em declarações ao Público a 8 de março. Uma adesão que terá sido, como reconhecem os próprios sindicatos, precária, mas simbólica. Na raiz desta ausência de números pode estar a relutância de alguns dos sindicatos em organizar piquetes de greve, como foi possível apurar no debate que teve lugar a 22 de fevereiro, em Lisboa, como parte das ações de preparação da greve e no qual participaram Rita Penim (SIEAP), Verónica Castro, Aurora Lima (STOP), Bárbara Góis e Laura Veríssimo (STCC). Este foi um debate esclarecedor sobre as tão invisibilizadas desigualdades entre mulheres e homens dentro das estruturas laborais. Aurora Lima chegou inclusive a referir que vários colegas perguntavam sobre a pertinência da greve, uma vez que nas escolas não havia desigualdade salarial, ao que a própria respondia que se em casos de cumprimento

das mesmas tarefas esta tem pouca expressão, quanto à ocupação de cargos melhor remunerados é gritante. Neste mesmo sentido foi o depoimento de Verónica Castro, enfermeira, ao relatar: «raras chefias são mulheres quando a maioria das pessoas que trabalham neste sector são mulheres».

No âmbito da greve ao trabalho assalariado, a organização de piquetes, uma prática que não só permite a recolha de números de adesão à greve, mas que também se apresenta como oportunidade de convívio e debate entre trabalhadores ou de bloqueio a entradas a fura-greves, limitou-se àqueles impulsionados pelo STSSS. No entanto, mesmo sem a organização de piquetes, a adesão dos trabalhadores sindicalizados no SIEAP, de acordo com Rita Penim, provocou a interrupção de duas linhas de produção nos turnos diários da fábrica VISTEON, em Palmela.

Já no âmbito da greve estudantil, organizaram-se em Lisboa piquetes na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH). Foram também montadas bancas no metro do Campo Grande e decorreram atividades de preparação de cartazes e distribuição de panfletos na Escola Secundária António Arroio, na Faculdade de Psicologia e no ISCTE. Estes piquetes foram organizados por estudantes, nomeadamente pelo Sindicato de Estudantes (SE), informalmente ligado ao coletivo Socialismo Revolucionário (SR), ambos presentes na Rede 8 de Março, pelo coletivo Cravo na FCSH, e pela Alternativa (à praxe) na FLUL. Da parte das respetivas associações de estudantes, ambas no âmbito político da JCP e do PCP, houve relutância - no caso da FCSH, contrariando a decisão em RGA de vinculação da AE à greve – em acompanhar as mobilizações vividas dentro das suas instituições, onde ao longo das semanas que antecederam a greve foram organizados debates e pinturas de faixas. Houve preferência, em ambos casos, pelo apoio à manifestação convocada pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) para o dia seguinte. Na opinião de Sofia, do SE, a disjuntiva não era necessária uma vez que «o justo seria eles apoiarem as duas, como nós faremos, gostaríamos que fossem unificadas, mas não sendo, vamos às duas.» A ausência de diálogo entre as várias populações que habitam a instituição universitária, estudantes, docentes e não docentes, terá igualmente contribuído para a fraca mobilização de um sector abrangido pelo pré-aviso de greve, apresentado pelo SNESup.

> "na relação de forças atual, sem a presença das centrais sindicais, a adesão em Portugal ao pilar da greve ao trabalho assalariado nunca ultrapassará a dimensão "simbólica", perdendo as mesmas uma oportunidade de participar na construção de um feminismo que cruze as questões de género, raça e classe, que tem sido a proposta de um feminismo que se se assume como interseccional"

À relutância das Associações de Estudantes soma-se a desconfiança das centrais sindicais, tanto da UGT como da CGTP, relativamente à pertinência, aos propósitos e à data escolhida para uma greve desta natureza (cf. declarações feitas por Fernanda Câncio para o Diário de Notícias a 9 de março). Semelhante desconfiança é demonstrada pelo MDM, que voltou, este ano, a decidir assinalar o dia da mulher trabalhadora no sábado seguinte, com uma manifestação convocada para o dia 9 de março. Recordem-se as declarações algo crípticas de uma das dirigentes do MDM, Regina Marques, quando questionada sobre a pertinência de uma greve feminista em Portugal, em 2018: «Achamos que elas têm a suas razões para fazer isso, mas nós, em Portugal, não [temos] razões ainda para fazer isso. E porquê? Só metade das mulheres é que são trabalhadoras e têm de fazer greve por razões laborais e não por outras questões (....), essa questão da greve ao sexo, que é hoje muito elogiada, nós não partilhamos dessa ideia. Porque não desprestigiamos as lutas do trabalho. O trabalho tem de ter valor, e o trabalho das mulheres também. É por isso que não fazemos greve de forma indiferenciada», mostrando desta forma um certo desconforto com o que seria a noção de trabalho reprodutivo.

O desconforto do MDM e a relutância em apoiar esta greve estende-se ao PCP. Também no Avante, Vasco Cardoso apelidou-a de «estranha forma de greve», sublinhando um esvaziamento do conceito de greve para planos «mais subjetivos e vazios de conteúdo de classe». É importante reter esta crítica, tendo em conta os constantes piscares de olho neoliberais às políticas de identidade, ansiosos por retirar do centro da luta feminista o recorte de classe, provocando a assunção de feminismos que ignoram a produção de um sujeito hierarquizado (através de estruturas sociais machistas e racistas) enquanto elemento central do modo de produção atual.

No entanto, se houve algo de novo a 8 de março foi precisamente um apelo internacional a um bloqueio geral procurando evidenciar a dimensão material de que a luta contra o patriarcado se reveste, ao articular as reivindicações feministas no contexto da luta de classes. É na extensão da greve às dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo, do trabalho assalariado e da reprodução social, que jaz a sua potência, pela desnaturalização da distinção entre ambas as noções, cuja oposição deixa de ser tão óbvia.

À semelhança da campanha internacional por um salário para o trabalho doméstico – um movimento transnacional articulado com base numa crítica feminista a Marx coordenado, inicialmente, entre 1972 e 1977, pelo *International Feminist Collective* (IFC), com núcleos ativos em Itália, Inglaterra, EUA, Canadá, Suíça e Alemanha – a greve internacional feminista recupera algumas das dimensões implicadas na noção de reprodução social, visíveis em Portugal, por exemplo, na questão do estatuto dos cuidadores informais. Autoras como Selma James, Mariarosa Dalla Costa ou Silvia Federici criticam a superficialidade com que na teoria de Marx é tratada a dimensão da reprodução social na produção de mais-valia, argumentando que tal o impediu de reconhecer a verdadeira extensão da exploração do modo de produção capitalista, nomeadamente a função que o trabalho assalariado tem na criação de divisões no interior da classe trabalhadora: quem a ele tem acesso e quem dele fica excluído. O trabalho doméstico é concebido enquanto forma histórica de trabalho reprodutivo inerente à sociedade capitalista, assentando esta, precisamente, na divisão do trabalho por género, resultado de uma reorganização do patriarcado pelo capitalismo nesse sentido. Reclamar um salário para o trabalho doméstico como perspetiva política, mote da campanha, pretendia visibilizar o papel fundamental que o trabalho reprodutivo, nomeadamente o doméstico, tem na manutenção do trabalhador industrial, conferindo-lhe, através do salário, um reconhecimento social e desnaturalizando a ideia deste enquanto ato de amor. Amplamente criticadas, nomeadamente sendo acusadas de querer manter a relegação das mulheres à esfera privada, as propostas da *International Wages for Housework Campaign* foram preteridas pela segunda vaga do movimento feminista, em prol de soluções coletivas de cuidado (creches, cantinas, lavandarias) que acabaram por ser ultrapassadas pelas estratégias individualizantes inerentes à noção de «conciliação» e de partilha do trabalho doméstico no seio do casal, com resultados ainda hoje por alcançar. A recuperação do trabalho de feministas como Silvia Federici, sobretudo a partir de 2011, com múltiplas edições e reedições em espanhol, por exemplo, é visível nalgumas das ideias-chave em epicentros deste movimento transnacional como Espanha ou Argentina.

Portanto, o «esvaziamento» a que se refere

Vasco Cardoso deve-se sobretudo à falta de reconhecimento destas dimensões, consubstanciadas no dissentimento das principais estruturas sindicais a esta greve, não a considerando pertinente perante o momento atual, e menos à forma como esta nos inscreve em potência naquilo que pode ser considerado uma «fábrica social». A ideia de uma sociedade que vive em função da fábrica não deve ser hoje entendida de forma literal, mas sim como um processo em que a fábrica estende o seu domínio ao todo que é a sociedade, numa livre tradução de Mario Tronti no seu texto de 1962, *Fábrica e Sociedade*. De facto, na relação de forças atual, sem a presença das centrais sindicais, a adesão em Portugal ao pilar da greve ao trabalho assalariado nunca ultrapassará a dimensão «simbólica». Assim perdem os sindicatos uma oportunidade de participar na construção de um feminismo que cruza as questões de género, raça e classe, como tem sido a proposta de um feminismo assumidamente interseccional, ou arriscam-se a que as trabalhadoras decidam agir de acordo com aquilo que entendem ser os seus próprios interesses à revelia dos sindicatos, ficando por apurar que e se reflexão houve dentro dos próprios sobre esta questão.

Da América Latina, mas não só, fala-se já numa quarta onda feminista (veja-se o volume colectivo *La cuarta ola feminista* editado recentemente pelo coletivo Mala Junta e pela revista Oleada). Esta disputa sentidos comuns à resposta autoritária que o falhanço do projeto neoliberal naquela região tem vindo a suscitar, uma disputa sumamente visível no caso brasileiro, tanto no assassinato de Marielle Franco como na eleição de Jair Bolsonaro. O surgimento do feminismo enquanto antagonista político tem sido também visível nos EUA, onde a deriva conservadora, que se fundamenta num ataque frontal aos direitos das mulheres, migrantes e pessoas LGBTI, encontrou, desde o início da presidência de Donald Trump, uma adversária nestes movimentos.

Note-se que quando falamos de sujeito político antagonista nos referimos àquele que se poderá articular na defesa dos direitos em xeque com questões de ordem económica estrutural – que tem tido expressão no movimento interseccional *Feminism of the 99%,* um dos convocantes iniciais da greve internacional feminista de 2018, com manifesto publicado na *Viewpoint magazine,* logo após a *Women's March,* que decorreu na sequência da tomada de posse de Trump. Não nos referimos, claro, àquele que se poderia articular em torno de uma candidatura de Hillary Clinton à presidência, o feminismo do 1%, *Lean-in feminism* (nome tomado do título do livro publicado em 2013 pela COO do Facebook, Sheryl Sandberg) ou o vulgo feminismo liberal, que precisamente se critica no manifesto do *Feminism of the 99%*.

"convém reconhecer que a disputa se faz também no seio de um movimento, como o feminista, que está tão pleno de contradições como o é plural. O momento atual parece permitir disputar a hegemonia que o feminismo liberal tem tido na articulação de demandas nas últimas décadas"

Nesse sentido, convém reconhecer que a disputa se faz também no seio de um movimento, como o feminista, que está tão pleno de contradições como o é plural. O momento atual parece permitir disputar a hegemonia que o feminismo liberal tem tido na articulação de demandas nas últimas décadas. Uma hegemonia visível nas ideias de que a igualdade, a ideia base na qual o feminismo assenta, se faz sobretudo na distribuição equitativa dos lugares de topo, na presença das mulheres no espaço público, na visibilidade de exemplos de liderança feminina, etc., obliterando a noção de que a libertação das mulheres para o espaço público, e para o trabalho assalariado, foi muitas vezes feita à custa da domesticação de outras mulheres. Sejam estas membros da família (mães, avós, irmãs), amas ou empregadas domésticas, uma solução de recurso que se democratizou nas últimas décadas. No caso destas últimas, há neste processo a transferência de uma divisão de género do trabalho para uma divisão internacional do trabalho, já que a mão de obra barata, disponível para um trabalho não reconhecido socialmente como o doméstico, se caracteriza não só em termos de género e classe, como se encontra tendencialmente racializada, instituindo uma relação de dominação, frequentemente entre mulheres, que tem o seu quê de colonial.

Assumindo a conjuntura atual como uma em que se constrói algo novo, Nancy Fraser, feminista norte-americana subscritora, em conjunto com Angela Davis, Cinzia Arruzza, Barbara Ransby, Keenaga-Yamahtta Taylor, Linda Martin Alcoff, Rasmea Yousef Odeh e Tithi Bahttacharya, do manifesto *Feminism of the 99%,* alertava no rescaldo deste 8 de março, em artigo no The Guardian, para falhanços do feminismo de segunda vaga que urge não repetir. Em causa está a apropriação pelo «ethos neoliberal» de algumas das reivindicações feministas, cuja reapropriação compete ao movimento feminista hoje. A crítica da segunda vaga feminista ao salário-família, por exemplo, e a saída em massa do âmbito doméstico para entrar na esfera do trabalho assalariado acabou por não libertar a mulher da exploração da sua força de trabalho. Pelo contrário, a acumulação do trabalho assalariado acabou por criar as famosas duplas, e triplas, jornadas, daquelas que não podem delegar o trabalho reprodutivo. Até porque mulheres houve a quem a esfera doméstica nunca reteve, como evidencia a crítica negra a determinados ângulos mortos dum certo feminismo branco. Que demanda deve ser articulada neste sentido, quando obviamente o retorno à esfera da domesticidade não está sequer em questão, é um dos desafios que se coloca a esta quarta onda de feminismo, no sentido em que é anti-patriarcal, anti-capitalista e anti-colonial.

Além disto, o poder (em potência) que teve esta greve feminista deve fazer-nos questionar sobre a necessidade de novas formas de luta, e sobre que conexões organizacionais serão necessárias construir para que o feminismo seja um campo de questionamento radical e de luta anti-sistémica, e não uma bandeira ao serviço do neoliberalismo. Entende-se que esta greve deve ser compreendida para lá da sua ação simbólica e que estes movimentos serão tão mais interessantes quanto maior for a sua capacidade de alterar o jogo de forças e de se estender ao dia-a-dia, bem para lá do 8 de março. Imaginando um futuro, esperemos que próximo, de adesão massiva à greve feminista, como evitar que se perpetue uma dimensão meramente simbólica?

ESTE PAÍS NÃO É PARA MULHERES

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT
IMAGENS **CATARINA LEAL**

Dos tribunais às ruas e ao lar, são cada vez mais gritantes as agressões machistas do dia-a-dia. Num país onde juízes vêm adultério como atenuante para violência, e uma violação como um «ambiente de sedução mútua», levantam-se as vozes pelas que já cá não estão.

Foram perto de cinco mil pessoas que se juntaram numa enorme manifestação a várias vozes, pelas mulheres, e contra o machismo e a violência. No passado 8 de Março, a multidão correu as ruas da cidade do Porto gritando «eu vou passar, sou feminista e o mundo vou mudar». Mas entre cantigas animadas pelas gaitas-de-foles e brados de raiva a pleno pulmão, faltaram as vozes das que já cá não estão.

Neste ano de 2019 já são pelo menos catorze as mulheres que se contabilizam como vítimas mortais em contexto de violência doméstica ou na intimidade.

As manifestações que encheram as ruas de Porto, Lisboa, Coimbra, Braga, Faro e Aveiro por conta do Dia Internacional da Mulher assinalavam como principais problemáticas a justiça machista e a violência contra as mulheres. A memória de Marielle Franco também esteve extremamente presente entre cartazes e palavras de ordem.

Lê-se no relatório de 2018 do Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) que «quanto ao homicídio das mulheres (femicídio), estas são assassinadas, na sua esmagadora maioria, em suas casas (espaço privado), nas relações de intimidade presente ou passada, ou seja, por pessoas suas conhecidas e com quem mantêm ou mantiveram uma relação íntima».

Os dados do OMA davam conta de 27 mulheres assassinadas no ano passado, assinalando um claro aumento entre 2017 (20 vítimas de femícidio) e 2018. Nos primeiros quatro meses do ano, já eram pelo menos catorze as mulheres mortas às mãos de companheiros e ex-companheiros, em contexto de intimidade, o que poderá indicar uma tendência para o agravamento deste fenómeno.

Fenómeno esse que, sendo assustador, não surge isolado. Os últimos meses têm sido marcados pela discussão na praça pública de episódios de violência contra as mulheres que vão desde a violência sexual até ao aligeiramento de penas atribuídas a agressores condenados.

Vida privada com dois pesos e duas medidas

Recuamos a 11 de Outubro de 2017. É publicado pelo Tribunal da Relação do Porto o acórdão que, mais tarde, fica conhecido como «o acórdão da mulher adúltera», assinado pelo juiz desembargador Neto de Moura e pela juíza Maria Luísa Arantes.

Depois de julgados e condenados a penas suspensas e multa dois homens pelos crimes de sequestro, violência doméstica e posse de arma ilegal (entre outros), pelo Tribunal de Felgueiras, o Ministério Público recorre da sentença, apenas para que o Tribunal da Relação viesse confirmá-la. Lê-se no acórdão assinado por Neto de Moura: «a tese da senhora magistrada recorrente é a de que, tendo decorrido mais de quatro meses sobre a data em que o arguido X teve conhecimento do adultério da mulher, já ele não poderia estar "condicionado ou manietado e toldado por sentimentos de revolta e ciúmes, devido à traição", antes agiu com total discernimento, planeando e premeditando a sua vingança».

O caso remonta a 2015, quando uma mulher é sequestrada pelo ex-amante por forma a que o seu ex-marido a encontrasse e agredisse com uma moca de pregos, quatro meses após a separação do segundo. Para lá da brutalidade das agressões, extensamente descritas no acórdão e dadas como provadas, o próprio juiz desembargador que assina este polémico documento reconhece os dilacerantes resultados deste episódio na vida íntima e pessoal da mulher agredida.

Ao descrever a vítima como «uma pessoa saudável, alegre e que gostava de conviver com os amigos» até ao evento da agressão, assinalando um posterior «comportamento triste, introvertido, deixando de

conversar normalmente» e que evitava «frequentar locais de convívio social», o redactor reconhece o trauma e sofrimento infligidos à mulher.

E, ainda assim, este mesmo juiz rebate os argumentos apontados pela magistrada recorrente da condenação do Tribunal de Felgueiras, quando escreve que «não partilhamos da opinião da digna magistrada recorrente sobre a gravidade dos factos nem sobre a culpa dos arguidos», acrescentando que o caso em questão «está longe de ter a gravidade com que, geralmente, se apresentam os casos de maus-tratos no quadro da violência doméstica» e que «a conduta do arguido ocorreu num contexto de adultério praticado pela assistente».

Enquanto que o juiz desembargador e a sua co-assinante reconhecem o trauma provocado pelos agressores a esta mulher, também se apoiam no internamento por depressão a que o ex-marido foi sujeito para justificarem o seu mal-estar psicológico, que atribuem ao adultério da agredida.

Não bastando uma primeira condenação com pena suspensa, o juiz do Tribunal da Relação do Porto reitera que o comportamento da vítima é censurável, e que «sociedades há em que a mulher adúltera é alvo de lapidação até à morte».

Como podemos ler na entrevista feita a Rita Segato, nesta presente edição do Jornal MAPA, «então como a sociedade aprende o que é um crime, o juiz aí é um professor e um pedagogo, alguém que tem de dizer mas tem de dizer da forma certa». Segundo a antropóloga, um juiz não pode tão simplesmente descartar-se da sua função de pedagogo na sociedade e escudar-se com argumentos legalistas.

Mais ainda quando este mesmo juiz, apenas ano e meio após a assinatura deste acórdão, que tanta polémica gerou e resultou numa advertência do Conselho Superior de Magistratura, assina novo acórdão em que liberta da pulseira electrónica um agressor condenado. Argumentava Neto de Moura no acórdão que, nos dias que correm, o fenómeno da violência doméstica é de tal forma empolado que «a mais banal discussão ou desavença entre marido/companheiro/namorado e mulher/companheira/namorada é logo considerada violência doméstica e o suposto agressor (geralmente, o marido ou companheiro) é diabolizado e nenhum crédito pode ser-lhe reconhecido».

Na descrição dos factos provados, o juiz escreve que desde 2013 o arguido agredia verbalmente a esposa, até ao culminar de ameaças com armas de fogo e um episódio de violência física que acabou por resultar na perfuração do tímpano da esposa.

Ora, após recurso apresentado pelo arguido, o juiz Neto de Moura entende que a ordem de distanciamento de três anos é demasiado longa e não encontra necessidade da aplicação da pena acessória - a utilização da pulseira electrónica - já que o arguido terá cumprido «escrupulosamente» a ordem de distanciamento e a obrigação de reinserção social que passasse pela desintoxicação de álcool. Manteve a condenação de prisão com pena suspensa por dois anos e oito meses.

Nestes dois acórdãos redigidos e assinados por Neto de Moura, entende-se que há dois pesos e duas medidas na interpretação do que pode ou não ser visto como devassa da vida privada. Se no que respeita à vida da mulher agredida pelo ex-amante e ex-marido, a sua vida íntima não foi factor a considerar na manutenção da suspensão da pena dos seus agressores, e inclusive é invocado o «gravíssimo atentado à honra e à dignidade» do ex-marido pelo adultério por ela cometido, o mesmo não se pode verificar no sentido inverso. Porque o homem que tanto soqueou a esposa ao ponto de lhe rebentar o tímpano estava sob vigilância electrónica contra sua vontade, considerou o juiz Neto de Moura, isso era uma violação do seu espaço privado e da sua vida íntima e, portanto, esta pena acessória era excessiva.

> Neste ano de 2019 já são pelo menos catorze as mulheres que se contabilizam como vítimas mortais em contexto de violência doméstica ou na intimidade

"Dançar não é seduzir"

Tão somente um ano depois de rebentar a polémica do «acórdão das mulheres adúlteras», como acabou por ficar conhecido, vem a público novo acórdão que expõe a ferida da misoginia da justiça portuguesa.

Em Novembro de 2016, uma jovem é violada por dois funcionários de uma discoteca de Vila Nova de Gaia. Aproveitando o estado de inconsciência dela, os dois homens agrediram-na sexualmente na casa-de-banho da dita discoteca.

Após serem condenados em primeira instância a quatro anos e meio de prisão com pena suspensa, o Ministério Público de novo recorre para o Tribunal da Relação do Porto para pedir uma condenação efectiva, que uma vez mais confirma as penas atribuídas aos agressores. Para evitar plasmar a violência descrita nos factos provados daquele julgamento, saibam os nossos leitores que o acórdão está integralmente disponível online (Processo 3897/16.9JAPRT.P1).

Nas conclusões do acórdão do Tribunal da Relação do Porto lê-se que ao não terem «qualquer percurso criminal» e como «não há danos físicos (ou são diminutos) nem violência (o abuso da inconsciência faz parte do tipo)», a culpa dos arguidos situar-se-ia «na mediania».

Mas se no caso de Neto de Moura houve um levantamento de inquérito e uma reprimenda determinada pelo Conselho Superior de Magistratura, no caso do acórdão da «sedução mútua», assinado por Maria Dolores da Silva e Sousa e Ma-

nuel Soares, não houve qualquer tipo de questionamento por parte do Conselho acerca dos posicionamentos e afirmações dos juízes.

Na sequência da divulgação deste caso e deste acórdão do Tribunal, junta-se no Porto uma manifestação de perto de 500 pessoas, onde se levantam cartazes e vozes. Ouve-se e lê-se «Juízes machistas, ide ver se chove, não queremos voltar ao século XIX».

As mãos das e dos manifestantes estão tingidas de vermelho, e um pouco por todo o lado lê-se «*#MeToo*». Nos peitos e nos cartazes levam-se palavras de ordem, que, queixavam-se as manifestantes, têm sido demasiadas vezes necessárias. O consenso geral entre quem se manifestava era que o Ministério Público deveria reforçar formações e sensibilizações nos casos de violência sexual, e que o governo deveria incitar a um debate público sobre este fenómeno.

Se, por um lado, temos episódios em que os agressores são de facto considerados culpados de actos de violência doméstica e sexual mas as penas que lhes são atribuídas são na forma suspensa, por outro lado temos o caso de Aliesky Aguillera. Este médico condenado a seis anos de prisão por cinco crimes de violação enquanto exercia a profissão nos Açores continuava, em Março, a exercer medicina num hospital lisboeta. E, não obstante a condenação pelo tribunal de primeira instância, a juíza optou por não aplicar interdição de exercício de profissão, já que isso seria da competência da Ordem dos Médicos. Até Março deste ano, nem a Ordem se havia pronunciado, nem haveria sido emitido mandado de detenção.

> Argumentava Neto de Moura no acórdão que, nos dias que correm, o fenómeno da violência doméstica é de tal forma empolado que «a mais banal discussão ou desavença entre marido/ companheiro/ namorado e mulher/companheira/ namorada é logo considerada violência doméstica e o suposto agressor (geralmente, o marido ou companheiro) é diabolizado e nenhum crédito pode ser-lhe reconhecido»

"Não estamos todas, faltam as mortas"

Em Abril de 2019 já não bastam duas mãos para contar os nomes das mulheres mortas pelos seus parceiros ou ex-parceiros íntimos. Mas quando em Fevereiro se contavam ainda dez, um grupo de manifestantes desceu do Bolhão, no Porto, até ao Tribunal da Relação, invocando os nomes e a memória das mulheres assassinadas. Eram perto de 150 pessoas e gritavam «Parem de nos matar».

Entre as árvores do Jardim da Cordoaria estendeu-se uma corda com dez camisolas brancas, sujas de sangue e terra. O que é habitual neste tipo de manifestações é que se peça um minuto de silêncio em memória das vítimas. Pelo contrário, estas 150 manifestantes gritaram a pleno pulmão «vivas nos queremos, nem uma menos».

Marta era parte integrante desta e de outras manifestações, um rosto afogueado já familiar destas andanças. E dizia «o que precisamos é de fazer ruído, não de nos calarmos».

Mas o cenário continuou a agravar-se. Até ao dia da Greve Internacional Feminista, no dia 8 de Março, foram mais duas as mulheres assassinadas. E à data de fecho desta edição do MAPA, outras duas.

No dia 8 de Março foram milhares as que acudiram às ruas e à solidariedade entre feministas, amigas, colectivos, projectos políticos, para gritar não somente pelo direito à igualdade, mas pelo direito à liberdade e à vida com dignidade. Se na manifestação de Outubro de 2018, aquando do «acórdão da sedução mútua», foram muitos os braços e vozes que se ergueram, em Março de 2019 foram mais ainda.

A Greve Internacional Feminista em Portugal foi em grande parte mobilizada pela Rede 8 de Março, e contou com o apoio de cinco sindicatos nacionais - o SNESUP, o STCC, o SIEAP, o STSSSS, e o STOP. A Rede invocava a necessidade de uma greve que se estendesse para lá da sua tradicional acepção, que se refere à greve laboral. Apelando à greve ao trabalho doméstico e emocional, era objectivo da Greve levantar questões sobre os moldes em que a sociedade assenta. Desde a precariedade laboral às violências nas suas múltiplas formas, à justiça machista e aos femicídios em escalada, à homolesbobitransfobia, havia espaço para todas as causas na bandeira da Greve Feminista.

Estudantes, mães, amigos, colectivos feministas mais ou menos institucionais, os Ritmos de Resistência a pautar o ritmo, trabalhadoras, desempregadas. As histórias que se ouviam pelas fileiras da manifestação eram em muitos pontos diferentes, mas em muitos outros coincidiam. As conversas frequentemente iam bater à discussão sobre a justiça e os tribunais, sobre a permissividade das instituições para com a violência contra a mulher. Mais do que uma vez se ouviu falar sobre Neto de Moura, sobre o «acórdão da sedução mútua» e sobre as então doze mulheres assassinadas.

A memória da vereadora Marielle Franco esteve presente em palavras de ordem e t-shirts, assim como a de todas as mulheres portuguesas assassinadas pelos seus companheiros e ex-companheiros.

No final da manifestação uma mulher brasileira gritava «Marielle!» para que as demais manifestantes respondessem «Presente!». «Hoje!», gritava ela, «e sempre!», respondiam elas. Uma jovem chorava copiosamente, lágrimas mais velozes que as mãos que as limpavam.

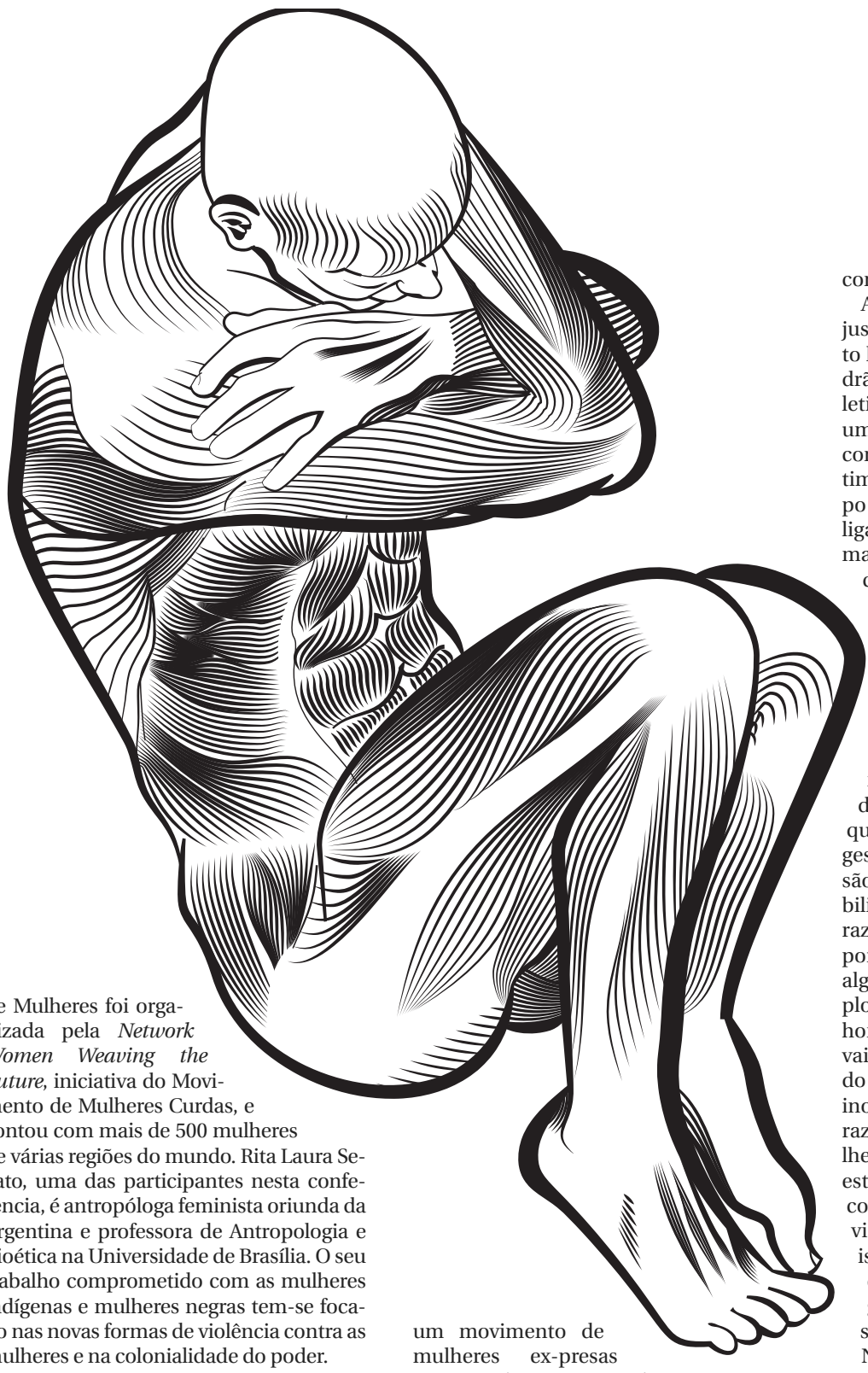
Eram muitas, mas faltavam as mortas. As presas. As precárias. As traumatizadas. Eram muitas as sobreviventes, e muitas as vítimas.

Estas são apenas algumas das histórias que conseguem chegar a público. Muitas mais serão as que se calam nos Tribunais e no silêncio das casas. São muitas as mulheres e a luta feminista continua a ganhar alento, mas certo é que, entre maus-tratos, assédio e femicídios, e até mais ver, este país não é para mulheres.

FEMINISMOS ANTICARCERÁRIOS: UMA ENTREVISTA A RITA SEGATO

COLETIVO LUA NEGRA
KRAKATOA@RISEUP.NET
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**

Entrevista a Rita Laura Segato, antropóloga feminista, pelo Coletivo Lua Negra trazendo para a discussão práticas feministas abolicionistas alternativas ao sistema de justiça criminal e à lógica punitiva.



Na esteira da mediatização internacional da violência sexual alcançada pelo movimento #metoo surgem em Portugal denúncias de pressupostos machistas usados nas sentenças de casos de violência sexual e violência doméstica que desvelam o sexismo, a normalização e a legitimação da violência de género por parte de juízes e do sistema de justiça que perpetua a culpabilização das vítimas e, por outro lado, a desculpabilização dos agressores.

De uma forma generalizada as posições de feministas e dos movimentos sociais têm recaído no apelo ao Estado e ao sistema de justiça criminal como solução matricial para o fim da violência de género sem uma efetiva reflexão sobre as consequências nefastas do punitivismo e do sistema carcerário.

Neste contexto, surge o Coletivo editorial Lua Negra com a iniciativa de trazer para a discussão práticas feministas abolicionistas alternativas ao sistema de justiça criminal e à lógica punitivista. Assim propomos esta entrevista que nos traz uma análise feminista sobre a prisão e a lógica punitivista e a sua relação com o heteropatriarcado. Rita Segato propõe a pedagogia da crueldade para explicar esta relação expondo a estrutura heteropatriarcal, racista e classista do Estado.

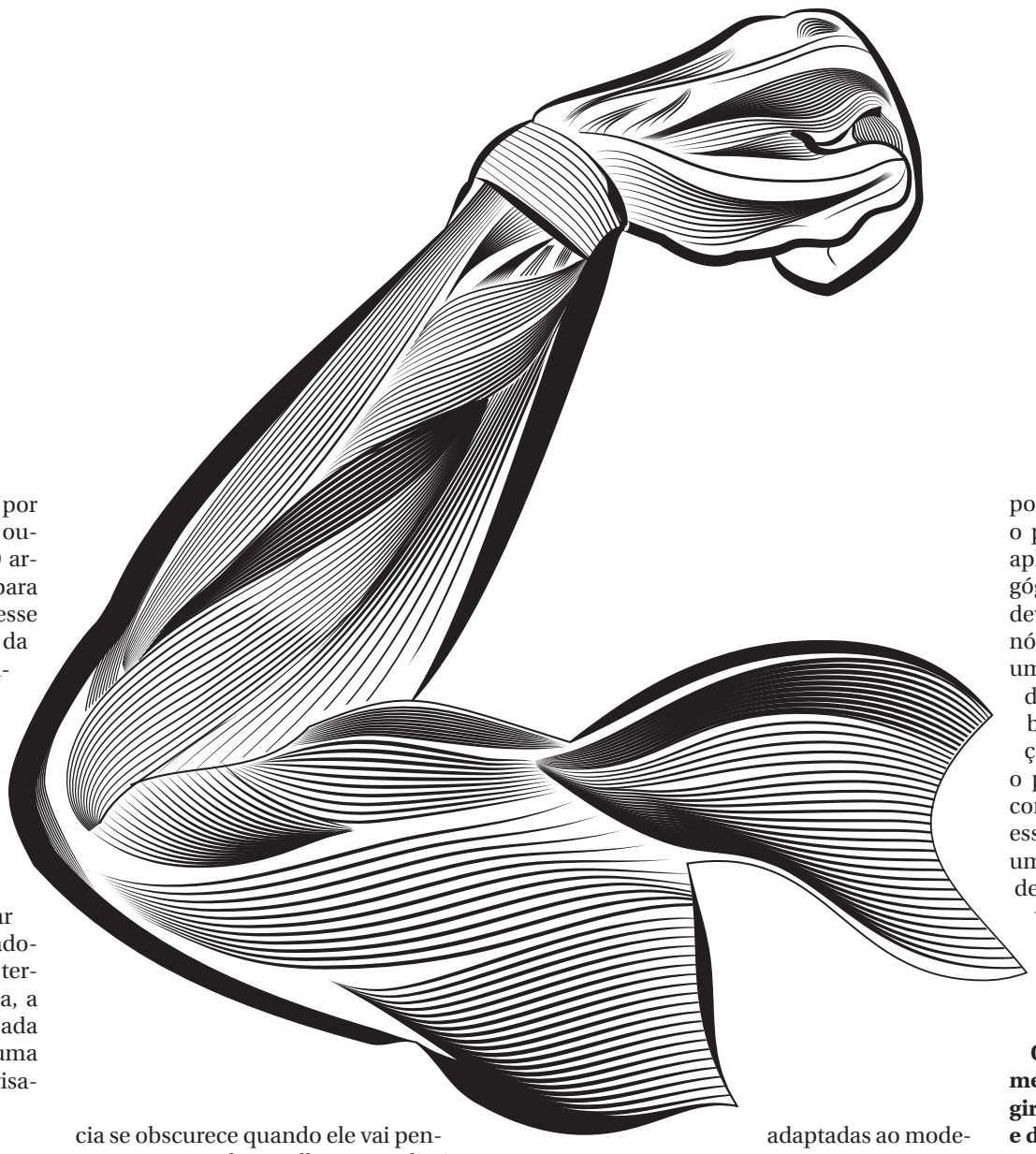
A entrevista a Rita Laura Segato foi realizada na 1ª Conferência Internacional de Mulheres, *Revolution in the Making*, nos dias 6 e 7 de Outubro, em Frankfurt, Alemanha. Esta 1ª Conferência Internacional de Mulheres foi organizada pela *Network Women Weaving the Future*, iniciativa do Movimento de Mulheres Curdas, e contou com mais de 500 mulheres de várias regiões do mundo. Rita Laura Segato, uma das participantes nesta conferência, é antropóloga feminista oriunda da Argentina e professora de Antropologia e Bioética na Universidade de Brasília. O seu trabalho comprometido com as mulheres indígenas e mulheres negras tem-se focado nas novas formas de violência contra as mulheres e na colonialidade do poder.

Qual é a relação entre o machismo, a cultura da violação e o sistema carcerário?

Durante muitos anos trabalhei sobre o sistema prisional, mas já há muito tempo que o meu trabalho não se debruça diretamente sobre as prisões. Agora atualizei o meu pensamento sobre a cadeia porque fui recentemente contactada por um movimento de mulheres ex-presas na Argentina – *No en mi nombre* – e, também, comecei a fazer um trabalho para a defensoria pública da Argentina com mulheres bolivianas encarceradas do lado argentino por pequeno tráfico. Os grandes crimes de tráfico - aqueles que passam em *containers*, avionetas e em aviões – não chegam a uma sentença, enquanto muitas mulheres traficantes bolivianas pobres são julgadas e condenadas por pequeno tráfico.

Através do duplo padrão da justiça, a justiça delata, revela o que ela é enquanto linguagem do Estado. A este duplo padrão, o mundo dos juristas chama de seletividade da justiça, mas é, francamente, um duplo padrão de julgamento - quem condena e quem não condena. Nestas últimas conversas com as pessoas do grupo *No en mi nombre* pude encontrar a ligação entre a pedagogia da crueldade, o mandato da masculinidade e o trato carcerário. O que é a crueldade? O que é a crueldade quando se ataca um corpo de uma mulher? É uma crueldade não justificada, ou seja, não tem uma lógica. No imaginário coletivo, a mulher não é um inimigo bélico, ela não é um sujeito armado. Então, quando se ataca e se bate numa mulher, e quando se mata com crueldade, estamos perante uma crueldade que não tem razoabilidade. Tal como os gestos do poder, os gestos da soberania são gestos que não necessitam ter razoabilidade. Quando a crueldade não tem razoabilidade, é o extremo da crueldade, porque quando tem razoabilidade, de alguma maneira, deixa de ser, por exemplo, sobre a crueldade contra o corpo dos homens na guerra, o imaginário coletivo vai falar «bom, é uma guerra». Mas, quando a crueldade é exercida contra corpos inocentes de mulheres e crianças, perde a razoabilidade. Claro que há também mulheres soldadas e mulheres na guerra, mas estou falando da posição do imaginário coletivo arcaico. Desde este imaginário a violência contra esses corpos inocentes, isola a crueldade como mensagem e a crueldade que se isola como mensagem é uma crueldade de soberania, ou seja, de poder sobre a vida.

Na cadeia nós vemos, e acabo de escutar vários relatos sobre isso, castigos que não são justificados, ou seja, o carcereiro não necessita justificar o seu castigo, ele só vai enunciar o facto de que ele é dono da vida de quem está ali. Para enunciar que ele é dono da vida de quem está ali, ele pode ser cruel desnecessáriamente e noutros casos poderia ser cruel e não o ser, ou seja, o arbítrio, a exibição do arbítrio é a principal característica do gesto



violento. Na cadeia vemos muito isto, por exemplo, uma pessoa faz uma coisa e outras pessoas são castigadas por isso. O arbítrio dos carcereiros é fundamental para a cadeia como um sistema de poder e esse arbítrio é também uma característica da masculinidade do poder. A masculinidade é a primeira forma de poder.

…e daí a tal relação com a cultura da violação e, tal como disseste, o exercício da violência sobre o corpo da mulher não tem razoabilidade tal como o carcereiro quando exerce o poder dentro da prisão.

A violação é uma maneira de mostrar a capacidade apropriadora, controladora dos territórios e dos corpos como territórios. Ver a vida como coisa, ou seja, a coisificação da vida, por exemplo a visada pornográfica, a visada pornográfica é uma visada que olha o corpo como coisa, a visada científica também é pornográfica.

Porque é que o sistema carcerário não pode respoder ou não consegue responder à violência de género…

Recentemente, no meu país, em Entre-Rios no Paraná, faz uns dois meses constituiu-se o júri do juiz Rossi. Rossi foi um juiz da província de Entre-Rios que colocou em liberdade um violador que matou a Micaela, um caso de feminicídio muito célebre na Argentina e que provocou muita dor na sociedade argentina. Ainda mais que outros feminicídios porque apesar de todos os esforços e meios não se conseguiu deteriorar a sua imagem. Sempre fazem esses esforços para revitimizar, dizer que por alguma razão aconteceu, mas ela não, ela era boa rapariga, de boa família, estudante numa universidade de Entre-rios. Então foi um golpe muito forte. Uma advogada maravilhosa representou oitenta organizações feministas, LGBTQIA+ e de todos os tipos do arco antipatriarcal ou que se defende do patriarcado, mais do que antipatriarcal, que se defende do patriarcado. Estas oitenta organizações fazem parte da Assembleia de Entre-rios que esta advogada representou no júri do juiz Rossi. O juiz Rossi é um juiz da linha de um grande jurista argentino o Raúl Zaffaroni autor de um livro que foi lido e traduzido para muitas línguas, inclusive no Brasil onde os penalistas estudam a sua bibliografia e os seus textos. Este Juiz é um juiz garantista, ele foi abolicionista e tornou-se garantista. Hoje é uma pessoa garantista e é uma pessoa espetacular quando raciocina sobre a seletividade da justiça racial e de classe. Garantistas são aqueles juízes da linha que prega por garantias constitucionais para aqueles que estão em maioria nas cadeias - os não brancos e pobres, ou seja, uma parte da população é selecionada e criminalizada pela justiça, e por isso necessita de garantias. Mas este juiz é péssimo quando pensa as mulheres, como pode ser uma pessoa tão brilhante quando fala nos perigos do sistema punitivo e ser tão ruim e misógino, ou seja, sua inteligência se obscurece quando ele vai pensar a questão das mulheres no direito e as mulheres frente ao Estado. E aí como faço para criticar o argumento garantista que é nobre quanto ao trato de pessoas não brancas e pobres mas é péssimo quando se trata de mulheres?! Porque, por exemplo, esse juiz que julgou o violador é um garantista, ou seja, é um juiz do melhorzinho que tem. Então estive pensando, pensando, e a minha resposta foi a seguinte: noutros casos, como por exemplo os crimes contra a propriedade que são cometidos pela maioria das pessoas que estão presas, são crimes em geral cometidos por pessoas desprotegidas e vulneráveis, daí o garantismo, porque estão vulneráveis na sociedade. Só que os crimes de género contra as mulheres são crimes do poder, a lógica inverte-se, então o garantismo deve ir na direção contrária, de garantir a justiça sobre esses agressores que é exatamente, o que não acontece, ou seja, se o direito não sabe pensar todas as cenas do crime a partir da perspetiva de onde se localiza o poder nessa cena, acho que o direito não faz a tarefa que deveria fazer. Primeiro é onde está o poder. O outro tema é a violência de género, ela surge do magma de um caldeirão violento que é a normalidade, a vida quotidiana normal, que é violentíssima em relação àquelas que desacatam o patriarcado – mulheres, gays tudo o que são posições que o olho patriarcal vê em dissidência com o seu cânone, a não ser que a mulher se adapte totalmente a esse cânone. Como são exemplo as mulheres do direito que são particularmente adaptadas ao modelo patriarcal, toda a apresentação do eu é totalmente adaptada.

A vida normal é violenta, basta pensar no olho público - se sair à rua há uma suspeita moral sobre a mulher, sobre o corpo feminino, sobre as intenções da mulher -, então a partir daí o espaço público é violento, depois a gente se acostuma. Só que essa quantidade de agressões, o olho da desconfiança pública, a desconfiança moral sobre as intenções da mulher, etc., nunca poderá ser tipificada como crime, nunca entrará como categoria jurídica. Os crimes são o mínimo, são a ponta de uma pirâmide de atos agressivos violentos, simbolicamente violentos e não só simbolicamente violentos contra as mulheres, mas o que vai ser considerado crime é cinco por cento ou menos da totalidade das agressões. Estas agressões acontecem por causa dessa sementeira, desse caldo de cultivo que é a forma diária, então é lá em baixo na base dessa pirâmide que a gente tem de trabalhar para que não aconteçam os crimes.

E daí a prisão não ser de facto também solução, ou seja, para intervir e para acabar com todas essas agressões não será o Estado patriarcal ou a justiça patriarcal, uma instituição violenta e machista tal como tu já o disseste…

Claro que são necessárias sentenças exemplares porque estaremos sentenciando o poder, estaremos dizendo que exercer o poder de dominação é ruim para a sociedade. Os júris têm que dizer isso, mas não podemos esperar que ali vamos corrigir o problema. Contudo, toda a lei, toda a aplicação da lei é um enunciado, é pedagógico, então discute a sociedade, por isso deve haver condenas. No caso da Micaela nós julgámos o juiz Rossi porque soltou um violador que matou imediatamente depois. Mas se não tem um trabalho na base da sociedade, o sistema de justiça per se e o punitivismo não resolvem o problema. Todo o discurso tem de ser corrigido porque a sociedade pensa que esse agressor é uma anomalia, ele não é uma anomalia, ele surge de um dia-a-dia de normalidade agressora, e talvez a sentença tenha de ser tratá-lo, o problema é a análise mediática que não avança, que não acompanha a reflexão feminista.

O que é que achas sobre os posicionamentos feministas que continuam a exigir justiça desde uma perspetiva punitiva e do castigo…

São os feminismos institucionais. Eu critico eles por isso e por muitas outras coisas mais, porque realmente colocam toda a sua fé nas instituições. Os feminismos europeus, exceto na península ibérica onde não existe a mesma relação Estado-sociedade porque o que aconteceu com a Península Ibérica foi também um produto de um processo de colonização e aí eu coloco ela do nosso lado do atlântico. No resto da Europa, as relações Estado-sociedade são diferentes, acho que o Estado é o resultado da história da sociedade. Na Península Ibérica e na América Latina há o Estado de conquista, ou seja, conquistou-se um território inventou-se uma nação então a relação é diferente.

Também pergunto isto porque tenho alguma dificuldade, no contexto português, em discutir as ideias abolicionistas e as perspetivas feministas antipunitivistas.

O agressor sexual está do lado do poder, então é necessário que exista uma sanção e que seja pedagógica, mas é necessário que a sociedade seja conduzida a ver esse agressor como uma hipérbole, como um representante do patriarcado, que de formas não criminosas atua em toda a sociedade. Só com o punitivismo a gente não resolve o problema, mas tem que existir a sanção da agressão porque muitos homens não sabem, e é real, eu vi isso, muitos homens não sabem que a violação é um crime e quando o sabem, sabem-no muito superficialmente mas no fundo não acreditam que seja realmente um crime, então como a sociedade aprende que é um crime, o juiz aí é um professor é um pedagogo, alguém que tem de dizer mas tem de dizer da forma certa.

Recentemente em Portugal uma mulher foi violada por dois seguranças numa discoteca, ela apresentou queixa e o processo foi para a frente e apesar de ter sido provado que foi violada, os juízes consideraram que a vítima não sofreu da-

Parece que a justiça está reagindo porque eles são a barreira que está impedindo o mundo de mudar. Na verdade, se nós mulheres impomos a nossa agenda o mundo muda, todo o mundo muda porque a nossa submissão sustenta o edifício de todos os poderes

nos graves e que o abuso praticado pelos agressores foi de menor gravidade.

Mas tem de considerar, e está acontecendo cada vez mais casos destes em todo o lugar. Têm que ser punidos, mas aí está. Acontece que a masculinidade é uma corporação, tem uma estrutura corporativa e a justiça também replica essa estrutura corporativa, há uma enorme afinidade, quase que diria uma afinidade sentimental, entre a corporação masculina e a corporação dos juízes. Como o caso da manada em Espanha, absurdo - porque não se defendeu! Mas se a moça se defende frente a cinco homens ela morre! Temos de nos perguntar porque é que cada vez mais acontecem estes casos, quando nós mulheres já mostrámos tanto ao mundo nossos argumentos. Parece que a justiça está reagindo porque eles são a barreira que está impedindo o mundo de mudar. Na verdade, se nós mulheres impomos a nossa agenda o mundo muda, todo o mundo muda porque a nossa submissão

O movimento feminista colocou todos os esforços no campo estatal, e não houve grandes progressos no sentido em que não houve grande proteção legal para as mulheres, e esquecemo-nos que o campo estatal não causa a mudança na sociedade

sustenta o edifício de todos os poderes.

Uma questão que ainda à bocado estava a falar com uma companheira e tu também falaste disto: não temos de ver o patriarcado como uma forma cultural, porque a cultura é muito mais diversa, mas como uma ordem política e foi através do sistema de direito e do sistema de justiça que ele conseguiu se expressar e materializar mais concretamente. Como podemos nós conseguir alterar, por dentro, este sistema de justiça se ele desde a sua base sempre teve essa primordial função…

Tenho ouvido muito essa pergunta, principalmente, em várias universidades por onde eu passei este ano, no Equador, agora mesmo no Perú, na Argentina, e tenho também ouvido casos horripilantes, especialmente nos cursos de direito. Impressionante na minha universidade uma moça, na Universidade de Brasília, estudante de direito, foi assediada por um professor e ela conseguiu terminar o curso. Era muito tímida e quando terminou foi para o mercado de trabalho e percebeu que ele tinha fechado as portas dela e então escreveu uma carta onde conta a situação e depois foi para um parque ecológico, uma reserva natural e matou-se. Este é um caso muito emblemático, muito sintomático porque é num curso de direito, ou seja, onde as pessoas conhecem as leis. O que quer dizer que na verdade é deliberada a agressão às mulheres no campo do direito, claro que o campo do direito é o braço operativo do Estado.

O que me impressiona é a consciência que têm do perigo que o nosso movimento representa, eles mesmos nos demonstram a centralidade da nossa luta e o quanto estamos ameaçando com as nossas metas e com o nosso projeto histórico. Estão nos abrindo os olhos para quanto eles têm que negar e colocar uma barreira ao progresso das nossas lutas. Porque eles melhor do que nós estão percebendo como as nossas lutas ameaçam todo o controlo social e todos os elementos do mundo em que vivemos, a forma que o mundo é. As nossas lutas ameaçam o capital e não somente o patriarcado, ameaçam todos os tipos de autoritarismo, então eles nos estão abrindo os olhos para a importância do que estamos perseguindo e que não é um tema de minorias. Ultimamente, tenho argumentado muito contra a crítica que temos acatado, a de que somos uma minoria, porque trata-se de uma menorização. Somos maioria política não como maioria numérica, mas como maioria de peso político e por isso nos temem e nos bloqueiam algo que seria normal - o direito à justiça.

O sistema de direito é obsoleto desde a sua base, desde a sua criação, por isso é urgente as alternativas e é urgente que a gente visibilize as nossas alternativas de justiça e de organização política…

Duas coisas para mim, tem que ser construído desde o comunal. O movimento feminista colocou todos os esforços no campo estatal, e não houve grandes progressos no sentido em que não houve grande proteção legal para as mulheres, e esquecemo-nos que o campo estatal não causa a mudança na sociedade. A lei não é causa das práticas, não tem uma relação causal com as condutas das pessoas. O aborto é um exemplo, a lei que proíbe o aborto não impediu que os abortos acontecessem, tem quase um aborto por cada nascimento, portanto é uma lei que não tem eficácia material. Então temos colocado todas as fichas e militância em passar leis, políticas públicas, tudo no campo da letra, do campo estatal, e não percebemos que o trabalho é na sociedade e na reconstrução do tecido comunitário, no comunal. Em todas as nossas sociedades, em Espanha, Portugal e América Latina, nós temos ainda retalhos de comunidade, retalhos de vida comunal, na cozinha das nossas casas, em algum lugar tem um bocadinho. A partir daí para mim é retecer esse tecido de ajuda mútua, de reciprocidade, de vida conjunta, de vincularidade, vejo a saída para o

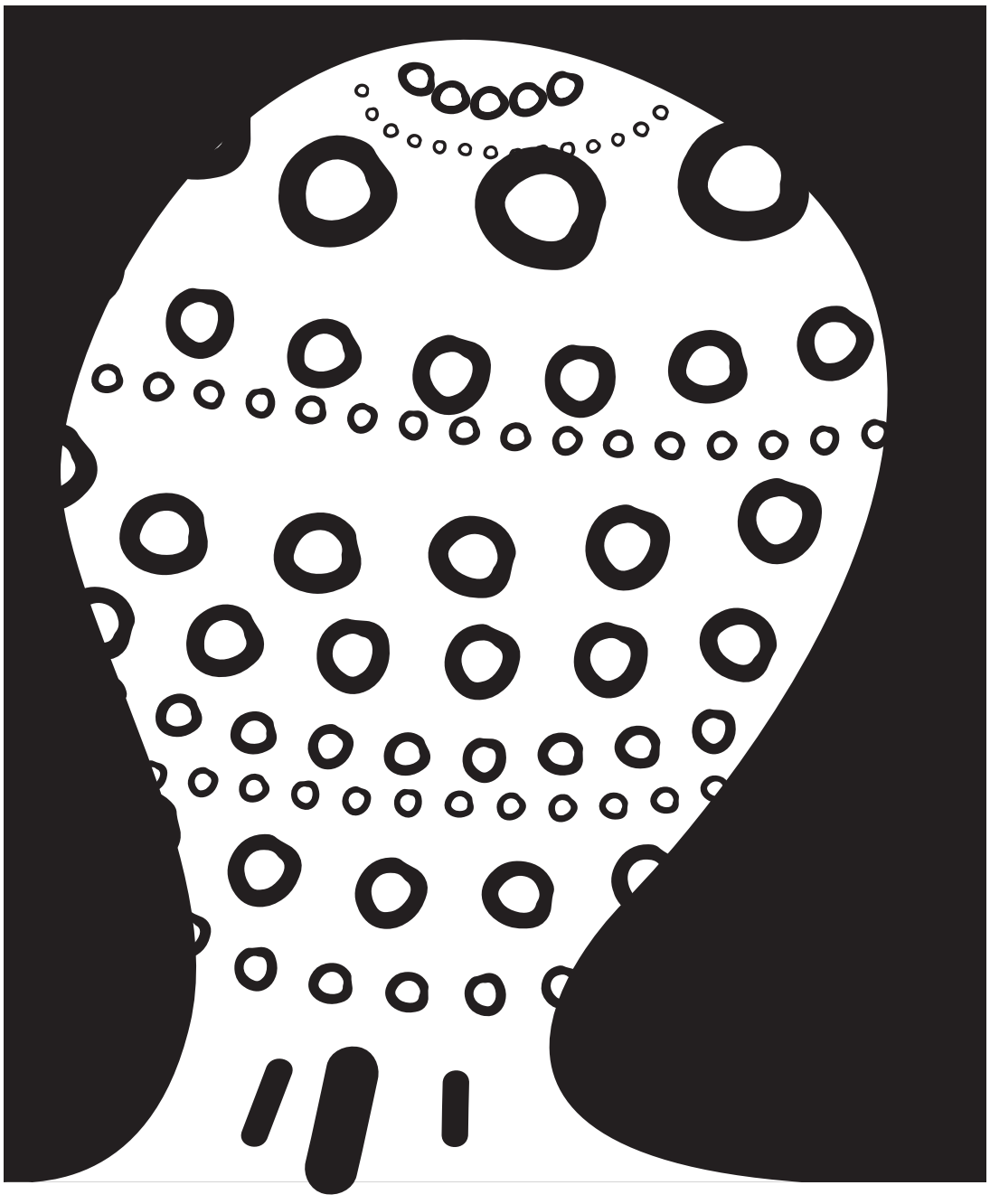
As nossas lutas ameaçam o capital e não somente o patriarcado, ameaçam todos os tipos de autoritarismo

futuro a partir daí. O outro tema, é que estamos as mulheres e até as crianças a lutar, no meu país meninas de 12 anos estão saindo nas ruas e quando os jornalistas foram entrevistá-las e pensavam que estavam saindo para brincar elas tinham respostas impressionantes, sabiam perfeitamente o que estavam fazendo. Tem muita criançada e muitxs jovens adolescentes que estão cursando segundo grau que foram desses milhões que saíram à rua na Argentina, elas estão aí fortemente, elas acreditam que o movimento é delas, é maravilhoso. Então o que é necessário agora é nomear, o que é uma politicidade feminista, temos de nomear, registar, como estamos fazendo política das mulheres. Mas o meu pensamento não é utópico, não temos claramente um deve ser assim, o que temos é: saiu a superfície, emergiu uma politicidade que foi cancelada na passagem à modernidade colonial onde houve represamento e uma despolitização desses espaços, desses retalhos de comunidade, onde a mulher sim gestiona a vida. Temos de repolitizar os nossos modos de gestão da vida, dos conflitos, da proteção. Tudo isso tem de adquirir um vocabulário político que está na sociedade, e a partir daí caminhar experimentando, nomeando, teorizando e digamos entendendo cada momento sem uma ideia fixa de futuro. A utopia pode ser totalitária – tenho de chegar aí, a uma sociedade assim - isto fez muito dano também a todos os processos revolucionários. Vamos produzir felicidade, bom viver, vincularidade, ajuda mútua, aqui e agora, em todos os momentos com quem possamos. Vejo cada mulher como uma grande tecedora de vínculos, e por aí vamos reencaminhar a história. Vai ser muito reprimido e já é surpreendente como é reprimido qualquer intento deste tipo. Para mim a solução está na vincularidade tecida pelas mulheres.

O ANIMISMO FETICHISTA DO CANDOMBLÉ AFRO-BRASILEIRO E A ESPIRITUALIDADE NO OCIDENTE (PARTE I)

Este artigo é um salto no escuro. Abre-se à possibilidade de uma heresia contra as nossas próprias crenças. Nos dias que correm o óbvio é mais radical do que aquilo que se pensa e não poucas vezes a ganga de camadas de lugares comuns e de processos seculares de aculturação fazem-nos olhar com preconceito para a noção de espiritualidade. O tema é inesgotável e não é possível achar aqui acordo com a amplitude do questionamento às referências culturais e filosóficas que este convoca: espiritualidade, religião, a necessidade humana de transcendência, o uso da razão crítica e o maná da liberdade. Resta-me atirar a primeira pedra: ao passar à escrita, tal intento de reflexão converteu-se numa interminável fantasmagoria...

JÚLIO DO CARMO GOMES
JC@UTOPIE-MAGAZIN.ORG
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**



O sítio do terreiro é ermo e recôndito e não temos mais do que subir o morro seguindo os ecos da música e dos cantos que atravessam a noite. A melopeia africana é dolente com «um cunho de poesia selvagem e misteriosa»[1]. Já se vê o barracão. À soleira da porta há cabaças com farofa amarela e azeite-de-dendê. Entramos no recinto e mergulhamos numa atmosfera de comunhão, mulheres, homens e crianças, som de palmas, guirlandas de papel de cores intensas, folhas de pitanga espalhadas pelos cantos, quartinhas d'água e cheiro a pau santo. O ritmo dos atabaques é agora mais intenso e a cadência torna-se cada vez mais rápida. Os iniciados ostentam vestes de todas as cores, mescla de sedas, veludos e panos de chita, adornados de colares de contas e missangas, lançam-se na dança e invocam os orixás. É um drama sagrado, um teatro indescritível à fraca luz das velas que rodeiam as oferendas e o *peji*, o santuário de fetiches, engrinaldado a murta e flores vivazes, e de onde sobe o fumo de ervas, raízes e incensos. Há quem dance liberto pela libido de sorriso nos lábios, há quem se mova agitado por tremores em aparente desmaio, há quem rodopie e dê saltos que terminam rente ao chão onde a giz se desenharam círculos e riscos indecifráveis. Há dedos que se entrelaçam, braços que se estendem para abraçar outro corpo, gestos cabalísticos que profetizam o mistério da conexão aos ancestrais. É a festa que chama as divindades à terra para o *xirê*, o momento de os orixás virem brincar no terreiro.

Tomando de empréstimo à cosmovisão do candomblé afro-brasileiro a sua dimensão histórica e cultural, o seu *ethos* e a politização das relações que os cultos de raíz africana implicaram na sua vasta e plural comunidade, bem como a sua profícua influência geral na sociedade, na religião (o sincretismo religioso), na política (a resistência e cultura quilombola), na música (o lundum, o maracatu, o maxixe, o samba), na culinária, na cultura popular (a capoeira) e na arte, procura-se aqui iniciar uma reflexão sobre as interrogações últimas e insondáveis do ser humano. Livrai-me de bosquejar uma visão esotérica sobre a espiritualidade. Semelhante busca seria uma profanação – tanto para os cultos animistas de tradição africana como para o culto da razão crítica… –, um desígnio a jusante da discussão que se pretende abrir. A índole esotérica cabe aos iniciados, aos *elégún* (aquele/aquela que pode ser «montado», possuído, por uma divindade, ou orixá) e aos abiãs, àqueles que se fazem à gira e partilham da fulgurante festa do candomblé.

Calundu, batuque e batucajé eram os termos mais correntes que designavam os cultos de origem africana no Brasil até ao século XVIII. Referiam-se genericamente às danças e aos cantos colectivos, acompanhados pelo som de instrumentos de percussão, às invocações dos ancestrais, à adivinhação, à cura mágica e ao transe.

Desde o período quinhentista e durante mais de trezentos e cinquenta anos, os navios negreiros transportaram através do Atlântico, não apenas um contingente de cativos destinados ao trabalho forçado no Novo Mundo, mas o seu universo plural de crenças, identidades culturais, étnicas e linguísticas. As convicções do *ethos* das populações escravas traduziram-se numa extraordinária resistência, mais atreita à criação defensiva e secreta de «um discurso oculto» – evocando a expressão do antropólogo James C. Scott – do que ao confronto aberto, infra-narrativa que todavia se opunha com determinação às forças de alienação e de extermínio do tráfico negreiro transatlântico, os senhores e os comerciantes de escravos, a Igreja Católica, o Reino de Portugal e, posteriormente, do Brasil independente e seus respectivos aparelhos de repressão.

Durante séculos, além da exploração, da repressão e da aculturação, a historiografia oficial sobre a cultura afro-brasileira foi realizada pelos próprios poderes repressores. Autores como Pierre Verger e René Ribeiro assinalaram que as primeiras menções às religiões africanas no Brasil apareceram a partir de 1680 a cargo do Santo Ofício da Inquisição, que denunciava «o costume dos negros, na Bahia, matarem animais para lavar-se no sangue»[2] e as «pretas da Costa da Mina que

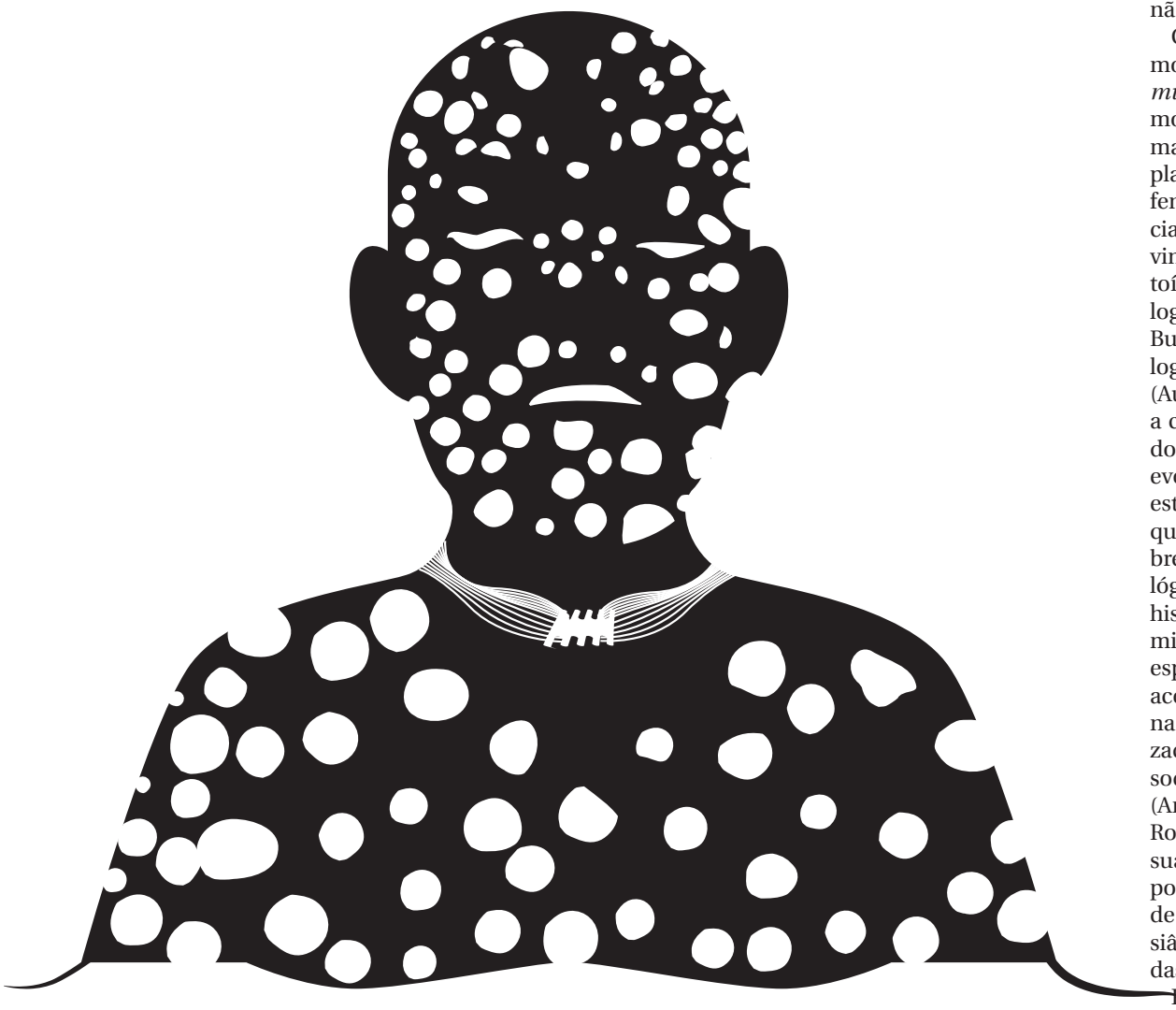
faziam bailes às escondidas, com uma preta mestra e com altar de ídolos, adorando bodes vivos, untando seus corpos com diversos óleos e sangue de galinha»[3]. Verger, fotógrafo francês que dedicou grande parte da sua vida ao estudo e documentação dos cultos afro-brasileiros de tradição iorubá, demonstrou que o olhar dos próprios dominadores sobre o candomblé se estendeu para lá da segunda metade do séc. XX[4], comprovando a velha máxima atribuída a Orwell de que a história é contada pelos vencedores.

Os terreiros de candomblé consolidam-se no Brasil sobretudo após a abolição da escravatura em 1888 (Lei Áurea), constituindo-se em espaços que vão muito além do carácter de culto ao sagrado. À volta dos terreiros foi possível reconstituir heranças culturais, solidificar experiências sociais, de solidariedade e de ajuda-mútua não controláveis pelas forças repressoras, afirmar e recriar identidades culturais que permitiram a sobrevivência não apenas de uma memória colectiva, como a sobrevivência e emancipação política de um povo. Locais nucleares de encontro social e de reforço identitário, de lazer e solidariedade, não só dos negros e mestiços mas também das classes pobres brancas.

A história por contar do povo-de-santo, tão singular quanto plural, responde a várias interrogações: desde finais do século XIX, que espaço comunitário no Brasil reiterava a horizontalidade de género, praticava a sabedoria dos valores matriarcais, integrava como iguais homossexuais, lésbicas, bissexuais, brancos, indígenas, mestiços, pedreiros e prostitutas, médicos e agnósticos, e até a fina-flor da própria classe alta? Que grupo social oferecia uma prática de resistência duradoura e dissimulada contra as instituições repressivas (Estado, Igreja e Capital), servia de retaguarda às frentes de luta política progressistas, inclusive de grémios libertários, e funcionava como corpo de reinvenção de uma identidade cultural e política? Que entidade defendia uma perspectiva holística da relação humana com a natureza? Que grupo de homens e mulheres não vivia com o conceito maniqueísta do bem e do mal? E não acreditava no castigo? E vivia numa cultura hedonista e sem repressões da sexualidade? Que prática espiritual não tem um fundamento escrito, nem escritura sagrada, nem uma hierarquia centralizada? Que pulsão criativa foi fonte e inspiração de vários géneros musicais no Brasil?

Caminho estreito tem levado o ocidente na dialéctica de construção e destruição do imaginário de espiritualidade. O entremeado desse drama histórico é susceptível de mal-entendidos, pelo que convirá balizar a noção de espiritualidade, em si mesma relutante à fixação de uma doxa e aberta a uma pluralidade de interpretações.

Proveniente do termo eclesiástico latim *spiritualitas*, significa num sentido amplo a condição espiritual, referindo-se à disposição primariamente moral, psíquica ou cultural do indivíduo que tende a desenvolver as características do seu espírito. Num certo sentido, é possível falarmos de práticas espirituais sem que necessariamente estas evoluam sob o que geralmente consideramos uma religião organizada. De outro modo, debaixo de uma igreja, estaríamos a falar «da moral de rebanho», na acepção de Nietzsche. A espiritualidade (seria preferível falar em mística) de rebanho é convencionalmente relacionada, no Ocidente, à religião, na perspectiva de o ser humano e a sua conduta pessoal estar submetida a seres superiores (deuses e/ou demónios) e à crença na salvação da alma. Do ponto de vista das doutrinas filosóficas materialistas ocidentais, refere-se à oposição entre matéria e espírito ou mesmo entre interioridade e exterioridade. Ambos os conceitos operam a partir de falácias, a própria oposição binária é já em si um maniqueísmo redutor da experiência e do vir a ser humano. De um lado, o fundamento metafísico que estabelece uma separação entre vida terrena e celestial (Aristóteles, um dos primeiros pensadores ocidentais a demonstrar que moralidade, virtude e bondade podem ser derivadas sem apelar a forças sobrenaturais, argumentou que «os homens criam Deus à sua própria imagem» e não o contrário; premissa simplificada milénios depois por Bakunin na versão «se Deus não existisse, haveria que inventá-lo»), do outro, a falácia do erro cartesiano de retalhar o ser humano em compartimentos estanques (antes d' *O Erro de Descartes* de António Damásio, já o «corpo sem órgãos» de Artaud troava para acabar com todo o tipo de absolutismos e reducionismos, inspirando uma das teses centrais do pensamento deleuziano).



O escravo africano não podia subscrever o monoteísmo sem negar a sua própria condição porque o monoteísmo (cristão e islâmico) vem do fundamento das velhas fés absolutistas e tinha uma finalidade: a obediência do homem-escravo ao senhor da terra.

Extirpada da dimensão alienante, a espiritualidade pode ser entendida como dissociada da religião ou da fé em um Deus, para evocar uma «espiritualidade sem religião» ou uma «espiritualidade sem deus». Ao encararmos o candomblé como uma religião literal, qualquer pensamento que rejeite a metafísica e deificação não poderia nunca validar, na sua qualidade esotérica (sublinhe-se), o culto afro-brasileiro. A reivindicação do candomblé como religião pelos próprios candomblecistas é um fenómeno recente, na esteira do movimento de legitimação social da umbanda, religião sincrética brasileira, iniciado nos anos 40 do século passado. Este processo obedeceu à circunstância óbvia de uma vez conformados à lei estatal, enquadrados enquanto religião, poderem evitar a repressão do seu culto, dos seus praticantes e lugares de culto, e assim lutarem contra o preconceito social generalizado. O facto de os praticantes dos cultos animistas africanos não terem durante séculos problematizado as suas práticas ritualísticas como religião não nos deve surpreender e vai ao encontro de teses de antropólogos que consideram que o animismo designa na antropologia ocidental o sistema de crenças de alguns povos e grupos indígenas, especialmente antes do desenvolvimento das religiões organizadas. A perspectiva animística é tão mundana e fundacional das perspectivas espirituais que os povos indígenas «animistas» nem sequer têm uma palavra em seus idiomas que corresponda a «animismo» (muito menos «religião»). O termo é uma construção antropológica desenvolvida no final do século XIX por Edward Tylor («um dos primeiros conceitos da antropologia, se não o primeiro», Bird-David, Nurit, 1999). Com efeito, segundo Moulero, o primeiro nagô a ser ordenado padre no antigo Daomé [actual Benim] «as populações neste país só acreditavam nos ídolos e não conheciam a Deus»[5].

Condicionados ao uso do termo, o animismo (do latim *animus*, «alma») consiste numa cosmovisão em que entidades humanas e não humanas (animais, plantas, objectos inanimados ou fenómenos) possuem uma essência espiritual (como os kami, divindades ligadas à prática do Xintoísmo no Japão). Vários antropólogos (Herbert Spencer, Edward Burnett Tylor), teóricos da teologia (Grant Allen) e sociólogos (Auguste Comte) assumem que a crença do monoteísmo evoluiu do politeísmo que, por sua vez, evoluiu do animismo (e mesmo este do fetichismo). «Evolução» que se veio a traduzir num empobrecimento do imaginário mitológico e numa gradual tendência histórica para a perda da autonomia das práticas e da concepção espiritual, ao mesmo tempo que acompanhou a justificação terrena da complexificação, hierarquização e estratificação social das sociedades no caso do politeísmo (Antigo Egipto, Grécia Antiga, Roma Clássica, e o hinduísmo da sua fundação aos dias de hoje) e, por fim, a concentração absoluta de um poder centralizado, messiânico e imperialista, no caso das religiões monoteístas.

Para completar a sua plural definição, propõe-se ainda que a espiritualidade se refere também à busca de sentido, esperança ou libertação. Para alguns, o objectivo da espiritualidade é uma profunda exploração da interioridade, levando ao despertar espiritual, a uma conversão íntima ou à obtenção de um estado de consciência modificado e duradouro. Por um lado, a espiritualidade não se limita a uma abordagem conceptual ou dogmática, e, por outro, a vertente exotérica da problematização do candomblé afro-brasileiro leva-nos a perspectivá-lo sob o ponto de vista cultural e político, a partir do que se poderia chamar a *praxis* da constituição de um sujeito e das relações de poder que institui e promove na vida quotidiana, real e terrena – na segunda parte do artigo, reunimos argumentos que invitam a pensar que a cultura quilombola e a formação de quilombos, bem como a presença de uma linha matriarcal e a ausência de nepotismo no candomblé, além da sua secular abertura à vivência da sexualidade homossexual e bissexual ou ao sincretismo *sui generis* de orixás masculinos em santas católicas, são inegáveis traços inextricáveis da cosmovisão animista fetichista, rasgos e idiossincrasias do seu processo mutável de viver a espiritualidade e que, ao mesmo tempo, não sem contradições, o distinguem da sociedade de Ifá, em África, de hierarquia patriarcal e consanguínea.

Devido às relações de aliança, migração ou de dominação entre diferentes nações e etnias africanas, a história da África negra ocidental testemunhou a difusão dos cultos e das divindades entre diferentes regiões. Nesse processo de intercâmbio cultu-

ral, o povo iorubá, que cultua os orixás, e a nação jeje, que presta culto aos voduns, adoptaram algumas deidades originalmente estranhas à sua devoção. Não é mais do que um exemplo de um amálgama progressivo de crenças multiformes e provenientes de diferentes lugares. No culto de Ifá dos iorubás (proveniente do sudoeste da Nigéria), o número de divindades é impreciso, podendo ir de duzentas a mil e setecentas, segundo Maria Inez Couto de Almeida[6]. Pluralidade que é enfatizada também por Verger para «demonstrar que certos orixás, que ocupam uma posição dominante em alguns lugares, estão totalmente ausentes em outros» e concluir «que em todos os pontos do território chamado Iorubá não há um panteão dos orixás bem hierarquizado, único e idêntico»[7]. Permanente fusão e impossível uniformização parece ser o legado africano das tradições e ritos do candomblé brasileiro, eixos que podem em parte explicar a propensão animista afro-brasileira à adaptação e recriação, à abertura, mutação e renovação. O fotógrafo e etnólogo francês remata: «Diante dessa extrema diversidade e dessas inúmeras variações de coexistência entre os orixás, fica-se descrente perante certas concepções demasiado estruturadas»[8].

Com efeito, no Brasil, o contacto destes grupos sudaneses (originários da África ocidental, não confundir com o actual estado do Sudão) com os bantos (a nação angola-congo, que cultuam os inquices) ampliou o diálogo intercultural entre os africanos e seus descendentes, a que não é estranho o fenómeno típico de as diásporas, condicionadas pela colonização cultural e religiosa e acossadas pela repressão política, terem o reflexo de unir esforços e partilhar agonias no sentido de reforçar uma identidade comum, tal como faziam «quando se reagrupavam aos domingos em batuques por nações de origem»[9] (Verger). Ao contrário das teses que procuravam sustentar a conversão ao catolicismo dos africanos e descendentes africanos durante o período colonial, a aproximação dos escravos ao culto católico foi originalmente uma forma de dissimulação das verdadeiras crenças animistas africanas. A concepção de sincretismo religioso apenas faz sentido enquanto justaposição de cultos. Por isso, o processo de equivalência entre as divindades de origem africana e os santos católicos, flutuante e variável, não se traduziu numa fusão conceptual mas antes numa estratégia de disfarce e conformação exterior «para inglês ver», um meio de ludibriar o poder sacerdotal e toda a sorte de poderes instalados da classe de amos. Práticas deliberadas e típicas dos grupos subordinados, como reivindica James Scott, e que assumem «o disfarce e a dissimulação (…) mantendo simultaneamente uma atitude exterior de consentimento voluntário»[10]. Disso nos dá conta Nina Rodrigues, em *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* (1896), documento que abriu caminho à etnologia dos cultos de tradição africana no Brasil, ao constatar que mesmo no final do século XIX «a conversão religiosa não fez mais do que justapor as exterioridades muito mal compreendidas do culto católico às suas crenças e práticas fetichistas que em nada se modificaram. Concebem os seus santos ou orixás e os santos católicos (…) como perfeitamente distintos». Enfatizando que entre os devotos do candomblé, o catolicismo e a fé de tradição iorubá permanecem separados, prossegue: «Os africanos escravizados declaravam-se e aparentavam-se convertidos ao catolicismo; mas as práticas fetichistas puderam manter-se entre eles até hoje quase tão estremes de mescla como na África»[11].

Imagem retirada do "Manual do Sacerdote de Candomblé"

A tese desenvolvida pelo precursor da etnologia do candomblé vai mais longe, curiosamente contrariando as indefensáveis teorias racialistas de que era defensor. «Aqui na Bahia, como em todas as missões de catequese dos negros africanos, sejam elas católicas, protestantes ou maometanas, longe de o negro converter-se ao catolicismo, protestantismo ou islamismo, acontece ao contrário influenciá-los este com o seu "fetichismo" e adaptando-se [aqueles] ao animismo negro»[12]. Era o animismo matriarcal a envaginar o messianismo patriarcal. O amplexo criador e que se abre aos seus limites a recusar a imposição vertical de uma doutrina absoluta; a crença plural e em extensão do terreiro aberto e circular contra a repetitiva e uniformizadora genuflexão dentro da igreja e à frente do altar.

O amplexo da cultura do candomblé revela-se num devaneio real desde há mais de duzentos anos em Salvador: a devoção ao Senhor do Bonfim é uma réplica dos rituais fetichistas africanos prestados a Oxalá. Descreve Nina Rodrigues: «Sexta-feira é o dia consagrado a Oxalá, aquele em que os iniciados vestem de branco, trazem contas brancas, lavam as quartinhas e mudam a água de santo. E para provar que não é o sentimento da adoração cristã que ali leva [à Igreja do Bonfim, nos arredores de Salvador] a grande massa da população (…) basta saber que quer na ida quer na volta, mesmo dentro dos bondes, as negras entoam sambas, esboçam danças que destoam por completo das práticas cristãs. As coisas chegam ao ponto de a imprensa reclamar providências da polícia…»[13]. E era assim que um jornal da época (*A Renascença,* 1895) dava livre expressão à sua reclamação: «A lavagem [da Igreja do Bonfim] na quinta-feira é uma verdadeira bacanal num templo cristão! Negros aguadeiros e mulheres com potes de água e vassouras em grande alarido de sambas e vivas entravam pela igreja com o fim de lavá-la e os cantos obscenos, os lunduns e a bebedeira reinavam sem respeito ao lugar, sendo toda a cena representada por homens e mulheres semi-nuas e embriagadas!»[14]. O candomblé canibaliza, incorpora, transcende. Mesmo quando é incontestável para os investigadores que na sua matriz jamais o move o proselitismo, um traço que o distingue da esmagadora maioria das religiões.

A fé dos negros nos deuses das suas crenças originais manteve-se inegavelmente intacta apesar das condições absolutamente repressivas e aculturadoras do contexto histórico e social. Porém, era inevitável que ao longo dos séculos de coexistência a fé dos ex-escravos e seus descendentes se tivesse mesclado com as outras culturas do sagrado. No Brasil colonial e pós-colonial, as religiões que lá se encontraram romperam os seus limites dando origem a novas formas ou a factuais religiões sincréticas, como a umbanda (sintetismo de catolicismo, espiritismo europeu e candomblé). As semelhanças estruturais entre o animismo indígena e africano possibilitaram esse intercâmbio entre os seus elementos constituintes comuns, a devoção às entidades intermediárias, o aspecto mágico, a cura, a mediação da alimentação para atingir estados alterados e o profundo respeito pela natureza. Desta forma, resultou uma complexa e plural panóplia de rituais afro-brasileiros, uns mais próximos do sagrado de raiz indígena e dos bantos como a pajelança, o catimbó, o candomblé de rito angola e a própria umbanda, outros mais próximos da tradição sudanesa, em especial dos jejes e dos nâgos, como o candomblé do rito keto, o tambor-de-mina, o Xangô pernambucano e o batuque gaúcho.

No velho continente, a modernidade foi o grande movimento anti-religioso, o interminável processo de secularização racional, que matou Deus. Mas a morte de Deus – ou retirá-lo do altar – não significa que a necessidade do absoluto no ser humano ou a busca de transcendência tenham desaparecido. Sob o arco desta tensão, na segunda parte do artigo, teremos a oportunidade de problematizar marcos axiais da história do Ocidente (a queima das bruxas e a Inquisição, o Iluminismo e a ciência materialista, o marxismo e a razão instrumental capitalista, o fetichismo do Eu e o revivalismo New Age), que sustentam a hipótese que, além de Deus e da crítica ao poder das religiões organizadas, a modernidade levou a efeito uma extorsão da magia do mundo que tornou obscuros os caminhos da espiritualidade. Daremos conta que o escravo africano, ou já nascido no Brasil, não podia subscrever o monoteísmo sem negar a sua própria condição porque o monoteísmo (cristão e islâmico) vem do fundamento das velhas fés absolutistas e tinha uma finalidade: a obediência do homem-escravo ao senhor da terra. Na esteira da resistência afro-brasileira e dos processos de luta pela abolição da escravatura, procuraremos polemizar que o escravo quer libertar-se das correntes com que o agrilhoaram enquanto o revoltado metafísico luta contra toda a espécie de correntes, as que o amarram ao pelourinho bem como aquelas que o deixam preso na sua própria mente, no seu imaginário e nas suas limitações humanas. É o quilombo de Palmares de um lado, e o terreiro de candomblé do outro. De um lado, a rebelião; do outro, a revolta metafísica, essa que se insurge contra a criação inteira. Um fresco da manifestação plural e singular da cosmovisão afro-brasileira, um mosaico da extravagante e omnipresente cultura dos orixás do culto de Ifá, onde «até as latrinas têm o ar de santuários», como averbava Michel Leiris no seu assombroso Diário de Campo (1931-1933) e que veio a chamar-se «África Fantasma».

1 *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos,* Nina Rodrigues, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2006, pp. 51.

2 *Orixás*, Pierre Fatumbi Verger, Corrupio Edições, Salvador, 6ª edição, 2013, pp.26.

3 *Cultos afro-brasileiros do Recife*, René Ribeiro, 1952.

4 Cf. Verger, Pierre, op. cit., pp. 21.

5 Citado por Pierre Verger em Verger, Pierre, op. cit., pp. 22 .

6 Cf. *Cultura Iorubá: costumes e tradições*, Maria Inez Couto de Almeida, 2006.

7 Verger, Pierre, op. cit., pp. 17.

8 *Ibidem,* pp. 18.

9 *Ibidem,* pp. 25.

10 *A Dominação e a Arte da Resistência Política*, James C. Scott, Letra Livre, 2013, pp. 47.

11 *Rodrigues, Nina,* op. cit., pp. 108.

12 *Ibidem,* pp. 107.

13 *Ibidem,* pp. 112/113.

14 Citado por Nina Rodrigues cf. Rodrigues, Nina, op. cit., pp. 113.

Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras:
Do outro mundo possível às economias que o sustentam

Já está em marcha o processo de confluência que em 2020 vai juntar em Barcelona movimentos sociais, activistas e praticantes das «economias transformadoras» de todo o mundo que estão a criar alternativas ao modelo capitalista. O primeiro encontro preparatório do Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras aconteceu entre 5 e 7 de Abril de 2019 na capital catalã.

Ao longo do encontro preparatório do Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras, um mural foi sendo actualizado com os acordos alcançados pelos diferentes grupos de trabalho.

SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM
FOTOS: **SARA MOREIRA** E **LUÍSA CARVALHO**

Um pouco por todo o lado, pessoas comuns têm-se juntado para experimentar outras formas de tratar colectivamente do seu sustento enquanto criam soluções práticas que dão resposta a necessidades de bens e serviços e contribuem para o bem estar de todas. Velhas e novas cooperativas, grupos de troca, moedas sociais, hortas comunitárias, bancos de sementes, redes pelo decrescimento, grupos de produção e consumo agroecológico e outras iniciativas de base que providenciam alimento, educação, energia, poupança, cuidados e habitação são provas da emergência de um propósito de reorganização sócio-económica que introduz uma crítica ao modelo económico dominante, formulando propostas concretas para a sua transformação [1]. Por mais invisíveis que ainda sejam, já estão aí para fazer frente à violência e usurpação infligidas pela economia capitalista baseada no extractivismo voraz, no crescimento infinito, na competição desmedida, nas relações hierárquicas e patriarcais, na humilhação do trabalho, na degradação ambiental e na especulação dos mercados financeiros.

Com o intuito de articular e dar maior visibilidade a estas «outras economias» a nível global, arrancou no início de Abril de 2019 o processo internacional de preparação do Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras (FSMET) que culminará em 2020 em Barcelona. Impulsionado pela Rede de Economia Solidária da Catalunha (XES), Rede de Redes de Economia Alternativa e Solidária do estado espanhol (REAS) e pela Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS), o primeiro encontro preparatório do FSMET reuniu ao longo de três dias mais de 300 pessoas de cerca de 50 países e 5 continentes. A ideia era juntar e reforçar alianças entre iniciativas, movimentos e redes que têm como objectivo comum a construção de uma alternativa real de transformação do sistema económico e financeiro actual.

«O processo é o objectivo»

Mais do que um objectivo que se esgotará quando lançados os foguetes do grande encontro que está programado para 2020, pretende-se fazer do Fórum um processo de confluência que vá além de si mesmo. Isto é, que, a partir dos diferentes eixos e territórios, se gerem espaços de articulação local e temática, que dialoguem com a cena internacional, e que tenham continuidade no tempo como espaços de confluência e transformação.

O encontro de 5, 6 e 7 de Abril nos edifícios e jardins da Universidade de Barcelona serviu de pontapé de saída para este processo alargado. Como quem baralha as cartas e as distribui criando diferentes desenhos sobre a mesa, no primeiro dia as participantes dividiram-se por movimentos, no segundo dia por desafios comuns e no terceiro dia por territórios geográficos.

A primeira jornada de trabalho organizou-se a partir de quatro eixos principais: as economias feministas e a perspectiva de género; o movimento agroecológico e a soberania alimentar; a economia social e solidária – incluindo o cooperativismo, o comércio justo e as finanças éticas; e os «comuns» naturais, urbanos, do conhecimento e digitais. Para além destes, formaram-se também grupos de discussão em torno de «acções transformadoras» transversais aos quatro eixos: a comunicação, a educação e investigação, e as políticas públicas. Para além de discutir estratégias de disseminação do fórum e das iniciativas que o compõem, o objectivo era abordar o trabalho que está a ser feito nas escolas, universidades e centros de investigação no âmbito das «outras economias», bem como agregar e delinear políticas públicas que fomentem formas mais humanas de entender a economia.

Na súmula do primeiro dia de exploração intensa dos diferentes âmbitos das economias transformadoras, foram identificados 10 desafios comuns aos movimentos presentes no que diz respeito ao processo FSMET. Estes giram em torno da estratégia e do próprio processo do Fórum, do seu modo de governação e auto-organização, da visibilidade e narrativas inerentes, das novas tecnologias, da construção de conhecimentos e práticas, da educação transformadora e libertadora, do trabalho «glocal» e inter-movimentos, da relação com o estado e as instituições, da «vida no centro» e dos cuidados.

Foram estes os motes para que, no segundo dia do encontro preparatório, as participantes se distribuíssem então de novo, congregando assim à volta de cada desafio iniciativas tão diversas como uma comunidade de preservação e resgate do conhecimento indígena sobre as sementes no México, clínicas solidárias

dos Camarões, finanças éticas da Malásia, sindicato de camponeses da Catalunha e comunidades de *software* livre da Índia, só para deixar alguns exemplos.

Finalmente, no terceiro e último dia tiveram lugar as convergências locais. Participantes de África, da América Latina e Caraíbas, da América do Norte, da Ásia, da Europa, e da Península Ibérica em particular (dada a prevalência da participação de pessoas deste território anfitrião), reuniram os movimentos geograficamente mais próximos para discutirem formas de organização, participação e tomadas de decisão territoriais. Por último, o Plenário final permitiu colocar em comum todos os acordos alcançados ao longo dos três dias de encontro, que guiarão o processo de trabalho de preparação do FSMET até 2020.

A ideia era juntar e reforçar alianças entre iniciativas, movimentos e redes que têm como objectivo comum a construção de uma alternativa real de transformação do sistema económico e financeiro actual

A partir daqui a batata quente fica na mão de quem participou. Espera-se que cada eixo e território se auto-organize a diferentes escalas, alargando o processo a mais iniciativas e organizações locais e internacionais, de forma a tornar cada vez mais visíveis estas outras economias, e apoiando a sua articulação e multiplicação. Uma plataforma digital permitirá facilitar o processo de confluência a nível global (https://forum.transformadora.org/).

Ponto informativo do Centro Social Okupado de Can Masdeu, em Barcelona, com diversos anúncios relacionados com as "outras economias".

Horta comunitária de Can Batlló, um centro social ocupado e recuperado por vizinhos do bairro de Sants em Barcelona. A antiga fábrica têxtil hoje congrega oficinas de várias artes e ofícios, como mobilidade e carpintaria, uma gráfica, uma editora, biblioteca, bar, e uma série de iniciativas cooperativas que estão a gerar uma economia alternativa, incluindo uma de habitação. Em Março conseguiu um acordo de cedência do espaço por 50 anos.

O outro mundo que já existe

Dezoito anos após o primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, em 2001, arranca a preparação do primeiro FSM temático dedicado exclusivamente às «outras economias» – mesmo se um dos principais propósitos destes fóruns sempre foi fazer de contraponto ao modelo económico dominante, já que na sua origem e nos primeiros anos o evento coincidia com o Fórum Económico Mundial (o Fórum de Davos, na Suíça), momento de convergência dos principais actores da banca e das corporações neoliberais. O evento paralelo surgiu para articular e projectar as resistências e os movimentos como líderes da resistência mundial à globalização neoliberal, e adoptava o lema do movimento alter-globalização: «um outro mundo é possível». Agora acredita-se que já não basta apenas discutir e sonhar essa bela possibilidade, porque «o outro mundo já existe» de facto através de milhares de iniciativas que constroem alternativas reais todos os dias em todo o lado.

A decisão de acolher o processo de confluência do FSMET em Barcelona não será um mero acaso: para além de ser considerada uma referência histórica a nível mundial no que diz respeito ao cooperativismo, à economia solidária e às lutas sociais, nos últimos anos a Catalunha tem servido de alfobre profícuo para uma multiplicidade de alternativas sócio-económicas que desafiam o *status quo* das desigualdades, da exploração selvagem de recursos e do desrespeito pela dignidade humana.

Das centenas de exemplos possíveis de cooperativas e economias comunitárias catalãs implicadas com a justiça social e com uma grande vontade de construir um mundo melhor, basta olhar para a lista de colectivos locais envolvidos no trabalho (re)produtivo que permitiu facilitar este primeiro encontro preparatório para perceber a sua diversidade e alcance.

A alimentação esteve a cargo da Alterevents – colectivo gastronómico que serve «espaços livres de capitalismo, fascismo e exploração» – em colaboração com a cooperativa DiomCoop, composta por trabalhadores maioritariamente migrantes de venda ambulante não-autorizada. Para a logística contribuíram ainda projectos autogeridos que facilitam a tradução simultânea de forma voluntária (Coati), equipamentos de som (Indigestió e Quesoni), relatórios colectivos com recurso a ferramentas de *software* livre (a cooperativa FemProcomuns), e uma multiplicidade de projectos cooperativos relacionados com a comunicação – integradora, não-violenta – e com a facilitação das sessões, dos espaços e do conhecimento. Muitas dos participantes ficaram também alojadas em albergues que integram a rede de economia solidária local, e do circuito sugerido para os tempos de ócio faziam parte um cinema cooperativo e centros sociais populares.

A logística é precisamente um dos principais desafios organizativos para o grande encontro de 2020, que pretende dar resposta a todas as necessidades de forma coerente com os valores que o FSMET promove, fomentando os processos de intercooperação entre projectos das economias transformadoras. Conscientes do processo de gentrificação de Barcelona e do impacto que o acolhimento de um evento desta envergadura pode ter, como alojar as milhares de participantes esperadas em 2020 sem recorrer aos hotéis e «alojamentos locais» que depredam a cidade? Como alimentar tal quantidade de gente de forma ética, saudável e responsável?

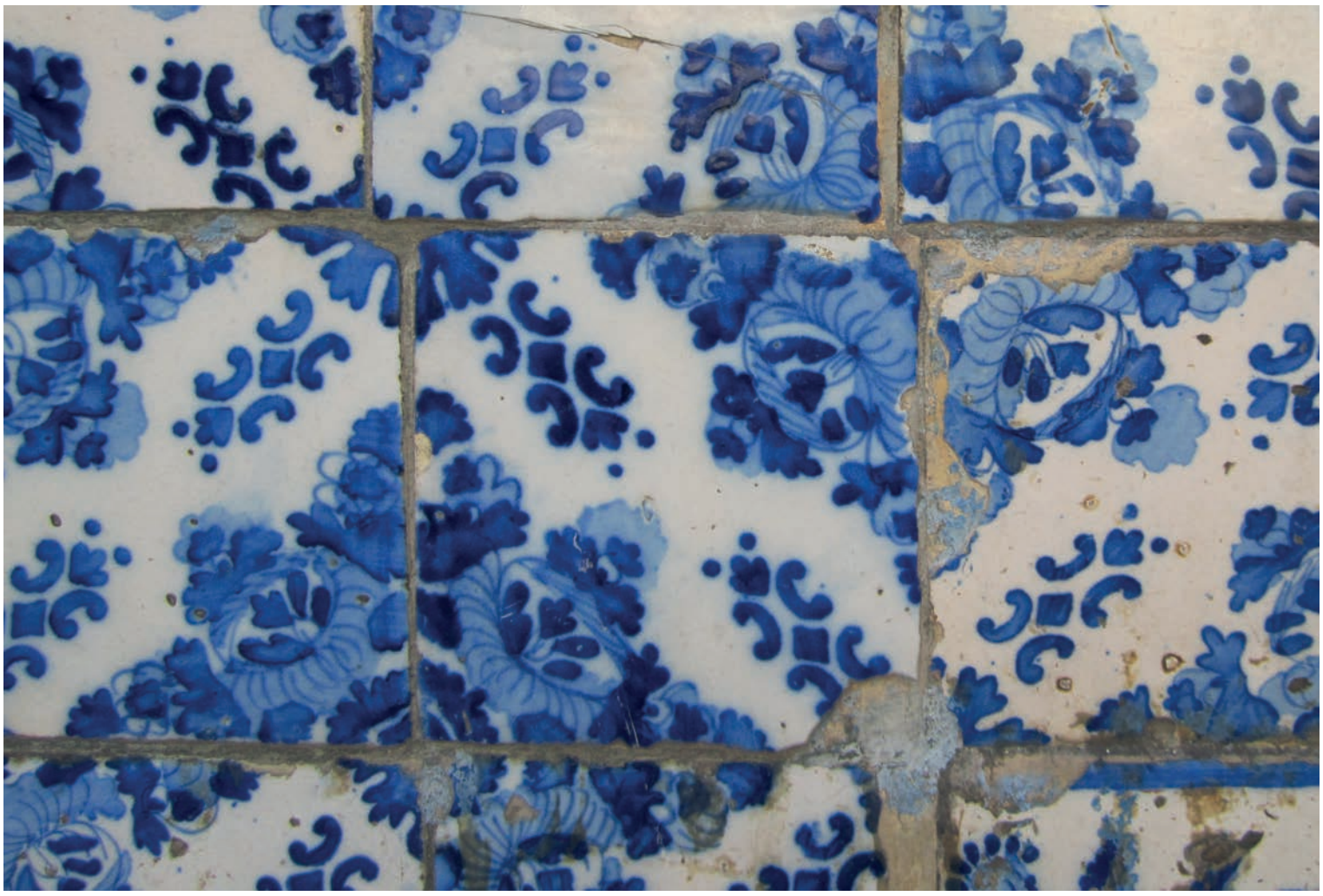
Será no caminho e nas práticas que as respostas irão surgir, com a abertura a outros mundos que são parte deste mas que ainda se desconhecem

Será no caminho e nas práticas que as respostas irão surgir, com a abertura a outros mundos que são parte deste mas que ainda se desconhecem. Numa das intervenções no Plenário final do encontro falou-se na importância de abolir certos «cercos ideológicos» que muitas vezes criam perímetros que separam diferentes capelinhas da mesma congregação. Talvez por esse motivo se tenha adoptado o termo das «transformadoras», que não quer ser mais uma teoria, mas sim uma agregação: como se tivesse chegado o tempo de abrir espaço e convergir numa nova cultura que supere os individualismos. Tornar visíveis e multiplicar as práticas quotidianas dos movimentos em prol das economias que «colocam a vida no centro» – abrandar ritmos se for preciso para que venham todas, sem medo. E nesse caminhar mais lento, mais junto, dar corpo e ensejo a uma narrativa transformadora que faça frente aos cercos do capitalismo, em direcção a sociedades mais resilientes, baseadas em formas de produção, consumo, e subsistência justas e cooperantes. Esse outro mundo que não é só possível, mas já está a caminho, rumo ao Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras.

1 Uma série de recursos sobre as economias transformadoras pode ser consultado através do website da RIPESS, em **https://tinyurl.com/economiastransformadoras**

A nostalgia contra o multiculturalismo: tensões identitárias no Portugal contemporâneo

PDUARTE
BLOG L'OBÉISSANCE EST MORTE
FOTOS **FILIPE NUNES**



Na Europa, as identidades nacionais estão outra vez na moda. Numa altura em que a fortaleza europeia é «assediada» por migrantes das mais diversas origens, têm-se multiplicado os movimentos políticos anti-imigração. Da Andaluzia à Finlândia, não há praticamente porta de parlamento por onde o nacionalismo não tenha ainda entrado de rompante. Paralelamente a esta crescente mobilização política que não se via desde o tempo das ditaduras fascistas, o nacionalismo joga cartadas decisivas noutros tabuleiros que, indo dos média sensacionalistas até à cultura material, o levam por uma via ainda mais directa ao quotidiano de cada um.

Ascensão da *portugalidade*

Como não poderia deixar de ser, também a «portugalidade», que estruturara a política cultural do Estado Novo, está hoje em voga, sem que isso desperte nos profissionais da política, do jornalismo ou até da academia qualquer distanciamento crítico. Pelo contrário, ela é celebrada em cada um destes domínios. Em 2013, quando Joana Vasconcelos foi indigitada pelos ministros conservadores Jorge Barreto Xavier e Paulo Portas para representar Portugal na Bienal de Veneza, a imprensa não se cansou de celebrar o seu projecto artístico de conversão de um cacilheiro no Pavilhão de Portugal, o qual, fazendo uso de azulejos e cortiça nos seus revestimentos, a artista referiu pretender ser «uma embaixada da nossa cultura». Na primeira apresentação pública do projecto, Barreto Xavier justificava a sua escolha para representar o país: «Joana Vasconcelos já é uma marca de Portugal a nível internacional. Indigitá-la seria um modo de mostrarmos como o seu trabalho (...) tem colocado o mundo de olhos na realidade e na identidade portuguesas. Ela irá aqui, mais uma vez, contribuir para evidenciar os sinais da identidade contemporânea nacional».

Em Março de 2019, os jornais nacionais celebraram a inauguração de um outro projecto no campo da cultura, desta feita gastronómica, que também encerrava um desígnio identitário: o primeiro restaurante de José Avillez além fronteiras. Situado no último andar de um hotel de luxo no Dubai e chamado Tasca – um nome «bem português», segundo o *chef* lisboeta –, teve direito a uma cerimónia a que não poderia faltar uma actuação de fado – com interpretação de Cuca Roseta –, outro pilar da identidade nacional contemporânea. Para Avillez, esta última conquista do seu já respeitável império da restauração inclui a «grande responsabilidade, mas também honra, de poder representar Portugal fora.» Para lá da sua vocação mercantil, o restaurante possui assim, tal como o cacilheiro de Vasconcelos, uma evidente vocação simbólica e identitária: aludir refinadamente à «essência» de Portugal.

Ecos do Estado Novo num manifesto contemporâneo

Mas Joana Vasconcelos e José Avillez não foram os únicos agentes no campo cultural contemporâneo capazes de descobrir e divulgar a receita do que é «tipicamente português». O projecto que no novo milénio melhor explorou este tópico foi a série de estabelecimentos comerciais A Vida Portuguesa, lançados por Catarina Portas em 2007. Este conjunto de lojas dedica-se à venda de uma selecção de produtos tão diversos como sabonetes, rebuçados, mantas, latas de conserva ou brinquedos, que, como numa feira de turismo, promovem uma mostra essencialista e estilizada de um povo e da sua cultura. A questão identitária é o que dá coerência a estas lojas, na medida em que cada artigo aí vendido deve permitir responder a uma pergunta que Catarina Portas confessa excitar-lhe a curiosidade: «o que é ser português?»Quando lançou a cadeia, que hoje conta com quatro lojas em Lisboa e uma no Porto, a empresária publicou um manifesto no site da empresa que era a prova de que o projecto transcendia a mera actividade comercial: «Acreditamos que os objectos são capazes de contar extraordinárias e reveladoras histórias. Sobre um povo e os seus gostos peculiares, sobre uma sociedade e o seu contexto, sobre uma história que é afinal uma identidade comum. E, porque conhecemos – como não? – o infinito poder da saudade, outorgamos também aos objectos esse condão mágico de, como uma certa madalena, acordar sensações e lembranças em cada um de nós. Revelar-nos portanto. A Vida Portuguesa nasceu com (…) o desejo de revelar Portugal de forma surpreendente. Ao longo dos últimos anos pesquisámos, do Norte ao Sul de Portugal, produtos de criação e fabricação portuguesa. (…) São marcas registadas na memória e comercializam uma forma de viver. Relembram o quotidiano de uma época e revelam a alma de um país. Estes produtos são nossos. Estes produtos somos nós.»Este manifesto, onde o verbo «revelar» surge três vezes, recorda os textos de António Ferro, que nas décadas de trinta e quarenta do século passado fora director do Secretariado da Propaganda Nacional. Num texto de 1929, o responsável pela política cultural do Estado Novo apresentava «indústrias regionais, tapetes, mobílias, faianças» como «tudo quanto nos dá carácter», concluindo serem «todas essas coisas pobres (...) a riqueza, afinal, da alma de uma nação». Noutro texto de 1940, «a nossa arte rústica» era apontada como «a grande fonte do bom gosto nacional». Apesar das longas décadas que os separam, os textos de Ferro e o manifesto de Portas parecem extraídos do mesmo horizonte ideológico. Manifestam uma mesma obsessão, a de *aportuguesar os portugueses*. A grande ideia que os une é a de que se deve assumir com orgulho, em vez de questionar criticamente, uma tal construção de uso político como é a identidade nacional. Ambos partem do pressuposto de que esta identidade tem mais de *primordial* do que de

> A «portugalidade», que estruturara a política cultural do Estado Novo, está hoje em voga, sem que isso desperte nos profissionais da política, do jornalismo ou até da academia qualquer distanciamento crítico

construído[1]. Concordam também no critério que determina a pertença a essa identidade unívoca: a partilha de um património idealizado de formas culturais que foram subtraídas ao devir histórico e que, pela recuperação de produtos de antigas marcas nacionais, a cadeia de lojas A Vida Portuguesa deseja perpetuar. À luz deste critério, que inclui tanto quanto exclui, não pode ser português de pleno direito quem não possua algum tipo de familiaridade com esse repertório de formas congeladas no tempo. O manifesto d'A Vida Portuguesa recorda-nos assim a essência segregadora de todas as identidades, ao excluir milhares ou milhões de portugueses – por exemplo, de avós africanos ou de pais chineses ou brasileiros – do «nós» a que ele se refere. Para este manifesto, esses portugueses são um «eles».

A «insubordinação identitária» do imigrante

A identidade fixa-se em tudo aquilo que, pelo facto de permanecer indiferente à passagem do tempo, permite distinguir um grupo, um território, uma cultura. A sua construção tem implícita a missão de ordenar o mundo em que se vive – diminuindo-lhe o *caos* e levando à sociedade a estabilidade de que qualquer poder necessita para reproduzir-se. Assenta portanto sobre materialidades que, tendo sido retiradas do fluxo da temporalidade, formam um sistema sincrónico e coerente de referentes estáveis – um *cosmos*. Não existe por isso identidade que não aspire à perfeição e à eternidade: não por acaso, Catarina Portas gravara no letreiro das suas lojas (e da sua página web), como epígrafe, a divisa «desde sempre», como se os «antigos, genuínos e deliciosos produtos de criação portuguesa» por ela anunciados captassem uma essência intemporal, e até «natural», da vida de todos os portugueses. N'A Vida Portuguesa, como em qualquer sistema de referentes identitários, a cultura material é (i)mobilizada para conservar e comunicar uma identidade, neste caso vendável – é o que sucede também com o negócio turístico, onde o fabrico de identidades locais serve a produção de um exotismo mercantilizável.

Apesar de a história revelar que qualquer identidade é contingente e, como tal, perecível, os construtores de identidades não duvidam da perfeição e da solidez das suas construções. Acham-nas imaculáveis, capazes de resistir à passagem transformadora da história. No entanto, qualquer sociedade é também formada por quem não se revê na ordem formal e semântica que lhe é permanentemente imposta pelos construtores de identidades. Nas sociedades actuais, ninguém melhor do que o imigrante desempenha este papel de «insubordinação identitária». A sua presença habitual na vida urbana infecta com novas formas e conceitos – estéticos, corporais, gastronómicos, arquitectónicos… – as identidades oficiais, arruinando-lhes a pureza original.

Nas sociedades actuais, ninguém melhor do que o imigrante desempenha este papel de «insubordinação identitária». A sua presença habitual na vida urbana infecta com novas formas e conceitos – estéticos, corporais, gastronómicos, arquitectónicos… – as identidades oficiais, arruinando-lhes a pureza original.

Nos lugares do mundo onde há muitos imigrantes, como nas grandes metrópoles, as identidades que aí vigoravam tendem a desaparecer. O cosmopolitismo de Berlim, por exemplo, onde para cada restaurante de comida alemã existem várias dezenas de restaurantes de comida internacional, faz com que na vida quotidiana de vários bairros da cidade seja já difícil de encontrar o domínio esmagador de identidades, nomeadamente a alemã. Também nos bairros da Lisboa antiga, que os guias exibem aos turistas enquanto testemunhos autênticos de «portugalidade», milhares de imigrantes transformam radicalmente os seus hábitos culturais. Na vizinhança de uma das mais emblemáticas lojas d'A Vida Portuguesa, situada no largo do Intendente, mercearias chinesas convivem com lojas de têxteis nepaleses, restaurantes africanos, talhos com carne *Halal*, agências de viagens asiáticas e médiuns videntes do Senegal. Nas suas redondezas, uma unidade de saúde atende utentes de mais de 70 nacionalidades, sendo que muitos deles não falam português. Para quem aí trabalha, o Google Translate e os gestos tornam-se ferramentas de trabalho habituais.

O desafio multiculturalista de Conan Osíris

A «ruína das identidades» é um traço comum na vida de qualquer metrópole. Se as metrópoles são espaços de uma relativa liberdade é precisamente porque, aí, os preconceitos culturais são mais ténues do que nos meios mais fechados e tradicionais. A produção cultural metropolitana tende a subordinar-se menos à influência de identidades hegemónicas, do que à miscigenação de micro-identidades transitórias e efémeras, para as quais muito contribuem as populações imigrantes. A proposta musical que venceu o último Festival da Canção traduz com eloquência esta dispersão de influxos culturais que caracteriza a vida das metrópoles. Foi na periferia de Lisboa, onde cresceu, que Conan Osíris absorveu os estímulos musicais que marcam a sua sonoridade. O jornal *Observador* falava recentemente da «mixórdia de influências que é a sua música.» Nela cruzam-se elementos de fado, electrónica, *hip hop*, *kizomba*, *zouk*, cantar cigano e funaná. Numa entrevista à revista *Time Out*, o músico português descrevia assim o caldo de influências onde bebeu: «O pessoal de Angola, Moçambique e Cabo Verde trazia os CD que os primos gravavam em casa e na escola aquilo era um troca-troca.» Em casa, reinavam as influências maternas: «Música brasileira, fado, Edith Piaf… A minha vida foi beber influências sem saber o que estava a ingerir, um *cocktail molotov*.»A obra de Conan, parcialmente composta na *sex shops* onde até 2018 o músico trabalhou, confronta outras «identidades normais», além da musical. A sua apresentação em concertos de artistas e activistas transgénero revela a diversidade de públicos a que se dirige. «No mundo é para respeitar toda a gente, misturadamente», dizia Conan numa entrevista. A sua música opõe-se assim à nostalgia da «identidade nacional» uniformizadora que é vendida pel'A Vida Portuguesa – e que, mesmo que Catarina Portas disso não seja consciente, surge eminentemente vinculada à predominância de uma raça (branca), de um género (masculino) e de uma orientação sexual (hetero)[2]. Inversamente, o trabalho de Conan representa um contributo para propagar identidades líquidas e precárias, que se transformam e dissolvem permanentemente umas nas outras, enquanto mantêm o país saudavelmente aberto às minorias, às subculturas e às diferenças.

NOTAS

1 Vários estudos históricos revelam, pelo contrário, que a «identidade portuguesa» é uma construção recente, que muito beneficiou da instrução básica e do voto e que tem irradiado a partir da capital do país para as diferentes regiões, aí apagando múltiplas especificidades culturais. Segundo Helena Sofia da Silva, «Se no século XIX a identidade ainda era marcadamente regional, de tal modo que os pescadores da Póvoa se sentiam mais poveiros do que portugueses, a instauração da República e a consolidação e centralização do Estado serão determinantes para a coerência identitária.»

2 Uma rápida análise às figuras humanas – e respectivos gestos – representadas nas embalagens dos produtos comercializados por esta cadeia de lojas confirma as bases raciais, sexistas e heteronormativas desta «identidade nacional».

κοινωνία
ILUSTRAÇÕES **TIDI**

Do imperialismo da dívida à apropriação da dádiva, ou da biotecnologia ao mercado-guerra neoliberal

PARTE V

Se Melinda Cooper sublinha como, à exploração do corpo feminino no trabalho doméstico ou sexual, na maioria das vezes em estrita conexão com questões de nacionalidade, se venha agora acrescentar a exploração clínica do corpo biológico, especialmente em países como Índia e China, nos quais o "custo" ético das experimentações biotecnológicas e dos mercados bioeconómicos é diminuto, é bastante oportuno referir as reflexões de Achille Mbembe, que, na introdução à sua *Critica da Razão Negra* (2013), intitulada *O devir-negro do mundo*, descreve com grande alcance e pertinência a generalização do delírio racista e das praticas coloniais, enquanto formas da biopolítica, além de qualquer fronteira, ainda que mediante as fronteiras: "À custa de contratos de reconstrução e sob o pretexto de combater a insegurança e a desordem, empresas estrangeiras, grandes potências e classes dominantes autóctones arrecadam as riquezas e as minas dos países assim avassalados. Transferências maciças de fortunas para interesses privados, desapossamento de uma parte crescente das riquezas que lutas anteriores tinham arrancado ao capital, pagamento indefinido de dívida acumulada, a violência do capital afligem agora, inclusive, a própria Europa, onde vem surgindo uma nova classe de homens e de mulheres estruturalmente endividados[1]" (pp. 17-18).

Defendendo que já não há trabalhadores propriamente ditos, mas apenas nómadas do trabalho, a "tragédia da multidão" "é ser objecto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital. Tem emergido uma forma inédita da vida psíquica apoiada na memória artificial e numérica e em modelos cognitivos provindos das neurociências e da neuroeconomia. Não sendo os automatismos psíquicos e os tecnológicos mais do que duas faces da mesma moeda, vai-se instalando a ficção de um novo ser humano, «empresário de si mesmo», plástico e convocado a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefactos que a época oferece.[2] [...] Tal espécie de «forma abstracta sempre pronta», como diz Hegel, capaz de se vestir de todos os conteúdos, é típica da civilização da imagem e das novas relações que ela estabelece entre os factos e as ficções.[3] Apenas um entre os outros animais não tem nenhuma essência própria a proteger ou salvaguardar. Não tem, *a priori*, nenhum limite para a modificação da sua estrutura biológica e genética.[4] [É] um indivíduo aprisionado no seu desejo. A sua felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferecê-la, num mercado como um produto de troca. Sujeito neuroeconómico absorvido pela dupla inquietação exclusiva da sua animalidade (a reprodução biológica da sua vida) e da sua coisificação (usufruir dos bens deste mundo), este *homem-coisa*, *homem-máquina*, *homem-código* e *homem-fluxo*, procura antes de mais, regular a sua conduta em função de normas de mercado, sem hesitar em se auto-instrumentalizar e instrumentalizar os outros para optimizar a sua quota-parte de felicidade. Condenado à aprendizagem para toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto prazo, abraça a sua condição de sujeito solúvel e descartável para responder à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se outro" (pp. 14-15).

Com efeito, salienta Mbembe no capítulo *Recalibragem*: "o fim do século XX e o virar do novo século coincidem com o regresso a uma interpretação biológica de distinções entre os grupos humanos[5]. Longe de pôr fim ao racismo, um novo desdobramento da raça ancorou no pensamento do genoma[6]. Ora pela exploração de origens genómicas das doenças em certos grupos, ora por genealogias das origens geográficas de indivíduos, o recurso genético tende a confirmar as tipologias raciais do século XIX (branco caucasiano, negro africano, amarelo asiático)[7]. Encontramos a mesma sintaxe radical nos discursos sobre tecnologias reprodutivas que implicam a manipulação de óvulos e de esperma ou, ainda, nos discursos sobre escolhas reprodutivas, sob forma de selecção de embriões, e na linguagem da planificação da vida em geral[8]. Passa-se o mesmo com os vários modos de manipulação dos seres vivos e de hibridação de elementos orgânicos, animais e artificiais. Com efeito, nada impede que, num futuro mais ou menos distante, as técnicas genéticas sejam utilizadas para controlar a qualidade de populações e afastar, através da selecção de embriões trissómicos ou de teromorfismo (hibridação com elementos animais) ou da «cyborgização» (hibridação com elementos artificiais), as raças consideradas «indesejáveis». Não está de todo fora de causa que se chegue ao ponto em que o papel fundamental da medicina não seja apenas normalizar o organismo destruído pela doença, mas em que o acto medico passe a remodelar, segundo um processo de engenharia molecular, a própria vida em função de determinismos raciais. Raça e racismo não pertencem, portanto, apenas ao passado. Têm também um futuro, nomeadamente num contexto em que a possibilidade de transformar os seres vivos e de criar espécies mutantes não vem unicamente da ficção" (pp. 45-46).

Sendo "as transformações do modo de produção capitalista" o pano de fundo onde é preciso situar em cena "o ressurgir e as várias metamorfoses do Animal", Mbembe frisa como "uma nova economia política da vida instala-se, irrigada pelos fluxos internacionais do saber e tendo como componentes privilegiados, também, as células, os tecidos, os órgãos, as patologias e as terapias, assim como a propriedade intelectual[9]. A reactivação da lógica de raça é indestrinçável da escalada em força da ideologia securitária e da instalação de mecanismos com vista a calcular e minimizar os riscos, e a fazer da protecção a moeda de troca da cidadania. [...] Nestas condições, a santuarização do território torna-se uma condição para a segurança das populações. Para a santuarização ser efectiva, requer-se que cada um fique em sua casa; que todos os que vivem em determinado território nacional e se deslocam sejam obrigados a provar constantemente a sua identidade; que se acumule um exaustivo conhecimento de cada indivíduo, e que o controlo dos movimentos dos estrangeiros se efectue tanto nas fronteiras como à distancia, de preferência nos seus países de partida[10]. Está em curso, um pouco por todo o lado, um grande movimento de contagem que obedece parcialmente a esta lógica. Toda a securitização requer obrigatoriamente a disseminação de dispositivos globais de controlo das pessoas e a tomada de poder sobre um corpo biológico múltiplo e e movimento.

A própria protecção não é unicamente da esfera da lei, tornou-se uma questão biopolítica. Os novos dispositivos de segurança integram elementos de regimes

anteriores (regimes disciplinares e de penalização na escravatura, elementos das guerras coloniais de conquista e de ocupação, técnicas jurídico-legais de excepção), aplicando-os, de modo nanocelular, às tácticas características da era do genoma e da «guerra ao terror». Recorre-se ainda a técnicas elaboradas ao longo das guerras insurreccionais de épocas como a descolonização, as «guerras sujas» do conflito Este-Oeste (Argélia, Vietname, África Austral, Birmânia, Nicarágua) e as experiências de institucionalização de ditaduras predadoras, com o empurrão ou a cumplicidade de agências de informação de forças ocidentais pelo mundo fora. Aliás, a crescente força do Estado securitário nas actuais circunstâncias vem a par de uma reconfiguração do mundo pelas tecnologias e de uma exacerbação das formas de consignação racial[11]. Face a transformação da economia da violência no mundo, os regimes democráticos liberais consideram-se agora em estado de guerra quase permanente contra novos inimigos fugidios, móveis e reticulares. O palco desta nova forma de guerra (que exige uma concepção «total» da defesa e uma reconstrução dos princípios de tolerância para excepções e infracções) é simultaneamente externo e interno. O seu procedimento impõe que sejam implantados dispositivos panópticos fechados e um acrescido controlo das pessoas, de preferência à distancia, pelos vestígios que deixam[12]. O clássico paradigma de combate que opõe duas entidades num campo de batalha delimitado, e onde o risco de morte é reciproco, é substituído por uma lógica vertical com dois protagonistas: a presa e o predador[13]. O predador dispõe de um controlo quase exclusivo dos espaços aéreos e serve-se dele para determinar, de acordo com a sua vontade, os alvos, o lugar, a duração e a natureza dos ataques[14]. O carácter cada vez mais vertical da guerra, ajudado pela crescente utilização de engenhos sem pilotos, possibilita matar o inimigo de modo cada vez mais semelhante a um jogo telecomandado – sadismo, espetáculo e diversão[15]. Ainda para mais, as novas formas de guerra à distância exigem uma equidade sem precedentes entre as esferas civis, policiais e militares e o mundo da informação" (p. 46-49).

Tanto Mbembe quanto Cooper nos ajudaram a desvendar parcialmente o espectro das intervenções em curso em nome da segurança da nação e da guerra contra o terror, assim como é traçado pela sua viragem biológica, pela evolução na pesquisa sobre as doenças infecciosas, pelas fortunas voláteis da indústria biotecnológica e pelas transformações internas das estratégias de «defesa», resultando em novas alianças teóricas e institucionais que sobrepuseram, até emaranhar, os campos de forças biomédico e militar. O *Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security* (UNDP 1994) das Nações Unidas, o trabalho de 1992 do Boutros Boutros-Ghali, *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking, and Peace-keeping*, e o relatório intitulado *U.S. Foreign Policy and the Four Horsemen of the Apocalypse: Humanitarian Relief in Complex Emergencies*, de 1997, são exemplos de literatura sobre segurança que tende a promover a ideia de que, na Guerra pós-Guerra Fria, os conflitos *internos* prevalecerão sobre a guerra convencional, entre Estados soberanos. Esses conflitos envolvem situações em que o Estado se volta contra seus próprios membros, ou as pessoas contra si mesmas. Os novos perigos fermentam no tecido-matriz da reprodução social e biológica, na interseção de raça e género, até ao nível ecológico ou biosférico. A decisão da ONU de redefinir a SIDA como uma questão de segurança é sintomática, nota a Cooper, de uma mudança mais ampla no discurso das relações internacionais, onde as esferas da vida e da guerra tendem a fundir-se. Ao nível semântico, o novo discurso da segurança acaba reabsorvendo toda a esfera da reprodução biológica, social e nacional: sexo, labor e guerra. Por conseguinte, termina com a fusão daquilo que a Declaração dos Direitos Humanos procurou separar - segurança militar e bem-estar humano, o direito à vida e a condução da guerra.

Em 2003, Michael Goldblatt, director da *Defense Sciences Office*, DARPA, em entrevista, explicou que o "foco original dos esforços da DARPA na defesa da guerra biológica visava a proteção contra ameaças geneticamente modificadas - onde temos de nos proteger contra o desconhecido, e talvez incognoscível"[16]. Susan Wright aponta a tendência geral para as visões «preventivas» da biodefensa, onde o objetivo é "defender não só contra patógenos conhecidos, mas também contra os futuros"[17]. Que o enorme instituto de pesquisa em biodefesa, construído em Fort Detrick, no Mariland, parecesse poder desenvolver armas biológicas, foi dito já em 2004 por alguns biólogos[18]. Implementa-se o que se declara combater: um estado de alerta permanente contra inimigos ubiquitários que resultam em novos riscos para a segurança nacional e crises humanitárias, cuja gestão é frequente ser entregue a operadoras do sector privado[19].

O *Biological Technology Office* (BTO) da DARPA é o responsável por todos os programas desta agência em "neuro-tecnologia, interface homem-máquina, desempenho humano, doenças infecciosas e biologia sintética. A BTO reúne peritos em tecnologia de ponta, investigadores, *start-ups* e indústria para resolver problemas que importam e impulsionam a revolução tecnológica" - www.darpa.mil/about-us/offices/bto/more, consultado no dia 21/12/2017.

Mbembe vislumbra no delírio biotecnológico um aspecto deveras inédito, o da potencial fusão de capitalismo e animismo: "característica ainda da potencial fusão do capitalismo e do animismo é a possibilidade, muito distinta, de transformação dos seres humanos em coisas animadas, em dados digitais e em códigos. Pela primeira vez na historia humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo carácter descartável e solúvel, à institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*" (p. 18).

NOTAS

1 Maurizio Lazzarato, *La Fabrique de l'homme endetté*, Amesterdão, Paris, 2011.

2 Roland Gori e Marie-José Del Volgo, *Exilés de l'intime. La médicine et la psychiatrie au service du nouvel ordre économique*, Paris, Denoël, 2008.

3 Francesco Masci, *L'ordre règne à Berlin*, Éditions Allia, Paris, 2013.

4 Pierre Dardot e Christian Laval, *La Nouvelle Raison du monde, Essai sur la société néolibérale*, La Découverte, Paris, 2009; Roland Gori, "Les dispositifs de réification de l'humain (conversa com Philippe Schepens)", *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, n.º 30, 2011, pp. 57-70.

5 Troy Duster, "Lessons from history: why race and ethnicity have played a major role in biomedical research", *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, vol. 34, n.º 3, 2006.

6 Richard S. Cooper, Jay S. Kaufman e Ryk Ward, "Race and genomics", *New England Journal of Medicine*, vol. 348, n.º 12, 2003, pp 1166-1170.

7 Alondra Nelson, "Bioscience: genetic genealogy testing and the pursuit of African ancestry", Social Studies of Science, vol. 38, n.º 5, 2008, pp. 759-783; Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio, "Race, genomics, identities and politics in contemporary Brazil", *Critique of Anthropology*, vol. 24, n.º 4, 2004, pp. 347-378.

8 Barbara A. Koenig *et alii*, *Revisiting Race in a Genomic Age*, Rutgers University Press, New Brunswick, 2008; Nikolas Rose, *The Politics of Life Itself. Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*, Princeton Univeristy Press, Princeton, 2007, pp. 132-139 e pp. 162-249; Michal Nahman, "Materializing Israeliness: difference and mixture in transnational ova donation", *Science and Culture*, vol. 15, n.º 3, 2006, pp. 199-213.

9 Amade M'Charek, *The Human Genome Diversity Project. An Ethnography of Scientific Practice*, Cambridge University Press, Cambridge, 2005; Jenny Reardon, *Race to the Finish. Identity and Governance in the Age of Genomics*, Princeton Univeristy Press, Princeton, 2005; Sarah Franklin, *Embodied Progress. A cultural Account of Assisted Conception*, Routledge, Londres, 1997.

10 Tamara Vukov e Mimi Sheller, "Border work: surveillant assemblages, virtual fences, and tactical counter-media", *Social Semiotics*, vol. 23, n.º 2, 2013, pp. 225-241.

11 Michael Crutcher e Matthew Zook, "Placemarks and waterlines. Racialized cyberscapes in post-Katrina Google earth", *Geoforum*, vol. 40, n.º 4, 2009, pp. 523-534.

12 Louise Amoore, "Biometrics borders. Governing mobilities in the war on terror", *Political Geography*, nº 25, 2006, pp. 336-351; Chad Harris, "The Omniscient eye. Satellite imagery, 'battlespace awareness' and the structures of the imperial gaze", *Surveillance & Society*, vol. 4, n.º 1-2, 2006, pp. 101-122.

13 Grégoire Chamayou, *Théorie du drone*, La Fabrique, Paris, 2013.

14 Caren Kaplan, "Dead reckoning. Aerial perception and the social construction of targets", *Vectors Journal*, vol. 2, n.º 2, 2006.

15 Peter M. Asaro, "The labor of surveillance and the bureaucratized killing: new subjectivities of military drone operators", Social Semiotics, vol. 23, n.º 2, 2013, pp. 196-224.

16 J. Travis, "Interview with Michael Goldblatt, Director, Defense Sciences Office, DARPA", *Biosecurity and Bioterrorism: Biodefense Strategy Practice, and Science* 1, n.º 3:155-59, 2003.

17 S. Wright, "Taking Biodefense Too Far", *Bulletin of the Atomic Scientists*, 2004 Nov.-Dec.: 58-66.

18 L. Milton, J. Leonard, R. Spertzel, "Biodefense Crossing the Line", *Politics and the Life Sciences* 22, n.º 2:1-2, 2004.

19 P.S. Singer, *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*, Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003; D.D. Avant, *The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security*,

Sofrimento animal: de Portugal a Israel

A exportação de animais vivos para o abate religioso judaico (kosher) e muçulmano (Halal) em Israel tem levado um grupo de ativismo vegano em Setúbal a documentar a situação nos portos de Setúbal e Sines. Um ativismo de compaixão, assim apelidam o testemunho que fizeram chegar ao Jornal MAPA.

SETÚBAL ANIMAL SAVE
SETUBALANIMALSAVE@GMAIL.COM

ALEX GASPAR

Para o «Setúbal Animal Save» fica sempre a questão: haverá alguma forma humana de matar alguém que não quer morrer?

Os portos de Setúbal e Sines têm sido palco do negócio de exportação de animais vivos em Portugal por via marítima desde 2015. Em 2018 saíram de Portugal 347,961 animais a bordo de navios, em viagens que têm uma duração de 6 a 12 dias. Um aumento exponencial de cerca de 127,000 animais quando comparado a 2017. E, como qualquer outro negócio, o objetivo será sempre o de aumentar a produção e o seu consequente lucro.

Em janeiro de 2017 surgiu o grupo de ativismo vegano em Setúbal sob o nome «Setúbal Animal Save – *Stop Live Exports*», pertencente ao movimento internacional «*The Save Movement*», que apela à documentação e sensibilização do que representa o transporte animal vivo até ao seu abate. Realizamos vigílias à porta de matadouros, leilões de animais, mercados e, no nosso caso, portos marítimos. O foco está em consciencializar a sociedade para o facto de os chamados «animais de criação», que aparecem embalados nas prateleiras de supermercados, são criados somente para a exploração e usufruto do ser humano, quando na realidade são animais com as mesmas qualidades de qualquer outro animal doméstico que tenhamos em casa e consideramos família. A única diferença que os separa reside apenas na nossa consciência, na nossa perceção, na educação e cultura em que crescemos.

Marcamos presença durante todos os embarques de animais em Setúbal e Sines e documentamos estas vidas. Usamos cartazes, distribuímos panfletos e filmamos os animais dentro dos camiões durante a sua entrada no porto, oferecendo um pouco de compaixão durante o pouco tempo que nos é permitido estar com eles. Assim incentivamos a despertar para esta consciência, abafada pela indústria pecuária e pela publicidade que oferece sempre ao consumidor uma imagem enganadora de animais felizes e a viver em liberdade.

> A exportação de animais vivos é um flagelo, quer da perspetiva animal, quer da perspetiva ambiental

A exportação de animais vivos é um flagelo, quer da perspetiva animal, quer da perspetiva ambiental. A agropecuária industrial destrói ecossistemas inteiros e é a maior causa de destruição do planeta, como apontam as Nações Unidas.

Durante as vigílias tivemos oportunidade de documentar algumas situações de ferimentos graves em vários animais, como cornos e pernas partidas, um prolapso grave numa cauda de um borrego, duas vacas deitadas dentro dos camiões a ser espezinhadas por outras vacas, animais com sintomas de doenças e até um carneiro com um corno a crescer para dentro da sua própria face. Todas estas situações ocorrem antes ou durante o transporte terrestre. Não podemos afirmar ao certo que estes animais chegam a embarcar pois, por lei, não estariam em condições de prosseguir viagem ou sequer de entrar nos camiões. Mas os relatos e filmagens que nos chegam dos nossos colegas ativistas em Israel, do grupo «*Israel Against Live Shipments (Israel Animal Save)*», mostram consecutivamente animais feridos, imundos, cobertos de excrementos e urina. E em todas as viagens existem fatalidades.

Todos estes animais passam por uma temporada de quarentena, de 2 a 8 dias, em quintas sem as mínimas condições de higiene e sem a possibilidade de receberem assistência veterinária, caso estejam doentes ou feridos. Selecionados, serão depois enviados para quintas de engorda ou para o matadouro. As imagens que nos chegam de Israel mostram uma constante repetição de sofrimento.

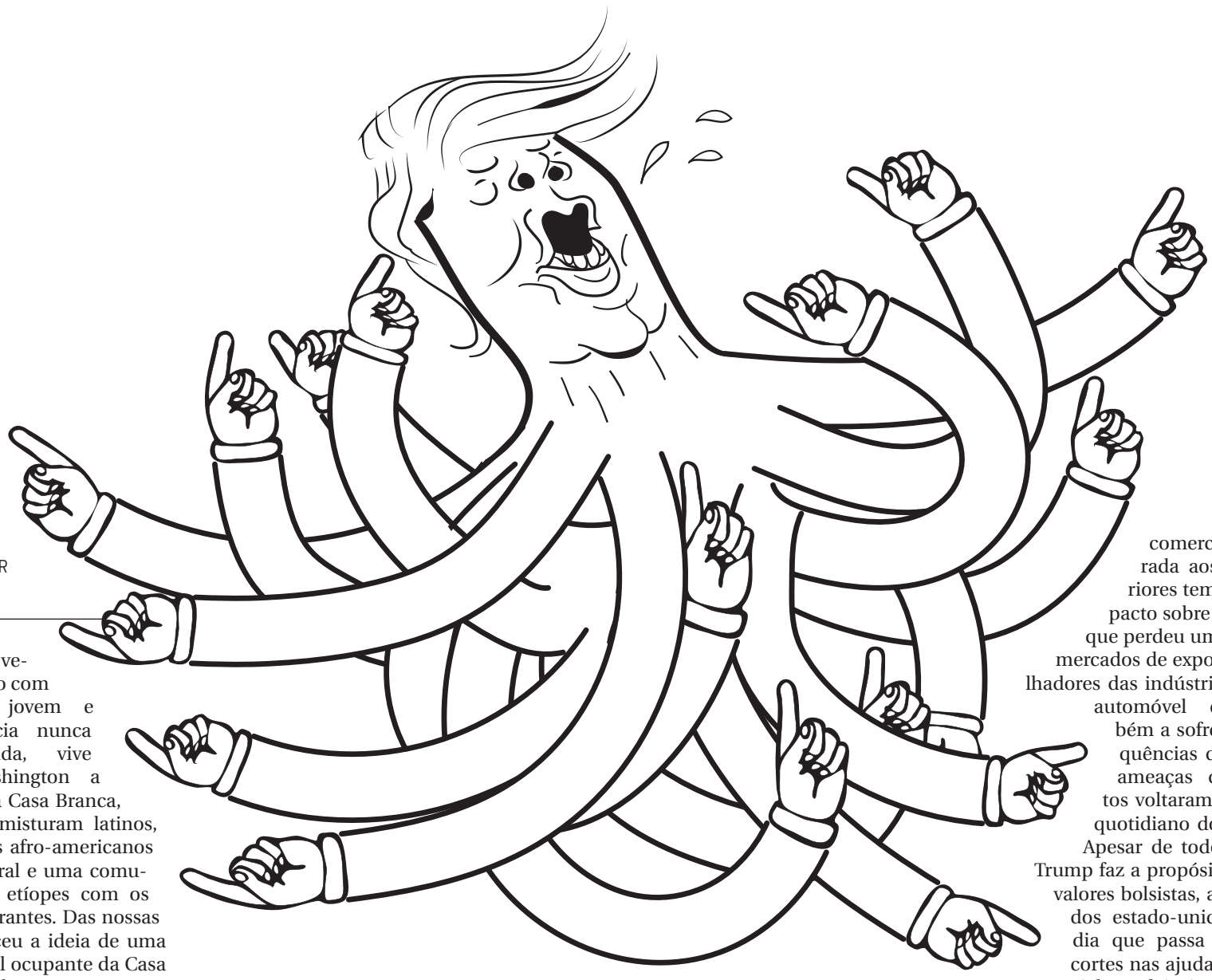
Esta realidade continuará até ganhar voz um sentimento, que cremos generalizado, que abomina os maus-tratos contra qualquer animal. A compaixão e solidariedade ao próximo são valores universais presentes em todas as culturas e religiões, no entanto, a grande maioria da população parece ser cega à realidade vivida pelos animais procriados e explorados dentro da agropecuária.

> Mais de 70% de toda a área florestal do planeta está a ser substituída por quintas de procriação, de engorda ou de monocultura de alimentos para estes animais

Por todo o mundo, para consumo humano são mortos cerca de 150 biliões de animais sencientes anualmente. Mais de 70% de toda a área florestal do planeta está a ser substituída por quintas de procriação, de engorda ou de monocultura de alimentos para estes animais. A maioria dos consumidores desconhece esta realidade ou escolhe não aceitá-la. Mas sabemos também que a maioria não está a favor desta indústria de exportação de animais vivos, pois toda ela existe com base num conjunto de práticas que sujeitam animais a situações dantescas até chegarem ao seu destino e a uma morte que nos é difícil imaginar.

A nossa missão como movimento passará sempre por tentar unir a sociedade numa só consciência, numa verdade que nos é comum a todos: a de que uma vida sem sofrimento é um direito de todos os animais. O sofrimento sente-se de igual forma, sejamos humanos ou não-humanos, e a compaixão deve oferecer-se porque acreditamos na justiça e queremos deixar um planeta mais saudável para as gerações futuras. Que não fique destituído de vida, pois só temos este e ele não é substituível.

Conversa americana sem "Fake News"



JORGE VALADAS
JOVALAD@CLUB-INTERNET.FR
ILISTRAÇÕES **ANA FARIAS**

Alan, um velho amigo com espírito jovem e perspicácia nunca desmentida, vive em Washington a uma certa distância da Casa Branca, num bairro onde se misturam latinos, pequenos funcionários afro-americanos da administração federal e uma comunidade de imigrantes etíopes com os seus apreciados restaurantes. Das nossas trocas epistolares nasceu a ideia de uma conversa sobre o actual ocupante da Casa Branca e o significado dos seus comportamentos, que vão além dos óbvios limites mentais do individuo e exprimem interesses de sectores particulares da classe dirigente estado-unidense. Uma conversa que procura compreender o que por vezes parece incompreensível, que procura desvendar lógicas que se escondem por trás de atitudes espectaculares. Não há que negar os aspectos irracionais que existem na política capitalista, mas o irracional tem, por vezes, a sua racionalidade. Vamos, portanto, desfiando o fio da meada nesta troca livre de comentários e de opiniões.

As recentes eleições do midterm de Novembro 2018 mostraram um relativo enfraquecimento da base eleitoral republicana e particularmente de Trump.

Mark Twain escrevia em 1879, num dos seus textos satíricos sobre os políticos: «Recomendo-me como homem idóneo que sou —um homem que tem por base a depravação total e que se propõe ser demoníaco até ao fim. » (« Um candidato à Presidência », Um candidato Idóneo, trad. Madalena Caramona, Antígona, 2017.) Será isto hoje mais evidente para os eleitores estado-unidenses?

Alan: Como já tinha sido o caso em 2016, a maioria dos americanos que votaram desta ultima vez, votaram em candidatos liberais. Se, em termos gerais, Trump manteve as suas posições, isso deve-se antes de mais às particularidades da Constituição americana que, desde a sua origem, foi concebida para manter no poder as elites... que chegam ao poder. Em Novembro do ano passado, os Democratas teriam obtido ainda melhores resultados se tantos eleitores não tivessem sido postos de lado a pretexto de irregularidades de identificação e administrativas. Também houve manipulações de círculos eleitorais que permitiram a um partido (neste caso os Republicanos) obter mais lugares com menos votos do que o partido da oposição.

o apoio a Sanders (...) exprime sobretudo, uma rejeição da sociedade estado-unidense tal como ela é vivida hoje pela maioria da população. Uma sociedade doente e sem perspectivas humanas, decadente. Esta rejeição traz aspirações a uma outra sociedade, que vão além da política eleitoral e que exprimem uma radicalidade que não cabe no programa de Sanders

O que me parece mais importante é que esta última eleição confirmou o interesse crescente do eleitorado, sobretudo dos jovens e das mulheres, pelas ideias sociais-democratas defendidas pela corrente do Bernie Sanders, que é hoje um político extremamente popular nos EUA. A sua candidatura à eleição presidencial de 2020 deve ser levada a sério. Desde 2016, o Partido Democrata encontra-se dividido em dois campos bem distintos, o dos sociais-democratas, que apoiam Sanders, e o dos neoliberais, que apoiaram o clã Clinton, representado hoje por Nancy Pelosi, chefe dos Democratas no Congresso. As duas tendências pensam possuir a chave do futuro, tendo em consideração as forças demográficas em jogo nos EUA, o número crescente de eleitores negros e latinos, e de mulheres, que manifestam maioritariamente a sua rejeição da infame misoginia de Trump e do seu gangue.

Também as próprias consequências da política de Trump contribuem para enfraquecer a sua base eleitoral. As políticas destinadas a favorecer as grandes empresas e as grandes fortunas alienam parte do seu eleitorado. Todas as pessoas estão conscientes de que as recentes reduções de impostos promulgadas pelos Republicanos deixaram de lado a maioria dos estado-unidenses e favorecem as grandes fortunas e as grandes empresas. A guerra comercial que foi declarada aos parceiros exteriores tem um enorme impacto sobre a agro-indústria, que perdeu uma parte dos seus mercados de exportação. Os trabalhadores das indústrias metalúrgica e automóvel começam também a sofrer com as consequências desta guerra e as ameaças de despedimentos voltaram a fazer parte do quotidiano dos trabalhadores. Apesar de todo o barulho que Trump faz a propósito da subida dos valores bolsistas, a vida da maioria dos estado-unidenses é a cada dia que passa mais difícil. Os cortes nas ajudas e na segurança social, nos frágeis sistemas de ajuda médica, vão igualmente ter um impacto imediato sobre os meios populares que votaram Trump. Durante a sua campanha, Trump tinha prometido proteger estes frágeis sistemas, mas, dois anos depois, é evidente, salvo para os seus adeptos mais fanáticos, que as suas promessas não foram cumpridas. Na verdade, a única promessa a que ainda se agarra de maneira obsessiva é a da construção do muro, associada ao discurso xenófobo que a acompanha.

A palavra fascismo parece ser hoje utilizada por praticamente toda a esquerda para caracterizar a administração Trump. Por outro lado, há quem veja no fenómeno Trump a prova do declínio histórico dos Estados Unidos e da decadência da classe política.

A.: Mesmo um jornal como o *The New York Times* publica regularmente editoriais, tribunas e livres opiniões em que Trump é tratado por fascista. Dois respeitáveis professores de Yale publicaram recentemente livros de grande difusão que analisam as tendências fascistas do presidente. As análises são pertinentes, mas, como seria de esperar, estas sumidades não têm a mínima ideia de como se pode resistir ao fascismo, para não falar das suas propostas de actos de heroísmo pessoal… sem consequências práticas. A verdade é que, em geral, os liberais embarcaram no jogo verbal demagógico e na retórica do Trump, na enxurrada quotidiana de insanidades e de mentiras proferidas por este charlatão, um dia apresentando uma caravana de pobres imigrantes que tentam chegar ao «eldorado» como uma «invasão»

aos EUA, outro dia negando os efeitos do aquecimento global sob o pretexto de que o Inverno é demasiado frio! O tratamento violento e arrogante de todas as opiniões de contestação, os casos de corrupção e de ilegalidade que envolvem os seus mais próximos colaboradores e familiares, a atribuição de lugares de responsabilidade do Estado a incompetentes fiéis ao chefe, são outros aspectos do *vaudeville* do regime. Entretanto, fora do campo espectacular dos meios de comunicação, o regime de Trump prossegue a destruição sistemática do que sobrava dos serviços públicos (já bem fragilizados pelo clã neoliberal dos Clintons), suprimindo as protecções ambientais que existiam, ignorando estudos científicos, e por aí fora. Num artigo recente, publicado no *The New York Review of Books*, Fantin O'Toole faz uma excelente descrição de tudo o que o regime Trump foi capaz de destruir até hoje.

E depois ? Que virá ?

A.: O Partido Democrata faz o que pode para se apresentar como o único remédio para Trump e para os Republicanos. É uma tarefa ingrata, tendo em conta o que fizeram durante as administrações precedentes e a fraquíssima popularidade das suas elites. Não se pode compreender a vitória de Trump sem ter em conta o ódio que havia nos meios populares pelos Clintons. Agora que ganharam as recentes eleições, os Democratas já se estão a preparar para as próximas presidenciais...

A ideologia eleitoralista parece ser de novo dominante, e há no presente imediato poucos sinais de uma oposição ou resistência que tome a forma de mobilizações colectivas. No entanto, a sociedade estado-unidense é atravessada por profundas correntes contraditórias que aspiram todas a uma mudança. Há a corrente reaccionária, animada pelo medo do declínio, que se reconhece no fenómeno Trump e que visa a restauração duma América que nunca existiu. O cineasta Frederick Wiseman, no seu último filme *Monrovia, Indiana*, faz um retrato de uma comunidade da América do interior que corresponde ao eleitorado de Trump. Mas a corrente mais dinâmica é a que tomou forma e se desenvolveu depois do movimento *Occupy,* e que defende a necessidade da actividade colectiva para criar uma mudança real na sociedade. Ao contrário do que se pode imaginar, esta corrente está também presente nesta América do interior. Depois do *Occupy* nasceu o *Black Lives Matter*, com mobilizações contra actos racistas, com movimentos maciços contra o controlo dos imigrantes nos aeroportos e com manifestações de jovens contra os massacres nas escolas e a reivindicação do controlo da posse de armas. Mas a repugnância que provoca o regime de Trump acabou por levar, pelo menos momentaneamente, a juventude a investir de novo na actividade eleitoral. Não penso que essa atitude seja definitiva, é apenas um momento transitório. Deste ponto de vista, a candidatura de Sanders vai reforçar a tendência eleitoralista. Mas é uma situação complexa, ambivalente, porque o apoio a Sanders, além de ser um apoio a medidas clássicas sociais-democratas — que ninguém sabe como poderão ser aplicadas sem confronto com a classe capitalista numa sociedade como os EUA —, exprime também, eu diria mesmo que exprime sobretudo, uma rejeição da sociedade estado-unidense tal como ela é vivida hoje pela maioria da população. Uma sociedade doente e sem perspectivas humanas, decadente. Esta rejeição traz aspirações a outra sociedade, que vão além da política eleitoral e que exprimem uma radicalidade que não cabe no programa de Sanders. Por seu lado, o velho Partido Democrata faz promessas pobres e vagas, uma simples reparação das destruições provocadas pelo regime de Trump, um regresso ao Estado de direito burguês e uma «reparação» da economia através do fim das guerras comerciais, a salvaguarda dos frágeis sistemas de ajudas sociais e médicas para os pobres e para as populações idosas. Isto é: um miserável regresso ao ponto de partida, que era já calamitoso.

A ideologia é uma coisa e a realidade política é outra. O Fascismo só se pôde impor como sistema político quando teve o apoio da classe dirigente, ou pelo menos das fracções mais poderosas desta classe. Trump tem o apoio dos mais ricos, das suas fundações e dos seus think thank, de grandes empresas e das forças da direita religiosa. Mas a questão é saber se estas forças são suficientemente sólidas para enfrentar e vencer as coligações capitalistas neoliberais que no passado deram o apoio material, financeiro, aos Clintons e ao regime de Obama.

A.: Voltemos a essa questão do fascismo. O fascismo como formação política é um fenómeno do passado que assenta nos valores da segurança, uma ideologia baseada no medo, no ódio e na nostalgia de um passado mítico. A retórica de Trump refere-se efectivamente a um passado que nunca existiu, um passado onde as minorias aceitavam os limites que lhes eram impostos, onde as mulheres se submetiam voluntariamente aos homens, onde o poder global dos EUA não era contestado, onde havia emprego para todos e bem pago, onde os impostos eram baixos, onde os meios de comunicação exprimiam os valores conservadores da maioria. Por outras palavras, estes EUA são uma terra incógnita que nunca ninguém conheceu.

O fascismo como formação política é um fenómeno do passado que assenta nos valores da segurança, uma ideologia baseada no medo, no ódio e na nostalgia de um passado mítico. A retórica de Trump refere-se efectivamente a um passado que nunca existiu

Durante quanto tempo uma significativa parte dos capitalistas estará disposta a aceitar as esotéricas políticas económicas do regime Trump? A guerra comercial, por exemplo, é um puro produto das suas obsessões pessoais. Da mesma forma, a sua política externa obedece a critérios arbitrários e perigosos; o último exemplo é a promessa de venda de tecnologia nuclear aos chefes tribais da Arábia Saudita. Política que encontra uma oposição crescente do Pentágono e do poder dos militares, que a exprimem abertamente, como se tem visto com a demissão de altos cargos militares na sua administração. A potente rede de corrupção que envolve o seu clã mais próximo, a sua família, é também algo que desagrada aos grandes capitalistas e a sectores conservadores. A sua popularidade desceu a ponto de vários candidatos republicanos recusarem apoiá-lo na eleições de Novembro 2018, com receio de se verem associados à sua personagem. Tudo isto se jogará nas eleições de 2020.

No seu recente livro Crashed: How a Decade of Financial Crisis Changed the World (Nova Iorque, Viking, 2018), Adam Tooze defende a ideia segundo a qual a crise de 2008 mostrou a impossibilidade de compreender hoje o que se passa no capitalismo sem se referir ao funcionamento do sistema financeiro. Tooze argumenta também que a passagem de economias nacionais a gigantescas corporações capitalistas globais trouxe consequências radicais. Porque esta passagem esvazia o projecto da intervenção keynesiana. Se a economia mundial está dominada por este tipo de megaconglomerados, e isso é um facto irreversível, continuar a pensar em termos nacionais é submeter-se a uma estrutura de pensamento obsoleta. Esta é a lição da crise actual. Um regresso ao Estado-nação é ilusório, a menos que seja acompanhado por uma reorganização radical da economia global, o que implica uma gigantesca perturbação do estado do mundo. Como interpretar as pretensões de política proteccionista da administração Trump com base neste quadro de análise?

A.: Neste sentido, o regime Trump pode representar uma forma de decadência, de declínio dos EUA. Os seus projectos delirantes de proteccionismo e de refúgio isolacionista são apresentados como *o caminho* para uma retoma económica. Ora, o que se esta a ver é justamente o contrário. Parece evidente que, neste campo, Trump deverá enfrentar, mais cedo ou mais tarde, a oposição dos sectores mais poderosos da classe capitalista que «não joga só em casa», que tem os seus interesses a defender na preservação dum quadro capitalista global. Enquanto Trump os favorece, diminuindo os impostos e reforçando a suas capacidades de apropriação da riqueza produzida, está tudo bem. Mas desde o momento em que as condições da globalização da produção do lucro são ameaçadas, a contradição é insolúvel. É a luta de classes no seio da própria classe capitalista.

A Sociedade Contra o Estado — Investigações de antropologia política, Pierre Clastres

JOSÉ TAVARES

«A história dos povos na história é a história da sua luta contra o Estado.»

Este livro, novamente editado em Portugal, é uma demonstração incisiva da tese anunciada pelo título[1]. Pierre Clastres (1934-1977) viveu mais de uma década entre os indígenas da América do Sul, nomeadamente no Paraguai, no Brasil e na Venezuela, primeiro junto dos Guaiaquis, logo dos Guarani, a seguir dos Chulupi-Ashluslay e, por fim, dos Yanomani. Recolheu informação importante que lhe permitiu escrever sobre a vida quotidiana desses povos, sobre o papel dos chefes, os mitos, os ritos e a guerra. Etnólogo, Clastres não só mudou radicalmente a ideia que podíamos formar desse, no dizer dos nossos egrégios avós, «mundo dos selvagens, sem fé, sem rei, nem lei», como, a partir de uma profunda reflexão sobre as sociedades ditas primitivas, que melhor será chamar de «primevas» ou «primeiras», revelou um aspeto desconhecido e crucial de toda a sociedade: a recusa do poder coercivo.

Os Guaiaquis foram um dos povos indígenas entre os quais Pierre Clastres viveu mais de uma década.

> As sociedades «primevas» não são sociedades que ignoram o poder, «não existem sociedades sem poder», diz-nos Clastres. São sociedades que se organizam a partir de uma recusa em deixar manifestar-se a divisão entre governantes e governados

Sociedade contra o Estado, porque a ordem de uma sociedade reside fundamentalmente numa escolha perante o poder. As sociedades «primevas» não são sociedades que ignoram o poder, «não existem sociedades sem poder», diz-nos Clastres. São sociedades que se organizam a partir de uma recusa em deixar manifestar-se a divisão entre governantes e governados. Não eliminam pura e simplesmente a dimensão do poder. Não fazem como se ele não existisse. Pelo contrário, colocam um «chefe», um indivíduo formalmente distinto dos outros, no lugar daquele que podia ser um dador de ordens, de um enunciador de regras e de um detentor da força. Nas sociedades «primevas» o «chefe» não exerce qualquer poder, se por isso entendermos a possibilidade de dar ordens destinadas a ser obedecidas. Não é um papel de comandante que lhe é destinado. Quando decide empreender iniciativas, são as que ele pensa e verifica serem a opinião predominante do grupo. E ninguém se sente obrigado a seguir as suas decisões. O único instrumento de que dispõe é a persuasão. O seu elemento é a palavra. O «chefe» é o indivíduo do discurso, que se esforça por trazer a paz à comunidade em caso de diferendo, aquele que prega as virtudes da concórdia e da necessidade de união. O «chefe» não faz a lei nem a enuncia. E se, por acaso, embalado pelo prestígio que alcançou através da sua grande generosidade ou bons discursos, tenta impor, prescrever, numa palavra, comandar ou fazer a lei, o melhor que lhe pode acontecer é ser abandonado, porque normalmente é morto. Um «chefe» não pode fazer de chefe. Como se as sociedades «primevas» tivessem refletido e respondido à sua maneira ao problema do poder. Dá ideia que decidiram impedir as relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência, coisa que veem como uma ameaça potencial. Escreve Clastres, «o que os Selvagens nos mostram (…) é a recusa da unificação, é o trabalho de conjuração do Um, do Estado.»

Da indivisão das sociedades «primevas» à nossa sociedade de opressão e exploração estatal não existe a continuidade lógica de um processo em desenvolvimento ou o crescimento das forças produtivas. É ao mistério de uma falha, de uma descontinuidade essencial, que Clastres chama a nossa atenção. A história não é a unidade clara de um progresso. Contrariamente à opinião abonada, ele defende que o desenvolvimento das forças produtivas, que é para os ideólogos marxistas o motor da história e a condição do surgimento do Estado, tem de ser assumido como um efeito do aparecimento deste último. «A verdadeira revolução, na proto-história da humanidade, não é a do neolítico, visto ela poder perfeitamente deixar intacta a antiga organização social, mas sim a revolução política, essa aparição misteriosa, irreversível, mortal para as sociedades primitivas, aquilo a que chamamos Estado. E se quisermos manter os conceitos marxistas de infra-estrutura e de superestrutura, talvez tenhamos de aceitar reconhecer que a infra-estrutura é o político, e a superestrutura o económico.» Já no prefácio à tradução francesa do livro de Marshall Sahlins, *Stone Age Economics*, Clastres tinha afirmado «que o marxismo não pode pensar a sociedade primitiva porque a sociedade primitiva não é pensável no quadro dessa teoria da sociedade.»

A Sociedade contra o Estado — Investigações de Antropologia Política.
Pierre Clastres
Antígona
2018, 240 pp

No estudo "O Arco e a Cesta", incluído no livro "A Sociedade Contra o Estado", Clastres vislumbra que o «mau encontro» não é somente o aparecimento do Estado, é também uma espécie de rutura com «um certo parentesco entre o Homem e a sua linguagem». Vale a pena transcrever: «Isto quer dizer que, muito longe de qualquer exotismo, o discurso ingénuo dos selvagens obriga-nos a ter em conta aquilo que apenas os poetas e pensadores não esqueceram: que a linguagem não é um simples instrumento, que o Homem pode estar ao mesmo nível dela e que o Ocidente moderno perde o sentido do seu valor pelo excesso de utilização a que a submete. A linguagem do Homem civilizado tornou-se-lhe completamente "exterior", pois mais não é para ele do que um meio de comunicação e de informação. A qualidade do sentido e a quantidade dos signos variam num sentido inverso. As culturas primitivas, pelo contrário, mais preocupadas em celebrar a linguagem do que em servir-se dela, souberam manter com ela essa relação "interior" que é já em si a própria aliança com o sagrado. Não existe, para o Homem primitivo, linguagem poética, pois a sua linguagem é já em si um poema natural onde reside o valor das palavras. E, se já se falou do canto dos Guaiaqis como de uma agressão contra a linguagem, é antes como de um abrigo que a protege que devemos entendê-lo doravante. Mas poderemos ainda ouvir, vinda de miseráveis selvagens errantes, a lição demasiado forte sobre o bom uso da linguagem?».

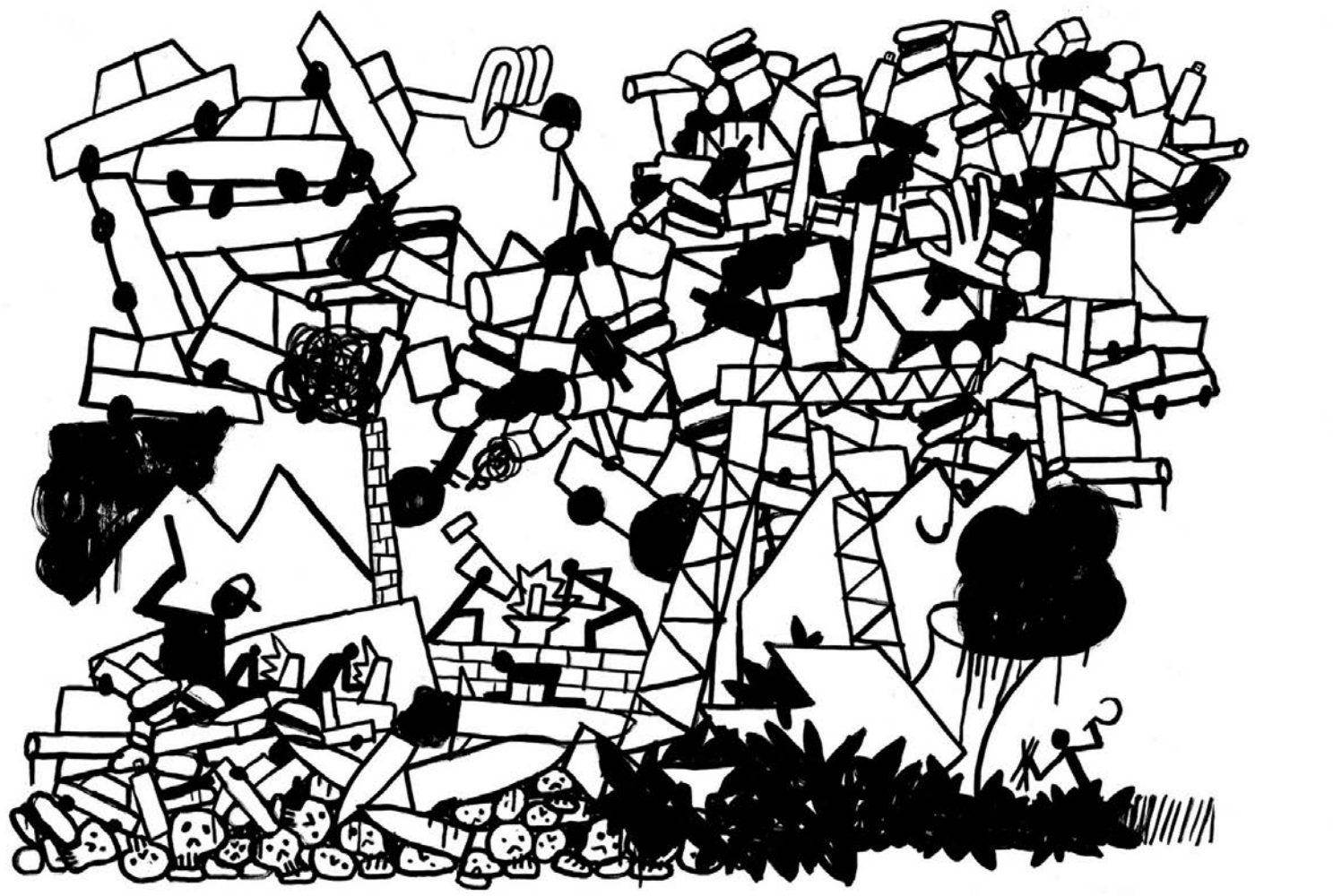
É disparatado, aqui e agora, considerar a «sociedade primitiva» como um modelo ao qual devemos retornar. Mesmo supondo que tal retorno seja possível, a dúvida tem cabimento e Clastres está seguro que esse retorno não é possível. A sociedade «primeva» não é a sociedade «maravilha». Nada de lei escrita, a lei separada, despótica, a lei do Estado, mas a inscrição cruel das marcas da lei sobre o corpo. Não existe a submissão degradante, mas a violência corrente da guerra. Clastres não deixou de sublinhar a contrapartida dolorosa e limitadora que vem junto com a escolha de uma sociedade sem Estado. As sociedades «primevas» não resolvem de uma vez por todas o problema da separação política.

O que é que fez com que o Estado deixasse de ser impossível? De onde vem o poder político? O que é que permite essa formidável liberdade de recusar a divisão entre aquele que comanda e aquele que obedece? Certo, não possuímos respostas para muitas questões, mas ao lermos Pierre Clastres conseguimos pelo menos equacionar nitidamente os problemas, ganhamos o discernimento de que não estamos muito longe de compreender o que é o poder.

NOTAS

1 A primeira edição de *A Sociedade Contra o Estado*, das edições Afrontamento, data de 1979. Em 2018 foi editado pela Antígona com tradução de Manuel de Freitas. A edição original francesa é de 1974.

A Abolição do Trabalho em Banda Desenhada



JOSÉ TAVARES

Esta banda desenhada elaborada a partir do texto de Bob Black merece ser referenciada. O livro *A Abolição do Trabalho* foi editado em tradução portuguesa pela Crise Luxuosa, em 1999. A presente edição, da Oficina Arara em parceria com a Turbina (2017), ilustrada por Bruno Borges, tem uma nova tradução. Escrito nos anos oitenta do século passado, a leitura deste texto, descontraído e alegre, permite refletir sobre o trabalho, *tripalium*, enquanto atividade que estrutura a forma de vida coletiva moderna e que regula o conjunto das relações sociais dos indivíduos.

Bob Black avisa: «Quase todos os males que conhecemos resultam do trabalho ou de viver num mundo pensado para o trabalho». O que não era o caso das sociedades precedentes, como demonstrou a antropologia (Sahlins, Clastres, etc.), que «trabalhavam muito menos do que nós e o seu trabalho é difícil de distinguir daquilo a que chamamos diversão».

Já os antigos gregos pensavam como Sócrates «que os trabalhadores manuais eram maus amigos e maus cidadãos, porque estes não tinham tempo para cumprir as responsabilidades da amizade e da cidadania. Ele tinha razão». Sim, mas não podemos esquecer que essa liberdade de tempo (de alguns, os «cidadãos») é o supra sumo da contradição e da irracionalidade, porque para a exercitar nega a liberdade de tempo a outros, isto é, aos escravos. De resto, os gregos afirmaram e praticaram essa verdade segundo a qual a escravatura de muitos é necessária à liberdade de alguns. Verdade que os modernos preferem abafar com dissimulação e com retórica absurda e deslavada. Pretendem ter interditada toda a forma de escravatura, como se a obrigação de trabalhar fosse coisa diferente da servidão. Como se o trabalho, para aquele que é constrangido a exercê-lo não por gozo, mas em vista de um salário, não signifique a servidão à sua própria ocupação em proveito de outro. «O trabalhador é um escravo em tempo parcial. O patrão diz-lhe quando deve aparecer, quando é para sair. E o que fazer entretanto».

Além de «que não vale a pena salvar a maior parte do trabalho. Apenas uma pequena e decrescente fração do trabalho serve algum tipo de propósito útil fora do sistema de trabalho e dos seus apêndices políticos»; «a maior parte do trabalho serve objetivos improdutivos do comércio ou do controlo social», adverte Bob Black.

Hoje, mais de trinta anos após a redação deste texto, atravessamos uma época onde o progresso técnico/capitalismo vai abolindo o trabalho humano. Cada vez mais pessoas são lançadas para o desemprego, a outra forma de trabalho e isto significa que o trabalho remunerado se torna cada vez mais escasso. Esta situação que perdura pode levar-nos a outras sujeições, sem ou com o rendimento mínimo garantido. E a palavra de ordem situacionista *Ne travaillez jamais*, reproduzida no livro, pode converter-se numa realidade imposta, pela dinâmica em curso, a milhões de pessoas.

a palavra de ordem situacionista *Ne travaillez jamais*, reproduzida no livro, pode converter-se numa realidade imposta, pela dinâmica em curso, a milhões de pessoas

«O que eu gostava mesmo era de ver» – escreve Bob Black – «o trabalho transformado em jogo. Em primeiro lugar, é preciso descartar as ideias de "emprego" e de "ocupação"».

Na realidade, só o jogo é digno do ser humano. O jogo é uma atividade que praticamos exclusivamente por escolha e por gosto e não por constrangimento de um fim em vista. Para transformar o trabalho em jogo, «como Charles Fourier demonstrou, é conseguir atividades úteis que tomem o partido daquilo que várias pessoas em determinados momentos gostem de facto de fazer»; «apenas bastaria erradicar as irracionalidades e as distorções que martirizam estas quando limitadas ao trabalho».

Já conhecemos os desenhos de Bruno Borges publicados no Jornal MAPA, que nos propõe uma obra de traço «bruto» e curiosa. Podemos mergulhar no universo gráfico do autor. *A Abolição do Trabalho* não é uma simples obra de vulgarização e ainda menos de propaganda e a banda desenhada de Bruno Borges torna-se um veículo para repor o sentido do abolicionista, por via do contínuo enredo de imagens onde as figuras e o borrão negro se reintegram.

A Abolição do Trabalho
Bruno Borges
Oficina Arara e Turbina
2017, 76 pp

Escrito(s) a vermelho na barricada contra o esquecimento

A Barricada de Livros, que tem vindo a editar textos que ainda não estejam publicados em português e que sejam representativos das visões e das práticas mais marginais do anarquismo, esteve, no passado dia 16 de Fevereiro, no Gato Vadio, no Porto, para apresentar *Escrito(s) a vermelho*, uma antologia de textos de Voltairine de Cleyre, o seu mais recente livro.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
FOTO **CELESTINO MONTEIRO**

A Barricada de Livros, que tem vindo a editar textos que ainda não estejam publicados em português e que sejam representativos das visões e das práticas mais marginais do anarquismo, esteve, no passado dia 16 de Fevereiro, no Gato Vadio, no Porto, para apresentar *Escrito(s) a vermelho*, o seu mais recente livro.

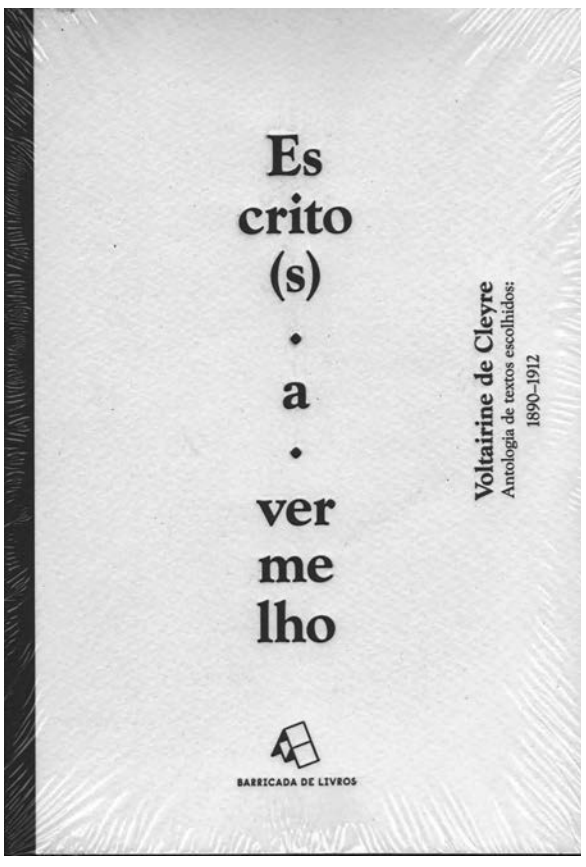
Apesar duma existência ainda curta, com nascimento em Maio de 2017, esta editora anarquista soma já quatro edições. A presente antologia de textos de Voltairine de Cleyre, vem no seguimento de *Preferi roubar a ser roubado! (*que inclui textos e biografias de pessoas que praticaram regularmente o roubo enquanto arma revolucionária), *Os Cangaceiros (*colectânea de textos inéditos em português deste grupo que juntou a teoria à prática e desenvolveu um trabalho notável de acção directa na luta anti-carcerária em França nos anos 1980) e *Anarquistas e orgulhosos de o ser* (uma antologia de textos de Amedeo Bertolo também inéditos em português).

Escrito(s) a vermelho mantém a linha de resgatar correntes, pensamentos e pessoas relativamente escondidas ou esquecidas do movimento anarquista. Voltairine de Cleyre é uma dessas, uma feminista antes do feminismo estar na agenda anarquista, entristecida por uma reclusão eclesiástica imposta pelo pai, destroçada pelos constrangimentos patriarcais que encontrou até nas suas relações amorosas com outros anarquistas, corroída por constantes problemas da saúde e, ainda assim, militante até ao limite da sua vida.

Escrito(s) a vermelho mantém a linha de resgatar correntes, pensamentos e pessoas relativamente escondidas ou esquecidas do movimento anarquista

Nas palavras de Mário Rui Pinto, um dos tradutores desta antologia, «mais do que Emma Goldman, Voltairine de Cleyre acaba por ser um elemento fundamental para a entrada do feminismo – ou da "questão da mulher", como se chamava na altura – no debate anarquista e também para a entrada de um discurso radical que o feminismo da época, maioritariamente sufragista, não tinha». Dentro do movimento anarquista combateu a ideia de que «a questão da mulher» era secundária e se resolveria depois da revolução. Dentro do movimento feminista obrigou ao debate sobre o casamento enquanto escravidão sexual, sobre a estrutura familiar tradicional enquanto extensão do autoritarismo estatal, sobre a sexualidade da mulher e do próprio homem e sobre o controlo de nascimentos enquanto direito.

Apresentação do livro *Escrito(s) a vermelho* na livraria Gato Vadio, Porto.



Escrito(s) a vermelho
Voltairine de Cleyre
Antologia de textos escolhidos: 1890-1912
Barricada de Livros
2019, 206 pp

Uma personagem «muito interessante», continuou Mário Rui Pinto, «que a esse tema central do seu pensamento, o feminismo, juntou um outro, o da violência e da sua legitimidade, fazendo um percurso do pacifismo – declarou-se pacifista durante muito tempo – até à aceitação, e até justificação, dessa violência enquanto "acção política não legal", como se pode ver no texto "Acção Directa", que está nesta antologia».

Esta «anarquista sem adjectivos», que começou socialista e passou pela corrente individualista do anarquismo dos EUA, não é, ao contrário de Emma Goldman, uma das personagens cujo nome todas e todos conhecem. Não é sequer um nome muito conhecido nos próprios meios anarquistas. Uma incongruência ou, se calhar, nem tanto. «Voltairine viveu pouco tempo, morreu em 1912 e não esteve presente nos grandes momentos históricos: a primeira guerra mundial, a revolução russa, a revolução espanhola. Emma Goldman, por exemplo, esteve presente, tomou posição, deixou pensamentos sobre esses momentos. Por outro lado, Voltairine de Cleyre pertencia a uma corrente – o individualismo – que acabou submersa pelas vagas de imigrantes europeus que levaram consigo outras correntes que se tornaram maioritárias».

O esquecimento de Voltairine de Cleyre durou praticamente um século. Só a partir dos inícios do século XXI é que começam a aparecer antologias, reedições, estudos académicos. E sobretudo em inglês. Dada a importância e o carácter inovador e revolucionário do seu pensamento afirmar que, se fosse um homem, teria sido recuperada muito mais cedo não é uma afirmação de ciência exacta mas é uma especulação legítima. Este livro, *Escrito(s) a vermelho*, é, então, o preenchimento dessa lacuna em língua portuguesa (ou, mais precisamente, em língua não inglesa), apesar de conter apenas textos da fase anarquista de Voltairine e, ainda assim, nem todos.

Mais do que Emma Goldman, Voltairine de Cleyre acaba por ser um elemento fundamental para a entrada do feminismo (...) no debate anarquista

Um livro que «pretende dar uma visão de Voltairine de Cleyre enquanto personagem que não se esgota no estritamente político», que contém textos marcadamente políticos, ensaios, mas também poesia[1] e um conto, num conjunto com um tom e uma temática assustadoramente actuais, mesmo que se sinta a marca de época de final de século XIX, sobretudo a nível de linguagem.

NOTAS
1 Um dos poemas, *A defesa do suicida*, foi musicado pela banda O Riso da Acauã, que actuou imediatamente a seguir à apresentação do livro, num acontecimento que serviu também para angariar fundos para o II Encontro Anarquista do Livro do Porto.

MIL SÓIS

ia o sol ainda a pino e as cigarras coriscavam
não se importando elas do muito relento que estava por vir
batia-me a luz porque queria levar-me ao feno do verão
e ao feitiço das eiras
fragorando pelas serranias afora
até ao despertar da valsa das silvas
que faz o susto da estruga
certo é que uivou menos a Salvia por este estio
e foi o regato
sob as estrelas
que sussurrava aos meus ouvidos
tinham-se as cigarras calado à alba
quando se levantou esse ente do monte
galgando a azinhaga
para sozinho e no silente frescor da primeira luz
entrar no charco e se banhar,
como o flanco do cavalo que finca as patas todas
tem a magia dos seres que se deixam conduzir
pela energia que o vento faz correr
ou pelo zunido do berimbau
que sopra e vibra
bendito dia em que o primo do Campo fez a trouxa
e abalou do Luxemburgo
lugar difícil de soletrar e onde os indígenas
certamente não se desembaraçam
com duas cantigas
do nome malsão de luxuosoburgueses
que em sorte lhes coube
diferente veio o João
para malhar o grão-de-bico na eira grande
e abençoar o terreiro
para fazermos da biblioteca atabaques
na roda de capoeira
onde a menina chicana
fez parar o círculo uma e outra vez
saia rodada presa nas mãos,
olhos gigantes, cabelo mais preto e liso
que o próprio brilho das luas
a falar tão claro que o que dizia
só podia ser muito antigo,
uma oração marcada pelas estações
que se atiram às espigas e namoram o milho
como o vento lambe a roda do moinho
é o ciclo que devemos à terra
porque viemos de novo
para encher o lagar de mosto
e a aldeia do casamento das almas
para soltar os orixás
e salmear a cilada do tempo
ou a saloiada
que pelas festas do Agosto
vem exibir a miséria que amealhou
para lá dos Pirinéus

raso ao terreiro vinha o calor
instigar a metafísica
mesmo se de pouca monta me serviu
para instigar o meu gingado
mas sou da linha de umbanda
se o verso me não falha
porque o pó da estrada que comi é o meu transe
e o Sião faz rolar os seixos,
ou os dezasseis búzios de Ifá
na direcção do Atlântico
a fim de cheirar o sal da terra abandonada

saciado de mar, trazia o salitre no pescoço
tanto sal era
que pensei fundar uma salina na concha da minha clavícula
e dá-la ao povo insosso
se outro proveito não houver
que os lábios da sereia que partiu sem adeus

nesta paisagem milenar
contra a minha efemeridade
punha-se o sol detrás dos montes

cada vez mais trigueira, a Salomé
de óculos de mergulho mergulhava
para ver os girinos no regato
disse-me que eram as estrelas do céu pintadas de sol
o Lobo subia ao penedo e abria os braços para o sul
e tu,
por aqueles dias à jorna,
chegavas a tempo de abrir as valas do feijão-verde
com a água permacultural onde na primeira manhã
se banhara o meu moçoilo
e o sacho afagava a terra mole
sulcando um córrego
como um dia vi fazer à minha bisavó
lá na serra
onde mora toda a imortalidade que herdei
lembram-se?
ia a cavalo na burra
a Joana era mais mansa do que as pétalas da camomila
os jarretes besuntados de roxo permanganato
para que os moscardos a deixassem em paz
e lhe sarassem as feridas
na descida para o Barroco
onde germinavam as batatas e os bolbos da cebola
os melros
madraços
limpavam o abrunheiro bravo
enquanto o diabo esfrega um olho
corria ali a última bica d'água das Alhadas
que secou nas vésperas de muita colheita,
cabrões,
porque o diabo não esfrega só os olhos
e madraços não são os melros
é que os pássaros debicam a fruta por fora
já a passarada rói a alma por dentro
até à podridão
e a Joana começava a trotar no vazio
embridava o pescoço para o lombo
e a minha bisavó
"desmonta filho"
sacava-lhe a canga,
e a Joana olhava a minha bisavó
com os mesmos olhos muito azuis
porque o feijão-verde as esperava.

há já muito que não sei viver senão
suspenso no fio da navalha
de onde alcanço a aldeia que me sustenta
e que invento a cada ano que passa,
bela e nefasta como o rastro de fumo da celulose
que corre ao fundo
para lá das faldas,
Caceira, Carritos, Terra do Limonete depois
onde o mar continua imenso e azul

mas não
não inventei o sabor das papas de milho
onde as petingas do último lanço
é a Arte da Leirosa
acabadas de fritar
se incrustavam
apurando o gosto
da noite para o dia
e as papas não terminavam
porque muitas mulheres,
livrem-se de ignorá-lo,
se sentavam à roda da mesa,
e nem a roda e nem a mesa e nem as mulheres terminavam
quando a cozinha era mais quente
e a Natália,
descalça – sabia o peso da terra e a ela restituía
de pés nus o que ela vale –
vinha com um braçado das favas temporãs, mais tenras
que o canto do rouxinol,
e como a um filho as estendia,
eram muitas mulheres a refazerem o mundo,
mais fortes do que as canas da várzea
ou a figueira velha entrelaçada ao tempo
e que falam umas às outras
entre os tormentos
da terra em flor

para o ano,
ai jura que jura
voltarei a amar o lenço
coberto da espiga falsa
e a fazer-me ao mar alto
os pescadores, entre eles o Carola
que por três vezes se benzou
lembrar-se-ão
arrecadarei o peixe que já não como
mas que acalenta a boca da minha criação

maldito por renunciar ao regresso

entretanto,
era dia de partir para as terras doentes
Braga, Porto
igrejas e shoppings
enfim, indestrinçáveis cemitérios do progresso
fiz por arrastar o tempo
à espera da paella galega,
e não era a minha língua que produzia injúrias
ao cozinheiro
mas a inutilidade dos meus saberes
frente a quem da terra cuida e vive.
no que restava do caldo,
ao de cima,
as chagas compunham uma mandala
por instantes salivei
a pensar nas urtigas que um dia colheste
em socalcos de vinho carrascão
as mãos fosforescentes
envoltas no colete em caso de acidente na estrada
para evitares a urticária
na estrada ou no carrefour a esbardajar as penas
numa partida de badminton,
aquela pena no ar suspensa mas que parece tão difícil de apanhar
só por outro jogo
por pirraça
eu voltava a por a cinta nos meus costados
derreado como a Joana a descer o ramal
para segar os cachos que dão à beberagem tóxica
água de sêmeas
do proletariado alemão,
às urtigas com eles!

ali estávamos, juntos, à roda da mesma mesa
que afinal cresce muito para lá da nossa fantasia
mesmo a abelha rainha com cara de motoqueira
mesmo se for geisha asiática,
em cima da cobra rateira ou da falsa víbora
para colher a seara da minha fome
o ano inteiro
para em dois dias colher mil sóis
e do luar
as estrelas cadentes
porque do torcicolo fizemos um planetário
para vermos o cosmos a espalhar-se
certo é que há muito sabemos dessa verdade –
de tanta mentira coberta ao entrar na atmosfera –
ao sabermos da sorte da nossa finitude
(olha, lá vai mais uma)
enquanto a minha sobrinha
chamava um figo às sobras de macarrão da ceia
sedenta como eu do sorriso das cantadeiras
falta ainda muito sol para fazer o Outubro
e com ele as festas da vindima
ganhe-se o olor do feno e do rosmaninho
a misturar-se com toda a sorte de fantasias
pensei nos medronhos, abraçados à alfarrobeira,
temporões mas que nos gostaram não sem que
a língua se encaracolasse
ao olharmos para a Rocha da Pena
vou dizer ao Outono
de há muito
não era tão cheio o verão
a tanto sul sabendo,
desde que um amor impossível se cravou em dois corações
que ensinaram à canícula o que era o calor

para agora já não saber tratar do pão e do mar,
do meu regresso e do amor que nos falta

queria ser o cardo que insiste em dar miúdas flores amarelas
e a que a planta do pé do Lobo afaga
porque o cardo irrompe nos vossos caminhos
e quero sê-lo e dizê-lo
porque estou cada vez mais pobre nesta cidade estrangeira
que embala o ridículo destes versos

quando voltar – eu parti? ou inventei este mundo? –
se por vós chamar e estiverdes alhures
ficarei mais só do que a acácia do deserto,
esperai um pouco, bitte
ou amaldiçoarei os montes da Amarela até terras Galegas
e se não escutardes o meu rogo
atentai no mínimo
na prova da vossa santidade
é que o fungo do mindinho
desapareceu com a prata coloidal,
pelo menos até para o ano

Júlio do Carmo Gomes (Berlim, Setembro 2018)Editor e tradutor, fundou a livraria Gato Vadio em 2007. Co-fundou a editora 7 Nós (Porto, 2010) e a revista Utopie - Magazin für Sinn und Verstand (Berlim, 2015). Vive presentemente em Berlim, com as duas crias. É vadio, mas pertence à Serra das Alhadas.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 23
Abril-Junho 2019

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz . gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Zita Moura*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Santos* , Ana Farias, X. Espada, κοινωνία, Jorge Valadas, Sara Moreira, José Tavares, Catarina Leal, Inês Xavier, Júlio do Carmo Gomes, PDuarte, Bolota Carvalho, Coletivo Lua Negra, Rita Luís, Catarina Rodrigues, Luísa Carvalho, Bruno Borges, Celestino Monteiro, Pedro Morais, Susana Baeta, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Diana Dionísio, Mariana Vieira, Hans Eickhoff e Inês Cosme (Rede para o Decrescimento), Raquel Cecilia Pérez, Olívia Pena, Rede de Decrecemento Eo-Navia Galiza O Bierzo, Rui Garrido, Tidi, Setúbal Animal Save, Alex Gaspar, Mário Rui André e João Ribeiro (revista SHIFTER), André Paxiuta (Soul Frames Collective)

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)
Ilustração da capa: Bruno Borges

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt

Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DUPLAMENTE SUBVERSIVAS

Da esquerda à direita: Barracuda, 2019; Cocain Piss, 2017; Cabeça de Martelo, 2015 ; Misantropia, 2013 ; Cave 45, 2015 ; Revengeance, 2012

Em *Teresa Torga* dizia José Afonso que «mulher na democracia não é biombo de sala». Pois dizem as mulheres do punk que nem biombos de sala, nem bengaleiros para os casacos dos namorados.
Chegaram há muito e vieram para ficar, sem medos de *moshpits* nem de machismos velados com cristas e As bordados nos coletes.
Houve um momento na história do Porto em que havia tantas bandas punk como hoje há hostels. As mulheres do punk não foram a lado nenhum.
Continuam, rebeldes e insubmissas, e lá estiveram também elas na marcha da Greve Internacional Feminista. Fazendo a revolução dos palcos e dos bares, até às ruas que querem suas. TEXTO E FOTOS **ZITA MOURA**

Onde podes encontrar o jornal MAPA?

Consulta a lista atualizada de pontos de venda e distribuição em jornalmapa.pt/distribuicao

A continuidade de um projeto de informação crítico, livre e autónomo depende do apoio dos leitores. Assina o jornal MAPA e recebe-o trimestralmente por correio. Consulta as condições em **assinaturas.jornalmapa.pt** e **distribuicao.jornalmapa.pt** ou contacta-nos através de **assinaturas@jornalmapa.pt**

A Faircoin é uma criptomoeda criada pela Faircoop, uma cooperativa global dedicada a construir um novo ecossistema económico baseado na cooperação, ética, solidariedade e justiça. A Faircoop dinamiza o Fairmarket, um mercado online de produtos e serviços, que visa também ajudar a criar redes com outros projectos e pessoas solidárias com os mercados alternativos, as finanças éticas, as moedas sociais, as acções colectivas, a inclusão social e o comércio justo. O design da Faircoin, ao contrário de outras criptomoedas, como a Bitcoin, atribui-lhe maior estabilidade e desincentiva a especulação financeira, para além de não exigir altos consumos energéticos associados à sua emissão.
O Jornal MAPA é o primeiro jornal no mundo a aceitar pagamentos em Faircoin para todas as suas modalidades e por isso está no Fairmarket em **is.gd/jornalmapa**. Em alternativa, pode ser usado o endereço da nossa carteira, através do QR-CODE ao lado. Para quem desejar apoiar o projecto, donativos em Faircoin podem também ser enviados para o mesmo endereço.
Para mais informações ou dúvidas contactar **assinaturas@jornalmapa.pt**
ou visitar **market.fair.coop** | **fair-coin.org**

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 23
ABRIL-JUNHO 2019
3000 EXEMPLARES

CEM ANOS DEPOIS: A BATALHA

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Cem anos depois, falar do jornal anarquista A Batalha significaria falar da história portuguesa contemporânea, cujas lutas sociais e de emancipação se forjaram no sindicalismo revolucionário, no anarco-sindicalismo e no imponente movimento anarquista das primeiras décadas do séc. XX. Mas, cem anos depois, falar d'A Batalha é importante sobretudo para conhecermos o seu rejuvenescimento.

Um rejuvenescimento que se traduz num recomeço mais discreto, mas não menos promissor do que o ocorrido no 25 de Abril. Neste centenário, um novo colectivo redactorial vira a página a um jornal que, nos últimos anos, não conseguia descolar do seu peso histórico. Na sua última edição (VI série, ano XLV, nº 283), o jornal bimensal em papel editado pelo Centro de Estudos Libertários demarca-se do «jornalismo reactivo curvado perante o imediato», esse que efectivamente (nause)abunda no imediato *online,* e do «jornalismo manifesto», enquanto «carta de intenções cheias de certezas em como pastorear os homens em direcção à boa comunidade». Perante esses jornalismos complementares da «domesticação do leitor consumidor», A Batalha demarca-se e declara não pretender oferecer «informação» aos leitores, mas sim «as ferramentas para que estes possam exercer de forma autónoma o seu julgamento crítico sobre o mundo». Razão de sobra para algumas perguntas por parte do Jornal MAPA que, por sua vez, se diz de «informação crítica»…

Que nova dinâmica é essa e o que orienta agora o jornal?

A Batalha pretende ser um jornal de expressão anarquista, tal como é logo referido na primeira página. Isto significa que, num tempo em que a ideia de *«um anarquismo»* parece cada vez mais obsoleta, um jornal anarquista só pode ser um periódico que permita o diálogo entre diversas tendências, ou «*anarquismos*». É a isto que vem A Batalha. Por isso, não nos interessa apenas continuar a carregar a canga do anarco-sindicalismo, ou sermos memorialistas dos patronos do anarquismo clássico, mas revelar outras expressões contemporâneas, que não se esgotam no decrescimentismo. Nestas correntes que enformam os anarquismos contemporâneos estão as críticas radicais da representatividade, não só a nível político, mas também estético. Aqui também convergem as críticas radicais à concepção de dominação, que não está só confinada aos mecanismos da máquina capitalista, nem à acção vigilante e repressora do Estado, nem sequer à ideia de poder, que pode ter um avatar (produtivo na resistência. A dominação não está só presente nas relações laborais ou no controlo estatal, mas em todos os processos de dominação quotidiana, seja na informação, no mercado cultural ou na família. Os aparatos de dominação são o principal objecto de análise desta fase do jornal.

não nos interessa apenas continuar a carregar a canga do anarco-sindicalismo ou sermos memorialistas dos patronos do anarquismo clássico, mas revelar outras expressões contemporâneas

Uma das coisas mais notórias é que não existe efectivamente um espaço de comunicação da «expressão anarquista» no território português, enquanto ponto de discussão das suas iniciativas e grupos. Porém, não me parece que seja essa a vossa meta actual, que se mantém mais na esfera alargada da «cultura libertária».

Não consideramos que A Batalha seja um jornal confinado a esse guarda-chuva da «cultura libertária». Porém, também não desprezamos a absoluta relevância da cultura para compreender as estruturas de dominação que ela, aliás, enforma. Significa isto que, por exemplo, divulgar a diversidade de edições que escapam ao radar normalizador é um acto eminentemente político e não pode ser desvalorizado. É também uma tarefa do jornal resgatar alguns autores marginalizados ou esquecidos pela própria «cultura libertária». Mas isso não implica que A Batalha abdique de analisar os fenómenos próprios que emergem do activismo tradicional. Nem implica que se possa considerar a reabilitação da sátira e da caricatura como parentes pobres de uma acção política de tendência libertária, como se esses géneros não fossem tão merecedores de entrar nas páginas de um jornal de expressão anarquista. A uniformização da linguagem jornalística é, aliás, uma das nossas principais preocupações: a sua desconstrução é, de direito próprio, um acto político e uma arma de expressão anarquista contra o processo de homogeneização em curso.

Ponto de honra e meritório é a nova opção gráfica e o papel da ilustração no jornal.

Era essencial dar-se uma roupagem diferente ao jornal. Preferimos pensar em *«opções gráficas»*, no plural, visto que ao longo dos últimos cerca de três anos temos experimentado várias modalidades, entre o improvisado e o propositado. Também entendemos que não nos interessa propriamente criar uma marca de estilo, ao ponto de cada um dos números do jornal se tornar indistinto um do outro - A Batalha não quer ser uma publicação de prateleira. A Batalha tem, do ponto de vista gráfico, uma vantagem: o logótipo é sempre o mesmo e facilmente identificável - em bom rigor, anda por cá há 100 anos… - e isso permite-nos brincar um bocado com a coisa.

MAPA BORRADO

TERMINAL TRANSE
(CRÓNICAS DO TRANSFER BRUXELAS-INGLATERRA)
DURANTE O DIA FICO EM CASA. E' À NOITE QUE TENHO DE SAIR.
TENHO UMA BOLEIA PARA APANHAR.
PSSST
NESSAS BOLEIAS NEM SEMPRE HÁ LUGAR PARA TODA GENTE QUE ESTÁ EM TRÂNSITO.
PARA A PRÓXIMA VAI
ALGUÉM TEM DE FICAR DESTE LADO PARA FECHAR A PORTA
HEI-DE PASSAR AQUELE MALDITO CANAL
ENQUANTO ISSO ESTOU PRESO NESTA CIDADE
FICO EM CASA DE AMIGOS. SEM NUNCA SABER ATÉ QUANDO.
2019 JOSÉ SMITH VARGAS
* TÍTULO EMPRESTADO DE ACV